



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	CNBB_102.7
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Total de páginas: 86.
Dia/ Mês/Ano	1987
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, no ano de 1987, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Este conjunto documental contempla também algumas notícias sobre Dom Luciano ocupar o cargo de presidência da CNBB, e propostas para a nova Constituinte do país.
Palavras-Chave	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo; Política; Dom Luciano; Constituinte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



Notas explicativas	<p>A contagem de páginas obedece à regra: sempre a partir da primeira após a capa, sendo esta a “01”.</p> <p>Lista das páginas em língua estrangeira: 47 e 48.</p>
---------------------------	--

80

Bibliothek

GNBB

1987: Jan.

Institut für Brasilienkunde

KI-BR 102.7

Bibliothek

03.10.10

Bibliothek
Institut für Brasilienkunde
METTINGEN

CNBB critica Governo pela falta de medidas

D. Ivo coloca esperanças na Constituinte

Porto Alegre — “O sadio clima de esperança espalhado por todo o País durante o ano de 86 sofreu forte abalo com o não cumprimento de objetivos sociais prometidos e, em particular, pela falta de medidas eficazes na realização da reforma agrária”. A avaliação foi feita pelo Presidente da CNBB, bispo dom Ivo Lorscheiter. Manifestando otimismo, dom Ivo destacou que 1987 “tem de ser o ano das respostas concretas às aspirações do povo, pois ainda é tempo”. Essas respostas, acredita dom Ivo, se darão principalmente através da Constituinte, para a qual a CNBB já se prepara, estruturando um grupo que irá acompanhar os trabalhos dos parlamentares eleitos”, encaminhando as legítimas pressões das bases, intermediando o acesso de reivindicações da comunidade e informando sobre as discussões”.

SOBERANIA

Para demonstrar a importância que dá as discussões sobre a Constituição, dom Ivo sugeriu que o primeiro ato dos eleitos seja “uma declaração da absoluta soberania da Constituinte, com uma proclamação de que não está subordinada a nenhum outro poder, nem sujeita a regimentos pré-fabricados”. Essa proclamação, disse o Presidente da CNBB, “pode ser óbvia, mas é necessária, e tem endereço certo contra muitos que já anunciam ter “regras estabelecidas para o funcionamento da Constituinte”.

Dom Ivo também criticou aqueles que já se manifestaram contra as pressões que a sociedade pretende exercer. “Quem vai redigir a constituição são delegados do povo, com obrigação de auscultar as verdadeiras necessidades e de admitir pressões democráticas”, ponderou. Justamente para

fazer essa pressão, a CNBB está se organizando a fim de defender soluções para “os graves problemas que tocam a todos, como a defesa intransigente da vida humana, a primazia do trabalho sobre o capital, a inadiável reforma agrária, o direito a educação plena, a moradia, ao salário justo e outros valores fundamentais”.

Na opinião do Presidente da CNBB, se pudessem ser definidas três chaves para a orientação dos constituintes, ele destacaria a “necessidade de inverter-se o atual modelo, passando a sociedade civil a controlar o Estado, dando absoluta prioridade a vida em todos os seus sentidos e também absoluta prioridade aos direitos da cidadania”. Para que a sociedade tenha o maior acesso possível as discussões, dom Ivo apóia a idéia de que os debates da Constituinte sejam transmitidos pelo rádio e televisão.

Bahia celebra ano com procissão marítima

Salvador — Homenagens póstumas ao Arcebispo Primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, que morreu há poucos dias, manifestações de apoio ao Governador eleito da Bahia, Waldir Pires, e críticas a política econômica do Governo Federal marcaram a procissão marítima de Bom Jesus dos Navegantes realizada ontem na Bahia de Todos os Santos.

Centenas de embarcações de diversos tamanhos — desde botes até navios Ferry-Boats —, quase todos decorados, transformaram o mar tranqüilo da Bahia, num belo espetáculo visual sob um céu limpo e um sol forte. Até um ultra-leve foi utilizado para acompanhar a procissão marítima, que mistura o religioso com aspectos profanos.

À frente, a Galeota “Gratidão do Povo”, conduzia a Imagem do Senhor Bom Jesus dos Navegantes. Mais atrás, várias escunas, barcos, veleiros e até mesmo Ferry-Boats “Maria Betânia” e “Ipuacu” seguiam o cortejo animados por pequenas orquestras, bandinhas, charangas e batucadas, fazendo uma prévia no mar do carnaval baiano.

GRANDE AUSENTE

Na procissão de ontem, porém, houve um grande ausente: o car-

deal d. Avelar Brandão Vilela, que sempre teve participação ativa na parte religiosa da festa ao Senhor dos Navegantes. Contudo, ele foi lembrado numa faixa afixada na Galeota, com a frase “dom Avelar, você está presente”.

Entre os políticos que participaram do cortejo marítimo, destacava-se o Governador eleito do Rio de Janeiro, Moreira Franco, o prefeito Mário Kertesz e o senador eleito pelo PMDB, Ruy Bacelar, o mais votado na Bahia. Apesar de ausente, Waldir Pires, governador eleito e diplomado esta semana pelo TRE, foi o político mais homenageado: algumas embarcações foram decoradas ainda com bandeiras da campanha de Waldir e a saudação mais comum entre os participantes da festa, tanto no mar quanto em terra, era o “W” formado com os dedos entrelaçados, símbolo da vitória do candidato do PMDB ao Governo do Estado.

O cortejo saiu da rampa do Mercado Modelo, ao lado da sede do II Distrito Naval, com atraso de uma hora. Mas, favorecidas com as águas calmas do mar, as embarcações percorreram rapidamente o trajeto, este ano aumentado com a ida ao Farol da Barra, onde foi feito o retorno. Ao passar no II armazém do porto de

Salvador, a procissão parou para a tradicional homenagem dos trabalhadores marítimos e seus familiares ao Senhor dos Navegantes, num dos momentos mais bonitos e emocionantes da festa:

PROCISSÃO

Às 12h40min, a Galeota “Gratidão do Povo” aportou na praia da Boa Viagem, sendo a imagem conduzida em procissão terrestre até a igreja, sob aplausos, orações e cânticos. Mais de 50 mil pessoas se aglomeravam defronte à igreja da Boa Viagem e nas ruas próximas. Enquanto pregava, o bispo dom Thomas Murphy, que vem substituindo provisoriamente D. Avelar, muita gente bebia, cantava e sambava nas centenas de barracas armadas na festa de Largo. Outras pessoas aproveitavam o sol forte para tomar banho de mar.

Muitas embarcações permaneceram ali na Boa Viagem até mais tarde, já que participavam do concurso de decoração, originalidade e animação, instituído este ano pela Prefeitura, através de sua Empresa de Turismo. O destaque maior coube a um barco com críticas à política econômica do governo. Um enorme pacote continha inscrições como “Funário volta prá garrafa”. E Sarney dizendo “Tinha que dar certo”.

Es sprach aber kein Wort, sondern führte sie zu einem reichbesetzten Tisch; und als sie gegessen und getrunken hatten, brachte es einen jehlichen in sein eigenes Schlafzimmer. Am anderen Morgen kam das grüne Männchen zu dem ältesten, winkte und leitete ihn

CNBB debate relações entre igrejas cristãs e Maçonaria

Da Reportagem Local

A atitude das igrejas cristãs brasileiras diante da Maçonaria é tema de uma série de reuniões que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) vem promovendo, desde o ano passado, com o objetivo de encontrar uma atitude pastoral baseada no diálogo, diante do grande número de católicos e protestantes maçons.

Na Igreja Católica, os documentos e regulamentos do Vaticano ainda são bastante reticentes quanto à possibilidade de dupla militância para um católico, no catolicismo e na Maçonaria. No entanto, a CNBB é uma das conferências episcopais mais abertas para o diálogo com a Maçonaria. Um dos principais incentivadores dessa atitude pastoral foi o cardeal arcebispo de Salvador e pri-

maz do Brasil, d. Avelar Brandão Vilela, morto em dezembro último.

Uma das primeiras conclusões do diálogo católico-evangélico sobre a Maçonaria é a de que, muitas vezes, os crentes das duas confissões encontram um ambiente de maior fraternidade nas lojas maçônicas que nas próprias igrejas que frequentam desde a infância; enquanto os rituais católico-protestantes são, quase sempre, pobres em gestos, a Maçonaria oferece ritos expressivos; há, também, casos de crentes que voltam a frequentar, com mais assiduidade, os cultos e missas, depois que se filiam à Maçonaria.

Diante desse panorama, as igrejas decidiram obter informações mais detalhadas sobre outras confissões cristãs e a Maçonaria, aprofundar o tema da irreconciliabilidade ou não entre as doutrinas cristã e maçônica, além de avaliar os ritos maçônicos.

Igreja aciona em fevereiro seu 'lobby' na Constituinte

Da Reportagem Local

Com o apoio de cientistas políticos, juristas e parlamentares de vários partidos, além de uma infra-estrutura baseada na informática, a Igreja Católica acionará, a partir dos primeiros dias do próximo mês, o seu "lobby" no Congresso constituinte. Seu objetivo é garantir a inclusão, no novo texto constitucional, de princípios que vão da "democracia participativa" até a defesa de teses como a proibição do aborto e a redistribuição mais equitativa da renda nacional.

A presidência da CNBB —responsável pela organização do "lobby"— será assessorada neste trabalho por uma comissão de assuntos constitucionais presidida pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin. Integram também a comissão, entre outros, o jurista Fábio Konder Comparato (que preparou o anteprojeto constitucional para o PT), o deputado federal eleito Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e o sociólogo jesuíta Fernando Bastos de Avila, do Rio.

Também em fevereiro, deverá começar a funcionar a mais nova pastoral da Igreja no Brasil —A Pastoral Constituinte—, que dará assessoria específica aos congressistas católicos. A pastoral irá fornecer-lhes subsídios baseados no documento "Por uma Nova Ordem Constituci-

onal", aprovado pelo episcopado brasileiro na reunião da CNBB em abril do ano passado, e cobrar destes constituintes o cumprimento de seu compromisso cristão. A Arquidiocese de Brasília contribuirá com a infra-estrutura para o funcionamento da pastoral.

Com base no documento "Por uma Nova Ordem Constitucional", a Igreja fiscalizará os trabalhos constituintes, observando, de modo específico, cinco itens, com vistas e eventuais denúncias: tentativas de introduzir na Constituição "elementos incompatíveis com a dignidade e os direitos da pessoa humana"; eventuais "manobras, manipulações e entendimento de cúpula para frustrar aspirações democráticas"; tentativas de "limitar a liberdade e a soberania" do Congresso; casos de "manifesto abuso do poder econômico", além de ameaças "aos valores éticos e religiosos fundamentais".

Outra preocupação da Igreja será a "criação de canais de comunicação independentes entre a Constituinte e a sociedade", multiplicando, para isso, a publicação de boletins. O "lobby" da Igreja será apoiado pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que montarão plantões especiais no Congresso Nacional, com representantes de todas as regiões do país.

D. Ivo participa das eleições 7/1187 FIV para nova direção do Celam

Da Reportagem Local.

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Ivo Lorscheiter, participará, de 9 a 14 de março próximo, em Ipacarái, Assunção, no Paraguai, da 22ª assembléia ordinária do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano). A assembléia elegerá os novos dirigentes da entidade e analisará a situação da Igreja em cada país do continente. Baseada na carta enviada pelo papa João Paulo 2º aos bispos do Brasil, em abril do ano passado, a CNBB poderá reassumir o papel de destaque que sempre teve no Celam. Em sua mensagem, o papa disse o papel da Igreja no Brasil é um exemplo da "nova evangelização", que pretende ver implantada na América Latina, e que tem como motivação central a celebração — já iniciada e a ser cumprida até 1992 — dos quinhentos anos da evangelização no continente.

A nova assembléia do Celam — que atualmente é presidido pelo arcebis-

po argentino d. Antonio Quarracino — será realizada algumas semanas antes do início da nova visita de João Paulo 2º ao Cone Sul latino-americano. O papa visitará Chile, Uruguai e Argentina, podendo fazer uma escala técnica em São Paulo ou Rio, no retorno ao Vaticano. Será, também, a última assembléia antes das eleições para a presidência da CNBB.

Além das eleições de seus novos dirigentes, o Celam avaliará seu recente triênio de atividades (1983-1986), estudará a reforma de seus estatutos e aprovará planos para seus organismos especializados. Sem inclusão formal na pauta, discutirá, especificamente, a situação da Igreja em países ainda submetidos a ditaduras e de países em situação revolucionária, como Cuba e Nicarágua. Os representantes das conferências episcopais do continente discutirão, também, a preparação do Concílio Latino-Americano da Juventude, a ser realizado, antes do final do século, por sugestão do Vaticano.

Igreja aciona em fevereiro seu 'lobby' na Constituinte

Da Reportagem Local

Com o apoio de cientistas políticos, juristas e parlamentares de vários partidos, além de uma infra-estrutura baseada na informática, a Igreja Católica acionará, a partir dos primeiros dias do próximo mês, o seu "lobby" no Congresso constituinte. Seu objetivo é garantir a inclusão, no novo texto constitucional, de princípios que vão da "democracia participativa" até a defesa de teses como a proibição do aborto e a redistribuição mais equitativa da renda nacional.

A presidência da CNBB —responsável pela organização do "lobby"— será assessorada neste trabalho por uma comissão de assuntos constitucionais presidida pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin. Integram também a comissão, entre outros, o jurista Fábio Konder Comparato (que preparou o anteprojeto constitucional para o PT), o deputado federal eleito Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e o sociólogo jesuíta Fernando Bastos de Ávila, do Rio.

Também em fevereiro, deverá começar a funcionar a mais nova pastoral da Igreja no Brasil —A Pastoral Constituinte—, que dará assessoria específica aos congressistas católicos. A pastoral irá fornecer-lhes subsídios baseados no documento "Por uma Nova Ordem Constitui-

onal", aprovado pelo episcopado brasileiro na reunião da CNBB em abril do ano passado, e cobrar destes constituintes o cumprimento de seu compromisso cristão. A Arquidiocese de Brasília contribuirá com a infra-estrutura para o funcionamento da pastoral.

Com base no documento "Por uma Nova Ordem Constitucional", a Igreja fiscalizará os trabalhos constituintes, observando, de modo específico, cinco itens, com vistas e eventuais denúncias: tentativas de introduzir na Constituição "elementos incompatíveis com a dignidade e os direitos da pessoa humana"; eventuais "manobras, manipulações e entendimento de cúpula para frustrar aspirações democráticas"; tentativas de "limitar a liberdade e a soberania" do Congresso; casos de "manifesto abuso do poder econômico", além de ameaças "aos valores éticos e religiosos fundamentais".

Outra preocupação da Igreja será a "criação de canais de comunicação independentes entre a Constituinte e a sociedade", multiplicando, para isso, a publicação de boletins. O "lobby" da Igreja será apoiado pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que montarão plantões especiais no Congresso Nacional, com representantes de todas as regiões do país.

449-18-1-p

Clero apoiará Simon para moralizar serviço público

Porto Alegre - O Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Ivo Lorscheiter, após reunião do episcopado gaúcho com o governador eleito do PMDB, Pedro Simon, anunciou que o clero vai apoiar a futura administração estadual "na moralização do serviço público". Observou que os bispos estão decididos a dizer palavras fortes e claras para conscientizar o povo sobre a situação estadual.

Esse apoio, porém, conforme enfatizou, não significa "tutelar tudo o que o governador fizer, quando for necessário seremos bem críticos e duros". O governador eleito Pedro Simon comentou sua disposição de mobilizar todos os setores partidários e sociais em torno de um pacto regional, visando principalmente um plano consensual de medidas controladoras do impasse financeiro da administração (dívida externa de Cr\$ 55 bilhões): "Não estou convocando os outros a descascarem o abacaxi comigo".

REUNIÃO COM BISPOS

Durante mais de duas horas, ontem pela manhã, o governador eleito Pedro Simon reuniu-se com 14 dos 16 bispos gaúchos - mais o cardeal Vicente Scherer - numa das salas da Curia Metropolitana, na

capital. "Ele tinha me procurado lá em Santa Maria (sua diocese) e pediu para conversar comigo sobre a situação do Estado, então eu sugeri que convidasse todos os bispos, porque eu era só um" - explicou o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, ao explicar o encontro. Depois da discussão, Pedro Simon almoçou com os bispos na própria Cúria, num ambiente de muita descontração, onde nem cânticos religiosos faltaram.

Em entrevista, disse ter ficado "emocionado pelo conteúdo e capacidade de discernimento social manifestada pelos bispos". Observou que sua cruzada em busca de apoio à administração "pretende conquistar entrosamento com toda a sociedade, não que todos venham a apoiar o Governo, mas que haja uma média de pensamento sobre as necessidades do Estado".

Embora mais uma vez tenha reclamado do excesso de funcionários públicos (são cerca de 350 mil), Pedro Simon não quis revelar o projeto da sua administração para minimizar o impasse do empenho de 130 por cento do ICM arrecadado para pagar os servidores públicos. "Estamos estudando a questão mas ainda não temos uma fórmula definitiva"-comentou.

Igreja Católica prepara

Plano Pastoral

A Igreja Católica em todo o Brasil está preparando seu novo Plano de Pastoral para os próximos anos. Reuniões de avaliação dos anos passados e sugestões para futuras atividades estão sendo feitas.

Nesses dias a Linha 5 da CNBB, Ecumenismo e Diálogo Religioso, sob a coordenação do bispo responsável, Dom Sinésio Bohn e seu assessor, Frei Felix Neefjes, estiveram reunidos no Instituto Pio XI em São Paulo juntos com bispos, padres e religiosos das diversas partes do Brasil para rever toda a caminhada ecumênica no Brasil.

O primeiro momento do encontro atendeu um questionário recebido do Secretariado para os Não Crentes desejando saber o andamento do diálogo com a cultura especificando o tema: Ideologias, Mentalidades e Fé Cristã, através do qual conheceria melhor a realidade brasileira. A ideologia foi definida como um sistema de pensamento que tenta interpretar a realidade e transformá-la em vista de um modelo ideal. Com frequência estas ideologias partem de um princípio a priori e por isso são limitadas na sua função hermenêutica. Mentalidades por sua vez foram definidas como atitudes vitais não refletidas que geram comportamentos sociais.

Os participantes destacaram algumas mentalidades predominantes no Brasil, entre elas, o consumismo, que é induzido pelos meios de comunicação gerando o individualismo e a mentalidade imediatista que reforça o consumismo. Entre as ideologias destacaram-se o positivismo, o capitalismo, o marxismo e o freudismo. As consequências destas mentalidades e ideologias para com a fé cristã são muitas. O consumismo e o imediatismo facilitam a passagem de pessoas de uma religião para outra em busca de soluções rápidas para os seus problemas, tornando a religião um meio de consumo. Esse consumismo provocado pela ideologia capitalista gera um individualismo que afeta a solidariedade cristã. A ideologia marxista cria a mentalidade de luta que gera um impacto que pode ser contra a fé cristã. O freudismo, o pansexualismo, que é a absolutização do sexo, afeta a vida familiar, deixando cair os valores morais e cristãos. Para combater estas tendências foi sugerido de apoiar melhor os grupos e movimentos que alimentam o espírito comunitário, como as CEBs.

O segundo momento tratou do ecumenismo e diálogo religioso. Notou-se um grande avanço em toda parte do Brasil particularmente em São Paulo. Entre as dificuldades mencionaram-se a falta de preparação ecumênica dos seminaristas, o crescimento das seitas, e o surgimento de grupos semelhantes às Igrejas Brasileiras mas não ligadas à elas. Frisou-se a necessidade de cursos de ecumenismo nos seminários, uma avaliação da pastoral da Igreja Católica, de continuar o diálogo com o judaísmo e o contato com islamismo e ampliar o diálogo com as religiões Negro-Brasileiras. Os participantes se comprometeram a apoiar os esforços nesse campo em todos os níveis.

D. Eugenio Sales

Contravenção e posições falsas

O CORRE com certa insistência a divulgação de informações tendenciosas, servindo de argumento para alcançar objetivos desejados que atendam a interesses pessoais ou de grupos, em detrimento ao bem comum. Nesse caso incluem-se as campanhas em favor da legalização do jogo, no Brasil.

Para não ir muito longe, recordo a reunião nacional de órgãos oficiais de turismo, realizada em Brasília, no início de junho de 1979. A maioria dos representantes "considerou a existência de cassinos como um fator da maior importância para o desenvolvimento do turismo em um país" (trecho de um noticiário em um grande jornal de 6 de junho de 1979). Entretanto, o então presidente da Embratur declarou, categoricamente e bem fundamentado, que "apenas 30% das pessoas que vão a locais onde existem cassinos participam dos jogos". Assim, para a liberação do jogo, como meio de promover o turismo, apela-se para uma inverdade.

Uma posição falsa é afirmar que, na impossibilidade de coibir, que se oficialize a contravenção. Tal proposição raia pela insanidade e gera conclusões altamente nocivas e destruidoras para a sociedade: o crime, quando cria raízes profundas, deixaria, diante da lei, de ser um mal. Uma dedução absurda. O que é custoso, em vez de ser enfrentado, é simplesmente riscado de nossos códigos. Esse raciocínio nos levaria a quebrar as tábuas dos mandamentos divinos, pois todos eles são difíceis de ser observados e também constantemente violados. Suponhamos a existência humana em um mundo sem exigências de uma fundamentação moral. Deixemos que nossa inteligência e imaginação nos tracem um retrato bem real de como seria o ambiente em que viveríamos. Podemos começar pelo assalto, tão freqüente em nossas ruas, pelos estupros e assim por diante.

Parece ingênuo, para não fazer afirmação mais contundente, pensar que a assinatura de uma lei que legalize a contravenção dos jogos de azar corrija a corrupção, gerada por somas fabulosas, oriundas da clandestinidade. Será que surgirá um súbito amor à ordem, até então violada? Estarão dispostos a pacificamente, como em um passe de mágica, dividir com o Governo por meio de impostos, a soma fantástica de dinheiro que usufruem? Acresce a isso, e é o mais grave, o perigo de ser canalizado para os tóxicos a engrenagem ilegal existente. No submundo do crime, creio que a maior movimentação diária e contínua de imensos lucros cabe ao "jogo do bicho" e à venda de entorpe-

centes. Basta observar que ambos têm caminhos muito próximos, apesar da quase ausência de prisões no primeiro caso, em comparação com o segundo.

Há claros indícios da origem, nessas fontes espúrias do financiamento de diversas atividades, que vão desde as organizações carnavalescas ao atendimento a pessoas desassistidas. Como resultado de tal envolvimento presenciemos, há poucos meses, dois fatos aqui no Rio de Janeiro: um, a população que desce de uma favela para exigir, frente à delegacia, na Zona Sul, a libertação de um traficante, notório criminoso, que assume o título de protetor ou benfeitor público, outro, o desafio à Polícia, ocorrido com a determinação de cerrar as portas do comércio local, por motivo decorrente da morte do pai do chefe da "gang". Impressionaram-me, como um sinal da situação, as lágrimas do militar, inferiorizado em armamento, obrigado a assistir ao vergonhoso espetáculo, sem meios para reagir. Evidentemente, veio o reforço já sem maiores conseqüências para quem afronta, não o pequeno destacamento militar, mas a sociedade carioca.

A oficialização do jogo é uma inversão funesta de valores, com efeito colaterais imprevisíveis. E no momento em que se transforma o contraventor em funcionário público, ou assalariado com carteira assinada para controle dos lucros, outros expedientes surgirão para evitar a perda da imensa massa financeira que enriquece uns poucos. E o tóxico aí está, como opção. O mais triste não é tanto a existência dos males, mas o reconhecimento da incapacidade de combatê-los.

O fato de haver loterias não torna legítima a crescente multiplicação do jogo. Quanto maior o número de jogos e loterias, mais amplas as possibilidades da difusão de seus malefícios.

O meio, único e eficaz, de enfrentar qualquer perigo é arremeter as forças que se lhe possam opor, dando-lhes apoio e incentivo. Infelizmente, jamais desaparecerá da face da terra a transgressão à Lei divina e humana. Contudo, a sobrevivência de um clima respirável na sociedade depende da luta e da capacidade de sacrifício, inclusive com o amargo gosto da derrota, diante da superioridade numérica dos que agem diferentemente.

O âmago do problema está na avassaladora corrupção. E ela não se encontra apenas no dinheiro do jogo clandestino ou oriundo de tóxicos. Também está nos escândalos clamorosos de que somos testemunhas. Impõe-se preservar e estimular a honestidade, em todos os níveis. E essa meta só será alcançada por uma visão cristã da vida e dos princípios que devem nortear a família humana.

D. Eugênio Salles é cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.

CNBB considera "delicado" momento político do país

FSP
M-1-85

Da Reportagem Local

O atual momento sócio-político brasileiro "é delicado", exigindo "medidas concretas e urgentes" em favor dos assalariados de baixa renda e o governo precisa "ouvir mais e informar melhor" os segmentos da população mais atingidos pelos seus decretos. É o que disseram ontem, às 12h, à Folha, por telefone, o vice-presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e arcebispo de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhoa Vieira, 66, e o secretário-geral, d. Luciano Mendes de Almeida, 56, bispo auxiliar da região Belém, zona leste paulistana.

Sem apoiarem explicitamente a crítica que o presidente José Sarney fez, anteontem, aos empresários que defendem a desobediência às normas econômicas oficiais, os bispos afirmaram que "o peso suportado pelas classes de baixa renda e pela população marginalizada tem sido muito grande" e que "no Brasil, os que menos devem queixar-se são os altos industriais". Para d. Benedito, "os que mais têm direito de se queixar, são os assalariados que recebem até quatro salários mínimos".

O vice-presidente da CNBB declarou que "o povo está desiludido com o governo, por não ter realizado muitas promessas e medidas essenciais como a reforma agrária" e que "os ágios e os constantes aumentos de preços já tornaram insuficientes, há muito tempo, os atuais salários dos trabalhadores". Já d. Luciano Mendes de Almeida afirmou que o momento atual "exige uma intensificação do processo comunicativo e participativo, exigindo informação clara e colaboração efetiva entre as partes envolvidas na situação, porque, no regime democrático, as decisões que incluem sacrifícios devem ser assumidas em comum".

Para o secretário-geral da CNBB, "é de se esperar, agora, que os brasileiros que dispõem de mais recursos sejam chamados a colaborar com uma parte mais ponderável de sacrifícios", destacando que "isto, no entanto, não significa que o governo possa omitir-se no processo participativo, consultando e ouvindo os que são atingidos pelos seus decretos, uma vez que a nota característica do regime democrático é a de valorizar a participação de todos os segmentos da sociedade".

CNBB considera "delicado"

ULO

Domingo, 11 de janeiro de 1987 — POLÍTICA — 1.º caderno — A-5

momento político do país

Da Reportagem Local

O atual momento sócio-político brasileiro "é delicado", exigindo "medidas concretas e urgentes" em favor dos assalariados de baixa renda e o governo precisa "ouvir mais e informar melhor" os segmentos da população mais atingidos pelos seus decretos. É o que disseram ontem, às 12h, à Folha, por telefone, o vice-presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e arcebispo de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhoa Vieira, 66, e o secretário-geral, d. Luciano Mendes de Almeida, 56, bispo auxiliar da região Belém, zona leste paulistana.

Sem apoiarem explicitamente a crítica que o presidente José Sarney fez, anteontem, aos empresários que defendem a desobediência às normas econômicas oficiais, os bispos afirmaram que "o peso suportado pelas classes de baixa renda e pela população marginalizada tem sido muito grande" e que "no Brasil, os que menos devem queixar-se são os altos industriais". Para d. Benedito, "os que mais têm direito de se queixar, são os assalariados que recebem até quatro salários mínimos".

O vice-presidente da CNBB declarou que "o povo está desiludido com o governo, por não ter realizado muitas promessas e medidas essenciais como a reforma agrária" e que "os ágios e os constantes aumentos de preços já tornaram insuficientes, há muito tempo, os atuais salários dos trabalhadores". Já d. Luciano Mendes de Almeida afirmou que o momento atual "exige uma intensificação do processo comunicativo e participativo, exigindo informação clara e colaboração efetiva entre as partes envolvidas na situação, porque, no regime democrático, as decisões que incluem sacrifícios devem ser assumidas em comum".

Para o secretário-geral da CNBB, "é de se esperar, agora, que os brasileiros que dispõem de mais recursos sejam chamados a colaborar com uma parte mais ponderável de sacrifícios", destacando que "isto, no entanto, não significa que o governo possa omitir-se no processo participativo, consultando e ouvindo os que são atingidos pelos seus decretos, uma vez que a nota característica do regime democrático é a de valorizar a participação de todos os segmentos da sociedade".

Igreja cria comissão para acompanhar a Constituinte

São Paulo — A igreja católica está decidida a deixar sua marca na nova Constituição do país. Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, uma comissão de juristas, intelectuais e autoridades eclesásticas acompanhará de perto os debates, recolhendo informações que deverão fundamentar pressões que o clero pretende fazer sobre os parlamentares.

O sociólogo Francisco Whitaker, um dos integrantes da comissão presidida pelo bispo de Bauru, dom Cândido Padim, informa que o grupo deverá transmitir os dados colhidos à CNBB, que os repassará às dioceses. Além disso, a comissão vai assessorar os deputados ideologicamente vinculados ao catolicismo.

Tendo como diretriz básica a "participação popular na Constituinte", a igreja pretende agir em defesa de bandeiras históricas, como a proibição do aborto, mas algumas vertentes do clero terão liberdade para cuidar de questões específicas. "Certamente, as dioceses mais envolvidas com o problema da terra ou do índio, por exemplo, farão gestões próprias junto à Constituinte", explica Whitaker, que é

também um dos assessores do cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

Utilizando como braços sobretudo as Comissões de Justiça e Paz, a igreja pretende patrocinar suas propostas em parceria com outras entidades da chamada sociedade civil, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e sindicatos.

Em São Paulo, várias dessas entidades juntaram-se no plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que se reúne há um ano. De acordo com o presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, Marco Antônio Rodrigues Barbosa, as teses da igreja contidas no documento **Por uma Nova Ordem Constitucional**, não se conflitam em nada com as propostas já aprovadas pelo Plenário.

Em seu documento-guia para a ação na Constituinte, a CNBB deixa claro que não detém, ao contrário do que proclamava antes, os "princípios básicos da convivência humana". Ressalta que a igreja é apenas "uma parte da sociedade" e não almeja uma Constituinte "confessional".

Bispos consideram "difícil" quadro político do país

Da Reportagem Local *

A situação do país "é difícil", sem que se possa fazer "previsões sobre o que vai acontecer", e o presidente José Sarney "vai encontrar dificuldades tremendas, talvez insuperáveis" se não for solucionada a questão da dívida externa. E o que disseram, em locais e circunstâncias diferentes, o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Ivo Lorscheiter, e o antigo arcebispo de Olinda e Recife (PE), d. Hélder Câmara.

O presidente da CNBB e bispo de Santa Maria (RS), d. Ivo Lorscheiter, 59, disse ontem, às 11h, à Folha, por telefone, que está "perplexo" diante da situação sócio-econômica brasileira, com as decisões governamentais e com as reações geradas nos vários

segmentos da sociedade. Disse que "a situação é tão confusa" que não consegue "fazer uma análise suficientemente objetiva sobre a atual conjuntura". E acrescentou que não se sente "em condições de fazer qualquer previsões sobre o que pode acontecer no país".

Congresso constituinte

D. Ivo voltará a Brasília no final do mês para coordenar o acompanhamento da Igreja ao Congresso constituinte. Citando o documento "Por uma nova ordem constitucional", aprovado pela CNBB no ano passado, ele disse que a Igreja defenderá "avanços significativos" na nova Constituição, no campo da ordem econômica, tais como "a submissão do planejamento econômico a mecanismos participativos, atribuindo prioridade absoluta às necessidades básicas da população", além da "primazia do trabalho sobre o capi-

tal" e meios para superar "a exorbitante desproporção na participação nos frutos do trabalho".

D. Hélder

"O governo e os mais ricos não podem abusar da paciência do povo", disse, por sua vez, o antigo arcebispo de Recife e Olinda (PE), d. Hélder Câmara, ontem, às 14h, por telefone, em seu apartamento nos fundos da Igreja das Fronteiras, em Recife. Afirmou que a Igreja "não vê, no momento, expressões maciças de ódio e violência no país", mas que, "antes que seja tarde, é preciso realizar profundas reformas sociais, a começar pela reforma agrária". E citou a frase de João Paulo 2º, no ano passado, após receber o presidente Sarney: "A reforma agrária no Brasil é necessária para a sobrevivência da democracia".

D. Hélder defendeu, depois, "o esforço coletivo de todos os que sentem a necessidade de um mundo mais humano" para que "seja garantida uma vida digna para todos no Brasil". Amanhã, ele viajará ao Amapá —para pregar em um retiro— e depois seguirá para os Estados Unidos, onde representará os bispos do Terceiro Mundo no lançamento da carta da conferência episcopal norte-americana sobre a situação econômica internacional.

D. Paulo

Ao fazer conferência em Londres, no congresso anual em memória do papa Paulo 6º —cujo tema é o vigésimo aniversário da encíclica "Populorum Progressio" ("Sobre o Progresso dos Povos")—, d. Paulo também manifestou preocupação com a situação social e política do país, em particular com os efeitos da dívida externa nas perspectivas econômicas brasileiras. Segundo ele, o presidente Sarney vai encontrar "di-

ficultades tremendas, talvez insuperáveis, se não houver uma mudança na política mundial da cobrança da dívida".

D. Paulo afirmou, anteontem, que a dívida externa real do Brasil é de 20 bilhões de dólares e não de 115 bilhões "como dizem", acrescentando que "o Brasil não pode continuar pagando um bilhão de dólares por mês aos credores internacionais" e que "a metade da dívida é de juros capitalizados". Ele qualificou a dívida externa brasileira como "uma decisão ditatorial imposta à nação". Citou, depois, o parágrafo 59 da "Populorum Progressio", de Paulo 6º, segundo o qual "se as posições das partes contratantes são muito desiguais, o acordo entre as partes não é suficiente para garantir a justiça de seu contrato". Para d. Paulo, os credores do Terceiro Mundo "deveriam ouvir isto".

Antes de regressar ao Brasil, d.

Paulo participa a partir de hoje, na condição de primeiro bispo latino-americano especialmente convidado, da "semana de estudos da conferência dos bispos da Inglaterra e País de Gales". Os bispos da Grã-Bretanha pretendem aumentar a sua presença em projetos de desenvolvimento de comunidade de base na América Latina, através da Cadof, fundo católico para desenvolvimento no exterior, que comenora este ano o seu cinquentenário.

CNBB considera 'espúrio'

76-7-87
Da Sucursal de Brasília
e da Reportagem Local

cartaz anti-Aids

Reprodução Homero Sérgio

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, disse ontem em Brasília que "a campanha de prevenção à Aids (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) deve respeitar o nível ético e não descer à afirmação do cartaz espúrio atribuído ao Ministério da Saúde". Ele se referia ao cartaz "Transe numa boa", elaborado pelo Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa).

D. Luciano negou que assessores da CNBB tenham ligado para o Ministério da Saúde (27 vezes, segundo o "Jornal do Brasil") para protestar contra o "slogan". Segundo ele, só à noite a CNBB teve conhecimento do cartaz, motivo pelo qual resolveu procurar pessoalmente o ministro da Saúde. D. Luciano disse ainda que é preciso dar apoio à campanha em benefício dos pacientes "e insistir nos aspectos morais, que contribuirão para diminuir os riscos de contágio".

"Atraso"

Em São Paulo, o presidente do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa), Paulo César Bonfim, 31, disse ontem que considera "um atraso" a postura crítica da CNBB com relação ao cartaz, que vem sendo distribuído no Brasil desde julho de 1985 e cuja função é alertar os segmentos sociais de maior risco (homossexuais, prostitutas e toxicômanos) do perigo da contaminação da Aids.

Segundo Bonfim, a CNBB deveria ficar "escandalizada com a subnutrição do país e com acidentes como o de Chernobyl, e não com um cartaz cuja finalidade é prevenir uma doença letal e permitir a vida às pessoas.

Acontece que este país é atrasado, e isso vale para toda a sociedade. Quando lançamos o cartaz setores da esquerda diziam que era reacionário, porque determinava normas de comportamento, e a direita dizia que era pornográfico. Ora, não dá para falar de sexo sem usar os termos que as pessoas estão acostumadas a falar. E a mensagem tem funcionado perfeitamente porque é clara, objetiva e informativa".

O cartaz foi produzido por artistas integrantes do Gapa e teve "lay-out" do pintor Darcy Penteado. Seu texto diz: "Transe numa boa. Sexo é bom. Não deixe a Aids acabar com isso. Evite contato com esperma. Use camisinha. Reduza o número de parceiros. Masturbação a dois é gostoso e oferece menos risco". Bonfim disse que a primeira tiragem, de cinco mil exemplares, está distribuída pelo Brasil e está saindo a segunda, com dez mil.

**TRANSE
NUMA BOA**

sexo é bom
não deixe a aids
acabar com isso.

evite contato com
esperma • use ca
misinha • reduza
o número de par
ceiros • masturb
ação a dois é go
stoso e oferece
menos risco

ESTAR INFORMADO
É A MELHOR PREVENÇÃO
O cartaz pretende prevenir a Aids

Fundador do Grupo Gay da Bahia critica CNBB

Salvador — O professor Luis Mott, do Instituto de Antropologia da UFBA (Universidade Federal da Bahia), fundador do Grupo Gay da Bahia (primeira entidade de homossexuais reconhecida legalmente no Brasil), considerou "uma atitude de hipócrita" a reação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) ao cartaz *Transe numa boa*, criado pelo Grupo de Apoio aos Pacientes de Aids e cuja foto foi publicada esta semana pelo JORNAL DO BRASIL.

O cartaz, de autoria do artista plástico Darcy Penteado, vem sendo afixado e distribuído há bastante tempo pelo Grupo Gay da Bahia, nos locais públicos de Salvador mais freqüentados por homossexuais, principalmente nas saunas, restaurantes, bares e cinemas. "O cartaz é muito criativo, didático e moderado na linguagem, não havendo motivo para reação tão brusca da Igreja, a não ser por preconceito", disse Mott.

— Mais uma vez fica comprovada a hipocrisia de setores conservadores da Igreja Católica, que preferem ver as pessoas morrerem de Aids a encarar a realidade com objetividade e bom senso, como o fizeram, por exemplo, o recém-falecido cardeal primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, e a ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, madre Tereza de Calcutá, afirmando que a Aids não é um castigo divino e não deve ser usada para justificar discriminação — afirmou o fundador do Grupo Gay da Bahia.

Para Luis Mott, o protesto da CNBB

em relação ao cartaz é anticonstitucional e desrespeita os direitos dos cidadãos, "considerando-se que o homossexualismo não é nem crime, pelo Código Penal, nem doença, segundo o Conselho Federal de Medicina".

De acordo com Luis Mott o preconceito da Igreja Católica em relação à homossexualidade tem resultado em situações delicadas para a própria instituição. O professor lembrou a situação atual de 12 sacerdotes católicos contaminados pela Aids nos estados Unidos, que, recentemente, denunciaram o abandono por parte da Igreja. "Isso revela que a caridade da hierarquia do clero não passa, muitas vezes, de mera retórica", disse Luis Mott.

Em Belo Horizonte, a coordenadora da assessoria de Comunicação Social da Secretaria da Saúde de Minas Gerais, Aparecida Peixoto, revelou ontem que o Ministério da Saúde baseará a campanha nacional contra a Aids na estratégia da que foi concebida no estado, denominada **Informar e prevenir**, que, disse, foi "aprovada em todos seus aspectos", pelo ministério e pela Igreja.

Foram impressos para a campanha de prevenção, que será lançada em Minas em data ainda não marcada, 3 mil cartazes e número igual de adesivos. Spots em fita cassete, com mensagens de 30 segundos, serão rodados de meia em meia hora nas boates, saunas e motéis freqüentados por homossexuais, que constituem o principal grupo de risco da Aids.

CNBB convoca os Bispos para a 25.^a Assembléia

18/1/87
088

Na qualidade de presidente e secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Ivo Lorscheiter e D. Luciano Mendes de Almeida estão enviando a todos os Bispos do Brasil carta convocando-os "de acordo com nosso Estatuto e Regimento, para a 25.^a Assembléia Geral Ordinária da CNBB, que obedecerá à seguinte programação: data, de 22 de abril de 1987, às 8,30 horas, até 1.º de maio às 17 horas, na Vila Kostka, Itaici, município de Indaíatuba".

O TEMA CENTRAL desta importante Assembléia será "a avaliação global da caminhada

da CNBB e definição de Diretrizes Pastorais para o próximo quadriênio", com destaque aos temas: Assembléia Nacional Constituinte, Leigos, Educação, Seitas e Ecumenismo".

Ao mesmo tempo, oito outros temas estão sendo propostos para a aprovação da pauta, no início da Assembléia: "Relatório da Presidência da CNBB"; "Relatório econômico-financeiro da CNBB"; "Eleições para a presidência da CNBB, Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, Comissão Pastoral de Doutrina da CNBB, Conselho Fiscal, Delegado da CNBB junto ao CELAM, delegados do Brasil ao Sinodo dos Bispos,

Conselho Nacional para o Santuário de Aparecida"; "Atualização de Regimento da CNBB e do Estatuto Civil".

Foram selecionadas, também, as seguintes COMUNICAÇÕES: "Relatório do Delegado da CNBB junto ao CELAM; Comunicação sobre a situação da Teologia; Comunicação sobre a situação sócio-político-nacional".

O Dia de Espiritualidade será orientado por Dom João Rezende Costa, Arcebispo Emérito de Belo Horizonte e terá como tema: "O Espírito Santo na vida do Bispo e da Igreja". e vbg

CNBB aceita o planejamento, mas impõe condições

211184 FSP

Das Sucursais
Da Reportagem Local
e da Redação da Folha

O vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Benedito de Ulhoa Vieira, 66, arcebispo de Uberaba, disse ontem que a Igreja "reconhece a necessidade de certo planejamento familiar, mas sob condições morais", que, segundo ele, condenam a esterilização artificial, o uso de anticoncepcionais e o aborto.

O ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Moreira Lima, 60, afirmou que a decisão do governo de desenvolver um programa de planejamento familiar "é uma posição realista e corajosa". Segundo o ministro, "se as taxas demográficas continuarem nos níveis atuais, o Brasil terá muitas dificuldades para atender as suas necessidades mínimas de educação, saúde, emprego e habitação".

Na opinião de Moreira Lima, "a gravidade de uma taxa de natalidade descontrolada é que ela explica, em grande parte, a taxa de mortalidade infantil e o que é tão grave como esse reflexo: corremos o risco de permitir o surgimento de uma geração de débeis mentais, pela subnutrição e pela falta de assistência a essa massa enorme de nascituros desassistidos".

O ministro da Aeronáutica mencionou os exemplos de outros países, como a China e a Índia, "que estão contendo o crescimento desordenado de sua população por esse caminho". Ele defende o que chama de "uma postura honesta" no esclarecimento da população, "porque essa posição não deve ser adotada só pelo governo, mas por toda a sociedade, em razão das graves consequências que podem advir da nossa passividade diante do problema".

"Hipocrisia"

O ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, afirmou que seria "hipocrisia não pensar num programa de planejamento familiar, porque as classes média e alta já o praticam". Segundo ele, um programa neste sentido deve ter como finalidade a expansão e aprimoramento da assistência médica materno-infantil, além de oferecer às famílias pobres informações e meios comprovados e legítimos de "controle da natalidade".

O ministro, citando dados do sociólogo Hélio Jaguaribe, disse que setenta milhões de pessoas vivem na pobreza, com alta de fecundidade. Cerca de quarenta milhões de brasileiros estão na miséria absoluta e têm uma taxa de fecundidade semelhante à da classe alta. Segundo ele, a cada triênio o país tem um crescimento populacional superior à população da Dinamarca (5,1 milhões) e da Suíça (6,4 milhões) e equivalente à de Portugal (10 milhões).

Cartilha

De acordo com o ministro da Saúde, Roberto Santos, 60, a Comissão de Planejamento Familiar, criada na reunião do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), se reunirá "possivelmente na sexta-feira", para definir qual será a linha de ação de cada um dos órgãos envolvidos e elaborar o cronograma de trabalho. Segundo o ministro, o planejamento familiar deve ser tratado como algo interdisciplinar e não apenas no âmbito da saúde.

Ele afirmou que a cartilha elaborada pelos ministérios da Saúde e da Previdência está sendo revista pelo Ministério da Previdência e que a política de planejamento familiar "não deverá ser impositiva, mas uma opção do casal".

O ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, 55, disse que estão sendo impressos três milhões de exemplares da nova cartilha, que informará, em primeiro lugar, sobre os métodos naturais de controle da natalidade (entre eles, a tabela) e, em seguida, sobre dois métodos artificiais: a pílula e o DIU (Dispositivo Intra-Uterino). De acordo com o ministro, haverá "em breve" uma campanha no rádio e na televisão, para informar que a cartilha poderá ser obtida nos postos do Inamps. Depois de ler a cartilha, a mulher poderá obter, gratuitamente, os anticoncepcionais na rede do Inamps.

Banco de Dados

Tadashi Nakagomi - 22 mar 88



O ministro do Interior, Costa Couto



Magalhães, ministro da Previdência

PLANEJAMENTO FAMILIAR
CONHECER PARA ESCOLHER MELHOR

VIDA DE MULHER



A capa da cartilha que deverá ser distribuída gratuitamente nos postos de saúde

'Controle' difere de 'planejamento'

Há duas estratégias para se implantar políticas de contenção do ritmo de crescimento populacional. Uma, que se convencionou chamar de controle da natalidade, implica uma ação direta do Estado sobre a vida do casal, tornando obrigatória a adoção de anticoncepcionais para os que já têm determinado número de filhos, como ocorre na China, por exemplo.

A outra, geralmente qualificada

como planejamento familiar, se desenvolve através de campanhas organizadas pelo Estado para esclarecer a população sobre as diversas formas de contraceptivos que podem ser conseguidos nas unidades de saúde, deixando que os casais escolham, independentemente do Estado, se querem ou não filhos e o método que preferem utilizar.

Coutinho acha que projeto não sai

O médico baiano Elzimar Coutinho, 55, que há trinta anos faz pesquisas sobre Planejamento Familiar, chegando a desenvolver uma pílula anticoncepcional masculina, disse ontem à Folha que, "desde que o presidente Sarney começou com o controle de preços, já se esperava que viesse um projeto de controle à natalidade, porque não se pode congelar sem reduzir o crescimento populacional".

Consultor da Organização Mundial da Saúde (OMS) para assuntos de reprodução e presidente da Associação Brasileira de entidades de Planejamento Familiar, Coutinho foi cético quanto à credibilidade do projeto governamental, ao afirmar que o Ministério da Saúde, ao criar a Comissão de Estudos dos Direitos da Reprodução Humana, "criou um órgão para bloquear o projeto, constituído de verdadeiros inimigos do planejamento familiar". E disse, taxativamente, que "o plano sai de boca, mas não sai de fato".

Pai de três filhos, avô de quatro crianças, Elzimar Coutinho afirmou que os interesses para boicotar o projeto "vem de interesse pessoais, mais que de razões políticas, já que os líderes do descontrole familiar são

CRESCIMENTO DEMOGRAFICO NO BRASIL — 1940/1980 (População residente urbana e rural)			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	12.860.182	28.356.133	41.236.315
1950	18.782.891	33.161.506	51.944.397
1960	31.303.034	38.767.423	70.070.457
1970	52.084.984	41.064.053	93.138.037
1980	80.436.409	38.566.297	119.022.706

Fonte: Anuário Estatístico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ed. 1985

solteirões e solteironas ou pessoas que nunca puderam ter filhos". Sobre a possível intervenção do clero no assunto, disse que "a Igreja pode ser, hoje, um obstáculo para a legalização do aborto, mas nunca para o planejamento familiar".

A frente do Centro de Assistência ao Controle Anticoncepcional, que atende cem pacientes por dia, "sem nenhuma ajuda do governo", Coutinho criticou a atual política de apoio à pesquisa.

Teoria de Malthus prega limitação

Da Redação da Folha

Sociólogo e economista, o inglês Thomas Robert Malthus (1766—1834) fez um estudo científico sobre a expansão demográfica, seus fatores e consequências, chegando à conclusão de que a produção de alimentos só cresce em progressão aritmética, enquanto a população aumenta em progressão geométrica. A consequência inevitável dessa desproporção, segundo Malthus, é a pobreza extrema e a fome permanente. É necessário, segundo a teoria malthusiana, que ocorra uma limitação consciente da natalidade.

Para Malthus essa limitação consiste na prática de relações sexuais procurando evitar a concepção, na abstinência sexual antes do casamento, limitação do número de filhos para os casados e casamento tardio para os pobres. Em seu livro "Ensaio sobre os princípios da população" (1798), Malthus afirma que se o aumento populacional progressivo não for controlado pelos homens, ou

pela repressão da natureza, a humanidade duplicará a cada 25 anos.

O acelerado crescimento populacional, em contraste com a crescente carência de alimentos em países da Ásia, África e América Latina, provocou o ressurgimento do malthusianismo, na segunda metade do século vinte. Alguns governos de países desses continentes adotam a política de planejamento familiar, ou de controle da natalidade, como forma de conter o crescimento populacional.

Aborto

Amanhã fará catorze anos que o aborto foi legalizado nos Estados Unidos. A data, como em todos os anos, deverá ser marcada por manifestações de protesto nas escadarias da Suprema Corte, em Washington, capital do país. Desde 1973 os grupos anti-aborto vêm intensificando a campanha com protestos mais violentos — como atentados a bomba e incêndios criminosos em clínicas de abortos.

Proposta oficial divide opiniões de setores da sociedade

O bispo diocesano de Bauru, dom Candido Padim, disse que "a Igreja admite a planificação familiar que cabe ao casal fazer e sua única objeção da Igreja está quanto aos meios usados. A Igreja admite o controle através de meios naturais". Segundo ele, "a política do governo a respeito do controle de natalidade vem sem dúvida pressionar os casais de baixo nível cultural e econômico. O uso de anticoncepcionais, o aborto e outros elementos artificiais nocivos à saúde da mulher contrariam as leis cristãs. Para dom Cândido, a esterilização da mulher "que é um dos fatores dentro do controle de natalidade estudado pelo governo é considerado proibido pela Igreja Católica".

A implementação de uma política de planejamento familiar, através de uma comissão interministerial, foi mal recebida pelo Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo. "Nós consideramos não só lamentável como ilusória essa tentativa de tirar o país da miséria com a diminuição da população", afirmou ontem a psicóloga Margareth Martha Arilha, 29, da comissão de saúde do Conselho. Para ela, que falou em nome da entidade, o "Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) decidiu instituir o controle da natalidade, deixando à margem a postura política que vem sendo desenvolvida em relação à saúde e aos direitos reprodutivos da mulher".

Segundo Margareth Arilha, que também faz parte da Comissão de Estudos dos Direitos da Reprodução Humana (que presta assessoria ao ministério da Saúde), "já existe uma proposta de planejamento familiar no país, com atendimento integral e não destacando o problema da contracepção". Tal proposta, afirma Margareth Arilha, "está em comum acordo entre os ministérios da Saúde e Previdência Social e o Conselho Nacional do Direito da Mulher".

Para a assistente social Marta Terezinha Godinho, 60, a política

familiar que o governo pretende instituir "pode dar algum fruto, se for um programa que respeite a liberdade do casal". Terezinha Godinho, que foi titular da extinta secretaria municipal da Família e Bem-Social, durante a gestão do prefeito paulistano Mário Covas, acha que o país "está carente de orientação e não de povoação".

Melhores condições

Para o empresário Roberto Nicolau Jeha, diretor-adjunto do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), "o governo caminha na direção certa". Embora afirme não conhecer em detalhes o projeto e de ser esta sua posição pessoal e não da Fiesp, o empresário diz que "um planejamento familiar, executado seriamente, permitirá que a população brasileira tenha melhores condições de vida, evitando uma explosão demográfica desenfreada". Na avaliação do presidente da Comissão de

Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura, Lúcio Seabra, "esta política deveria ter sido iniciada há muito tempo".

A presidenta do Sindicato dos Assistentes Sociais de São Paulo, Maria Berenice Delgado, 32, membro da comissão da Questão da Mulher da Central Única dos Trabalhadores (CUT), regional paulista, disse que a entidade não tem posição oficial sobre o planejamento familiar. Maria Berenice, porém, afirmou que a CUT é contra qualquer política governamental que seja imposta sem discussão com a sociedade civil.

A Confederação Geral de Trabalhadores (CGT) também não concorda com o planejamento familiar. Para Maria Raimunda Nunes Pereira, 37, diretora do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e membro da CGT, seção São Paulo, "o que o governo quer, através desta política, é o controle da natalidade".

Genilson Gonzaga

Só Bakunin explica favores a Camaçari

Com base em relatório da Organização Mundial de Saúde, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil veio a público lastimar que, a cada cinco minutos, morrem sete crianças brasileiras. De fome.

E o Governo, por falta de recursos, apesar de constrangido, não consegue reverter esse quadro. Entretanto, subsidia Camaçari, como tem feito nesses últimos 10 anos, quando contemplou a Copene com US\$ 430 milhões de isenção de Imposto de Renda e com mais US\$ 120 milhões as empresas de segunda geração do pólo. E, autorizando a duplicação do pólo, em detrimento do Rio, relaxa para lhe conceder outro tanto num mesmo prazo, além de brindá-lo com novo financiamento do BNDES, a juros favorecidos, para a materialização da empreitada.

Bakunin explica. Apesar dos graves prejuízos que causará a uma nação endividada como a nossa, está agora nas mãos do presidente José Sarney a decisão que duplica a capacidade de produção de Camaçari e inviabiliza o pólo petroquímico fluminense, relegando o aproveitamento do gás natural, riqueza do Estado do Rio e do País, a um futuro remoto, lá pelas bandas do próximo século. O Rio não pede incentivos.

É doloroso, mas o lobby baiano é pesadíssimo e consegue envolver, na sua cantada, gente de bem que não está enxergando um palmo além do nariz. O lobby baiano está mistificando, sob o comando de grupos econômicos que estão na iminência de perpetuar a indecência de favores e incentivos com os quais tem sido contemplados nos últimos anos.

Defendem a simultaneidade da duplicação de Camaçari e a implantação do pólo petroquímico no Estado do Rio com uma desfaçatez sem limites. Na verdade, postergam a implantação do nosso pólo, que razões de ordem técnica, econômica, política e social recomendam como a solução mais adequada ao Brasil, a partir de um núcleo inicial à base de olefinas, com o aproveitamento da riqueza nacional que é o gás natural deste pedaço de País.

Ninguém ignora que, a curto prazo, estamos necessitados de uma demanda adicional de petroquímicos básicos, notadamente de olefinas. De 1978 a 1985 a demanda interna de olefinas cresceu a 13% ao ano. A de aromáticos estacionou em 9%. Se a demanda é por olefinas, por que duplicar Camaçari?

Mentem os baianos ao argumentar que não há garantia para o suprimento de gás ao projeto fluminense. Estudos da Petrobrás revelam que, com a produção atual, independentemente de qualquer aumento à vista, poderíamos produzir até 300 mil toneladas/ano de etileno. E a prática mundial consagra a eficiência do gás. No mundo inteiro 42% do etileno se originam do gás. Nos Estados Unidos e no Canadá, 75%. Com Camaçari duplicada, nosso gás continuará a ser queimado. Inutilizado.

Questão de sensatez. Atualmente, cerca de 60% da matéria-prima consumida por Camaçari são fornecidos pelo Centro-Sul. Principalmente pelo Rio de Janeiro. "Como poderia então haver frações líquidas disponíveis para a duplicação de Camaçari?" —, indaga consultor de fé desta coluna, assegurando que o plano de expansão da capacidade de refino da Petrobrás indica que não, por contemplar a expansão da Refinaria de Mataripe em 50%. O que — adverte — atenderia a apenas 30% das necessidades de Camaçari duplicada.

Os baianos também não estão se importando com o custo para o consumidor. Não levam em conta o ônus do custo de transporte, bem menor na opção Rio. E o investimento com Camaçari será brutal. Opíparo. O pólo fluminense requer US\$ 600 por tonelada de produto; Camaçari, US\$ 770.

A solução está, pois, no desgargalamento dos pólos existentes, inclusive o de camaçari, e na implantação. Por que não desenvolver na Bahia a sua indústria de transformação, ao invés de duplicar o seu parque petroquímico? Por que os empresários baianos não direcionaram seus investimentos nesse sentido, preferindo abiscoitar empreendimentos no Sul e no Centro-Sul, utilizando recursos de incentivos oficiais?

A resposta está na cara: a grande maioria da produção baiana é destinada ao Centro-Sul e investir por aqui com recursos alheios tem sido sopa no mel. Autorizando a duplicação de Camaçari e postergando — ou inviabilizando o pólo petroquímico fluminense — o presidente José Sarney estará engrossando a velha mamata.

Confia-se em que não o fará. As próximas gerações lhe cobrarão o ônus dessa decisão equivocada. Não cobrarão de quem o assessora.

O subsídio a Camaçari daria para ajudar a reverter o dramático quadro da saúde nacional que, pelo andar da carruagem, nada ficará devendo à Etiópia.

**D. Ivo apela em
nome da Igreja
contra tabagismo**

27/11/87
Da Sucursal de Porto Alegre

O presidente regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no Rio Grande do Sul, d. Ivo Lorscheiter, 60, fez ontem, em nome da Igreja, um apelo ao fim do vício do tabagismo.

Dirigindo-se às autoridades, fumantes, plantadores de fumo, produtores e vendedores de cigarros, d. Ivo afirmou que "quem pensa no quinto mandamento de Deus, que nos obriga a proteger e promover a nossa vida e a vida dos outros, não pode permanecer omissos nessa nova conscientização e ação contra o fumo".

3º país do mundo

Com base em estatísticas "confiáveis", o ex-presidente nacional da CNBB disse que o Brasil é o terceiro país no mundo em número de fumantes, só perdendo para a Polónia e a Grécia.

Saúde pública

"No Brasil, quase metade da população masculina adulta e um terço da população feminina adulta são fumantes", afirmou.

O bispo acrescentou, citando dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), que "o tabagismo é o maior problema de saúde pública".

Igreja propõe "tratamento ético" para a questão da dívida externa

Da Sucursal de Brasília e
das Agências Internacionais

A Igreja exige um tratamento ético para o pagamento da dívida externa dos países endividados. Em documento de 31 páginas, da Comissão de Justiça e Paz do Vaticano, elaborado pela assessoria do papa João Paulo 2º e divulgado ontem pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Igreja afirma que "o serviço da dívida não pode ser quitado a não ser pelo preço de uma

asfixia da economia de um país, e nenhum governo pode moralmente exigir de um povo privações incompatíveis com a dignidade das pessoas".

Segundo o secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, esta é a primeira vez que a Igreja, através do documento "Ao serviço da comunidade humana: uma consideração ética da dívida internacional", denuncia "uma injustiça que tem o nome de dívida

externa". O documento, acrescentou ele, tem o objetivo de chamar à atenção os responsáveis pelos países ricos, a fim de que seja encontrada uma solução com base em princípios éticos para a dívida. O documento cita o FMI como um dos organismos que tem responsabilidade especial pela situação, porque "possui os meios para ajudar os Estados membros a superar os desequilíbrios de seu balanço de pagamentos e a remediar suas ocasionais dificuldades".

D. Luciano pode assumir secretaria geral do Celam

Da Reportagem Local

412/87-
FPP

O atual secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Mendes de Almeida, bispo auxiliar de São Paulo, é um dos nomes mais citados, nas conferências episcopais de outros países latino-americanos, para exercer a mesma função, a partir de abril, na secretaria geral do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), cuja assembleia eletiva será realizada na segunda quinzena de março, em Itacaray, Paraguai. Se Luciano for eleito para o Celam, facilmente será eleito para a presidência da CNBB na assembleia de abril, em Itaici, município de Indaiala, 99 km a noroeste de São Paulo, que é o candidato mais cotado.

A assembleia eletiva do Celam terá, deste modo, afetar o panorama eleitoral na conferência episcopal brasileira. Mesmo que d. Luciano não seja candidato no Celam, a tendência predominante no episcopado latino-americano é a de garantir aos bispos brasileiros postos destacados no Conselho, atendendo, inclusive, ao desejo do próprio papa João Paulo 2º de que a Igreja no Brasil assumisse lugar de influência no contexto da Igreja continental.

Caso não seja eleito para o Celam, Luciano poderá eleger-se para a presidência da CNBB. A chapa mais citada inclui também d. Celso Queiroz, outro bispo auxiliar paulistano, e iria para a secretaria geral da conferência. Este pode ser, porém, um quadro eleitoralmente complexo, porque muitos bispos não aceitam a indicação de dois colegas de uma só diocese. Poderiam, assim, ser citadas outras composições, incluindo os nomes do arcebispo de São Paulo (MA), d. Paulo Ponte e do bispo de Vitória da Conquista (BA), d. José Pinto.

Líder do governo é 'interferência', diz d. Cândido

Da Reportagem Local

O bispo de Bauru (SP) e coordenador da comissão de assessoria à Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para assuntos constitucionais, d. Cândido Padin, 72, disse ontem que o governo federal pode ter líderes na Câmara dos Deputados e no Senado, mas não no Congresso constituinte. Isto representaria, segundo ele, uma interferência indevida do Executivo sobre os trabalhos constituintes.

D. Cândido afirmou às 10h, por telefone, de Brasília, que só haverá uma visão mais clara sobre as tendências dos parlamentares quando as comissões começarem a funcionar. Destacou, porém, que "a soberania do Congresso deve ser defendida a todo custo, porque não se pode admitir que um parlamento, mandatado pelo povo para redigir a lei maior, seja limitado inclusive pelos atos de um Congresso anterior, não constituinte. Em sua opinião, "se ocorrer o contrário, teremos uma Constituição sob encomenda".

Quanto à revogação, pelo atual Congresso, do chamado "entulho autoritário", o bispo de Bauru acha que "a prioridade deve ser dada à elaboração da nova Carta", e que alterações nas normas constitucionais em vigor "podem, contudo, ser feitas à luz dos princípios a serem estabelecidos para a futura Constituição".

Ele afirmou também que os constituintes "têm competência" para examinar a duração do mandato do presidente José Sarney, mas que "isto deve ser visto na perspectiva do sistema que vai funcionar com base na nova Carta". D. Cândido informou que, a partir da próxima semana, a comissão da CNBB começará a se reunir com parlamentares, em Brasília, para estudar os princípios da nova Carta.

Plebiscitos

A comissão quer que as questões mais polêmicas a serem discutidas pelo Congresso constituinte, como a liberalização ou não do aborto, a pena de morte e o regime presidencialista ou parlamentarista deverão ser definidas, em última instância, pelos eleitores, através de plebiscitos. Para a Igreja, somente essa participação popular dará legitimidade às decisões congressuais sobre assuntos considerados, por ela, decisivos nos planos da ordem política, econômica e social.

Perfil

A comissão avalia que, até por uma questão de sobrevivência política, os parlamentares de todas as tendências irão convergir para a criação de mecanismos, na nova Carta, que ajudem a eliminar os atuais índices de pobreza absoluta no Brasil. Os analistas da Igreja acreditam que haverá consenso, entre os constituintes, no que diz respeito a medidas (que a Igreja considera "urgentes") para reduzir as desigualdades na distribuição da renda nacional e a desproporção entre os salários.

CNBB discutirá formas de atuação

812-187-490

Em sua reunião da próxima quinta-feira, a comissão da CNBB vai discutir a divulgação dos trabalhos do Congresso constituinte (inclusive pelo rádio) junto às suas comunidades, a forma de contato com os parlamentares, as propostas que apresentará e sua articulação com outros grupos de pressão.

Preparando esse encontro, o padre Virgílio Leite Uchôa promoveu, na quinta-feira à noite, uma reunião preliminar que contou com a presença de representantes do PT e PMDB. No momento, a maior preocupação da CNBB, segundo representantes da entidade, é a democratização do regimento interno, para garantir a participação popular na elaboração da nova Constituição.

Para isso, a CNBB já encampou proposta do Plenário Pró-Participação Popular da Constituinte. O arquiteto Francisco Whitaker Ribeiro, 51, um dos coordenadores desse movimento, passou a semana no Congresso recolhendo a assinatura de parlamentares numa moção pedindo que projetos com mais de trinta mil assinaturas de cidadãos sejam encaminhados automaticamente pelas comissões do Congresso constituinte.

A primeira assinatura obtida foi a do senador Mário Covas (PMDB-SP). Whitaker teve outra vitória: em companhia de Covas e do senador Ronan Tito (PMDB-MG), foi levado até Ulysses Guimarães, na quinta-feira, e entregou-lhe a moção. Era a primeira audiência que Ulysses concedia depois de eleito presidente do Congresso constituinte. A moção será agora transformada em projeto a ser apresentado por Covas para constar do regimento interno.

O padre Virgílio diz que a CNBB não tem, até agora, uma estratégia concreta: "Vai depender do ritmo

das coisas. A CNBB quer uma autonomia competente do Congresso constituinte. Os tempos não são mais para se exigir uma Constituição cristã. Estamos na linha da defesa dos direitos de pessoa humana".

A Folha apurou, no entanto, que a CNBB planeja promover reuniões informais com os parlamentares "mais sensíveis" às suas teses. Segundo o padre Virgílio, as posições da Igreja já estão definidas no documento "Exigências Cristãs para uma Ordem Constitucional", no qual se defende, entre outras coisas, a reforma agrária, a criação de um defensor do povo, a primazia do trabalho sobre o capital e o direito de representação das minorias.

Evangélicos

Se os católicos tentam uma ação coordenada com outros grupos sociais, os evangélicos procuram tentar uma unidade. Afinal, possuem uma forte bancada dentro do Congresso constituinte: são 33 entre os 559 parlamentares.

Essa unidade evangélica, porém, vai ser difícil a curto prazo. Numa primeira reunião, eles se dividiram entre os que queriam um culto religioso e os que defendiam um debate mais político no encontro. Os deputados Fausto Rocha (PFL-SP) e Daso Coimbra (PMDB-RJ) chegaram a advertir os parlamentares de primeiro mandato para que não se envolvessem em "questões controversas", como a reforma agrária, ou partissem para uma violenta pregação anticomunista. Do outro lado do espectro evangélico estão os deputados Lysâneas Macyel (PDT-RJ), presbiteriano, e Benedita da Silva (PT-RJ), defensora da reforma agrária, da Igreja Pentecostal.

Igreja Católica do Brasil filia-se a organismo ecumênico

Da Reportagem Local

12/12/87
FHO

A Igreja Católica no Brasil, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), tornou-se membro do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) — organismo ecumênico, com sede em Genebra (Suíça), que não reconhece a autoridade do papa e reúne mais de trezentas denominações cristãs do mundo. Em janeiro passado, o Conic, do qual a CNBB é uma das entidades fundadoras, filiou-se ao Conselho Mundial. O pedido de filiação do Brasil foi aprovado, a nível nacional, em novembro do ano passado, em Porto Alegre (RS), na segunda assembleia geral do Conic. Participam do Conic as Igrejas Católicas, Metodista, Presbiteriana Unida, Episcopal do Brasil, Cristã Reformada e Evangélica de Confissão Luterana.

Na mesma reunião do CMI que admitiu o Conic, foram aceitos, como membros associados, os conselhos nacionais de igrejas cristãs de Cuba, Gâmbia, Jamaica e Libéria. Com exceção do conselho cubano, de que a Igreja Católica não é membro, nos demais países as conferências episcopais católicas são participantes dessa iniciativa ecumênica. Isto significa que, através dessa participação, a Igreja Católica aprofunda sua integração no CMI, onde o Vaticano mantém um observador.

O Conic é presidido pelo pastor luterano Godofredo Brakemeier que sucedeu a d. Ivo Lorscheiter.

CNBB define apoio à iniciativa popular na Constituinte

Da Reportagem Local e das Sucursais de Brasília e do Rio

A comissão de assessoria da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para o Congresso constituinte estará reunida hoje, a partir das 9h, em Brasília, para discutir o regimento interno da Constituinte. A reunião deverá definir o apoio da Igreja ao projeto de "iniciativa popular constituinte", pelo qual entidades com trinta mil sócios e grupos de no mínimo trinta mil cidadãos, poderão apresentar propostas diretamente à Constituinte.

Ontem, a comissão da CNBB, em seu boletim diário para 37 emissoras de rádio e jornais católicos, afirmou que "o principal problema do Congresso é garantir efetiva soberania da assembleia nacional constituinte" e assegurar que haja correspondência com as aspirações populares.

Um grupo de parlamentares católicos se reunirá, amanhã e sábado, no Centro de Estudos e Formação do Sumaré (no Rio Comprido, zona norte do Rio), para discutir sobre o Congresso constituinte, a convite da Arquidiocese do Rio. O encontro, promovido pelo setor "conservador" da Igreja, será aberto pelo cardeal arcebispo d. Eugenio Sales amanhã às 18h. Os parlamentares católicos convidados foram escolhidos por uma comissão da Arquidiocese, integrada também pelos deputados federais Alvaro Vale (PL) e Sandra Cavalcanti (PFL).

Iniciativa popular ^{1312 182 P. 11}

Rio de Janeiro

Há um movimento, apoiado pela CNBB, visando a assegurar a participação direta da população, nos trabalhos constituintes. Isso seria feito mediante moções, apoiadas por certo número de signatários, obrigatoriamente objeto de deliberação. A idéia é boa, embora tenha chances quase a nível zero de ser posta em prática, por duas causas diversas, mas convergentes. A primeira, o incipiente estágio de organização da sociedade, dificilmente mobilizável para propostas concretas e objetivas; sua substituição por órgãos mais ou menos representativos (sindicatos, entidades culturais, eclesiásticas etc.) seria insatisfatória; a segunda está em que o regimento interno da Constituinte, em fase de elaboração, tende a recusar aberturas do gênero.

A criação de mecanismos de participação popular direta nas decisões é um problema crucial. O sistema de voto adotado, pouco eficaz em termos de representatividade e acréscimo em ineficácia pelos longuíssimos mandatos, agrava o problema. Até retrocedimos, bastando dizer que, na "República Velha", cada legislatura durava apenas três anos e que os senadores, embora tivessem mandato um pouco maior (nove anos), tinham renovado trienalmente um terço de seu corpo legislativo. Por outro lado, en-

quanto para registro de partidos políticos admitiu-se, no período imediatamente anterior à Constituição de 1946 e no Código Eleitoral de 1950 (art. 132), o registro com base no número de filiados, bastando para isso cinquenta mil eleitores, foram as exigências descabidamente aumentadas.

A idéia do referendo, que alguns querem inadvertidamente aplicar à promulgação da Constituição a ser elaborada, válida para temas singelos, de molde a aumentar a participação do povo nas decisões finais, nada lhe acrescenta quanto à capacidade de iniciativa das leis, reservada exclusivamente, e em caráter desigual, aos membros do Congresso, ao presidente da República e aos Tribunais Federais, tendo sido eliminada até a participação das Assembléias Legislativas, quando apoiada por mais de metade delas (Const. Federal 1956, art. 217).

A iniciativa popular de leis, mediante apoio de certo número de cidadãos, se inscrita em caráter permanente na próxima lei básica, seria, aliás, mais dinâmica e eficaz que propostas de exame à Constituinte que se inicia.

Newton Rodrigues

Igreja ouve bases para

Da Reportagem Local

FOLHA DE S. PAULO

definir prioridades de atuação

Com base no método do planejamento participativo, a Arquidiocese de São Paulo está mobilizando quatrocentas paróquias, em nove regiões episcopais (Osasco, Lapa, Santana, São Miguel Paulista, Belém, Sé, Ipiranga, Itapeverica da Serra e Santo Amaro) e 1.200 CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) na preparação do seu quinto plano pastoral de conjunto que definirá suas prioridades de atuação para o período 1987/1990.

A partir da avaliação do trabalho realizado entre 1984/1986, os vários organismos da maior arquidiocese do

mundo católico definiram, preliminarmente, quinze áreas prioritárias para a ação da Igreja, das quais cinco serão escolhidas numa assembleia arquidiocesana, em 15 de maio próximo, transformando-se, depois, no plano de atividade da Igreja na região metropolitana.

As quinze prioridades já apontadas são moradia, menor abandono, trabalho, saúde, educação, família, juventude, fé e compromisso social, ecumenismo, pastoral sacramental, formação de leigos, ministérios na Igreja, dimensão eclesial missionária, comunidade e participação, além de comunicação social. Neste campo, o cardeal arcebispo de São Paulo, d.

Paulo Evaristo Arns, está consultando profissionais da comunicação — jornalistas, radialistas, publicitários e comunicadores de televisão — desde novembro último, para implementar a Pastoral da Comunicação arquidiocesana. Entre os assessores da Igreja, na elaboração desse plano, estão, entre outros profissionais, o publicitário Alex Periscinotto, da agência Alcântara Machado—Periscinotto (Almap) e o jornalista Ewaldo Dantas.

Problemas

Os relatórios das reuniões e assembleias paroquiais e comunitárias, nas áreas da Grande São Paulo atingidas pelo planejamento pastoral, convergem para problemas como o desemprego, subemprego, carestia, falta de adaptação dos migrantes na cidade, falta de moradia, abandono dos menores, marginalização dos jovens das camadas populares, além da desagregação da família (com forte presença da prostituição, do número de mães solteiras, uniões ilegais e abortos) e falta de informação objetiva sobre os problemas urbanos. Os católicos paulistanos queixam-se, ainda, da falta de formação religiosa.

As respostas dadas, até agora, pela Arquidiocese, têm sido baseadas, sobretudo, no estímulo à organização comunitária (CEBs, grupos de rua, criação de centros comunitários), apoio aos movimentos populares (de moradores na periferia, mulheres, negros, menores, jovens, desempregados, entre outros), formação de agentes pastorais e promoção dos direitos humanos.

Exemplo de Paris

A dinâmica de planejamento pastoral da Igreja em São Paulo está diretamente relacionada com a presença de d. Paulo Evaristo Arns como arcebispo paulistano, desde 1970. Ele já tivera um contato direto com a periferia urbana, nos quatro anos e meio anteriores, quando era

bispo auxiliar da região norte (Santana). Enquanto coordenava a ação eclesial na luta contra a repressão e pelos direitos humanos, d. Paulo criava a "Operação Periferia", promovendo a organização de clubes de mães e centros comunitários nos bairros. Considerados como os embriões das CEBs, em São Paulo, os primeiros centros foram construídos com os dezessete milhões de cruzeiros resultantes da venda do Palácio Episcopal, no bairro do Paraíso (zona sul), quando d. Paulo decidiu ir morar numa casa da Rua Mococa, no Sumaré (zona oeste). A partir dos centros, estabeleceu-se uma grande rede de compras comunitárias e caixas de crédito popular, com base na auto-gestão.

Depois de conhecer a experiência pastoral da arquidiocese de Paris, a convite do cardeal François Marty, d. Paulo propôs a papa Paulo VI, em 1973, a criação de dioceses interdependentes em São Paulo, algo novo para o direito canônico. Hoje, os nove bispos-auxiliares paulistanos atuam em um Colégio Episcopal, aguardando-se, em prazo ainda indefinido, a criação de uma nova região episcopal, a da Penha, na zona leste paulistana. A descentralização da Igreja local começa em 1974, com a nomeação dos quatro primeiros bispos-auxiliares: d. Angélico Bernardino, d. Mauro Morelli, d. Francisco Vieira e d. Joel Catapan.

Em 1975, d. Paulo, através da Comissão Justiça e Paz, pediu ao Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) que fizesse uma pesquisa sobre a realidade da maioria da população paulistana. O livro "São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza", lançado em 1976, forneceu subsídios para que a Arquidiocese definisse suas quatro primeiras prioridades: as pastorais das CEBs, dos Direitos Humanos e Marginalizados, do Mundo do Trabalho e da Periferia. A decisão de criar a Pastoral do Menor foi tomada em 1975, a partir do "Caso Camanducaia", quando 91 menores foram levados, nus, famintos e presos, de São Paulo para o município de Camanducaia (sul de Minas), onde foram abandonados.

Ao definir suas prioridades até 1990, a Igreja Católica em São Paulo mantém sua opção pastoral básica — integrando elementos de fé cristã e transformação social — e o método participativo que inspira as várias instâncias pastorais. Depois de resistir a pressões, vindas de fora e de dentro da própria Igreja, d. Paulo deseja, segundo tem dito a assessores, que o quinto plano pastoral arquidiocesano corresponda ao objetivo traçado, em 1970, por ele, para seu trabalho em São Paulo: "transformar a Igreja em presença viva de Cristo no povo".

CNBB acompanha o debate de perto

20/2/84 OSP

José Pedro Soares Martins
(da AGEN)

BRASÍLIA — A Assembleia Nacional Constituinte deve ser livre e soberana. Portanto, tem o poder de mudar a atual Constituição, e não apenas de redigir um novo texto constitucional. Essa posição — que tem sido defendida por forças progressistas na Constituinte — é compartilhada pelo bispo diocesano de Bauru (SP), D. Cândido Padim, presidente da Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Comissão presidida por D. Padim tem se reunido toda semana, em Brasília, para avaliar o andamento dos trabalhos constituintes. Um boletim diário, transmitido para várias partes do país, como algumas emissoras católicas, divulga as posições da comissão, integrada, além de representantes da CNBB, por juristas e outras personalidades. D. Padim participou da reunião de 12 de fevereiro, quinta-feira. No dia seguinte, foi recebido de manhã — secretamente — pelo presidente da Constituinte Congressual, deputado Ulysses Guimarães, a quem expressou o apoio da CNBB à abertura do regimento interno à participação popular. O bispo destacou em particular a proposta do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, conhecido como "Iniciativa Popular Constituinte", pela qual os cidadãos poderiam apresentar proposições à Constituinte, mediante o apoio de 30 mil assinaturas. Depois de ser recebido por Ulysses, D. Padim concedeu entrevista exclusiva.

Soberania e prognósticos

Ao defender a soberania da Constituinte, D. Padim lembra que os deputados e senadores que receberam mandato em novembro de 1986 têm exatamente essa função: escrever uma nova

Constituição para o país. Dessa forma, indaga, "como pode ser uma Constituinte limitada por uma Constituição emendada por Congressos anteriores, que não foram eleitos com funções Constituintes?". Ele admite que a Constituinte, se declarada de fato soberana, não iria entrar em minúcias, como por exemplo decidir sobre as viagens do presidente da República ao exterior, assunto que seria, como de costume, debatido pela Câmara e Senado. "Há que se ter bom senso, mas a soberania da Constituinte deve ser intocável", salienta.

Manifestando a postura da comissão da CNBB, D. Padim lamenta que a Constituinte esteja sendo ridicularizada em quase todos os grandes meios de comunicação, que destacam apenas o plenário vazio, a briga das novas deputadas por gabinetes com banheiro, etc. "O plenário está vazio porque os constituintes ainda não estão participando de votações, o momento é de redigir emendas ao regimento interno", lembra D. Padim.

De toda maneira, apesar da campanha dos grandes meios de comunicação, e de ainda ser prematuro fazer grandes prognósticos, D. Padim diz estar sentindo um "relativo otimismo" com relação ao processo constituinte, ao entender que os deputados e senadores poderão causar algumas surpresas a quem espera uma Constituição conservadora, à feição da maioria dos membros do Congresso Constituinte. Para o religioso, a eleição de Luiz Henrique (PMDB-SC), tido como um político afinado com os interesses populares, para a liderança do partido majoritário na Câmara, é um sinal de que os constituintes estão sentindo as pressões da sociedade por mudanças profundas na estrutura sócio-econômica e

política do país. "Os constituintes não podem trair as esperanças dos eleitores, a menos que não desejem mais fazer carreira", observa D. Padim.

Pressões externas

Por outra parte, o bispo de Bauru assinala que a grave crise econômica atravessada pelo país deve influir de forma positiva nos rumos da Constituinte. A respeito, acredita que assume maior força a proposta da CNBB, de criação de um Conselho de Planejamento Econômico, composto por representantes dos vários segmentos sociais, com o objetivo de discutir as grandes linhas do desenvolvimento econômico. "Não podemos aceitar soluções de gabinete", adverte.

D. Padim reconhece que a Constituinte deve trabalhar sob as pressões internacionais, na forma de protectionismos e outros meios, principalmente quando estiver discutindo a questão da dívida externa. Lembra, contudo, que as pressões podem causar resultados inversos aos desejados. Em sua opinião, o Congresso Nacional deve ser soberano para decidir sobre os rumos da dívida externa, que, lembrando Tancredo Neves, "não pode ser mais paga com a fome do povo brasileiro". Concluindo, cita o recente documento do Vaticano sobre a dívida externa, para afirmar que a "dívida externa envolve questões éticas, como a cobrança de juros extorsivos que inclusive não foram combinados antes dela ser contraída".

D. Luciano, d. Benedito e d. Serafim disputam presidência da CNBB

22/12/87
DERMI AZEVEDO
Da Reportagem Local

O bispo-auxiliar de São Paulo, d. Luciano Mendes de Almeida —atual secretário geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)— e os arcebispos de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhôa Vieira, atual vice-presidente, e de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, são os mais cotados, no episcopado brasileiro, para a sucessão de d. Ivo Lorscheiter na presidência da terceira maior conferência episcopal do mundo católico, com 371 membros —depois das conferências da Itália (455) e dos Estados Unidos (400). As eleições para a presidência da CNBB serão realizadas na segunda quinzena de abril próximo, na 25ª assembleia da entidade, em Itaici, município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo).

Sem a participação desses três bispos, as chapas já estão sendo formadas, seja por grupos mais "progressistas", seja por tendências mais "conservadoras". Os favoritos são d. Luciano Mendes de Almeida e d. Benedito Vieira, apoiados pela maioria do episcopado, cuja posição política é o centro, enquanto a candidatura de d. Serafim está sendo defendida pelos bispos caracterizados, geralmente, nos meios de comunicação e mesmo dentro da Igreja, como "conservadores". Para a secretaria-geral, os mais cotados são os bispos de Coxim (MS), d. Angelo Salvador, e do Ipiranga (SP), d. Celso Queiroz, ambos de linha liberal.

Cresce, porém, no episcopado, como fenômeno novo na história mais recente das eleições na CNBB, uma tendência em favor da não formação de chapas antes da assembleia e da discussão de nomes de candidatos, de forma aberta, no plenário da CNBB, antes da votação secreta, na segunda metade da reunião de Itaici.

Peculiaridade

"As eleições na CNBB —disse à Folha, na última quarta-feira à noite, em São Paulo, d. Luciano Mendes de Almeida— têm sua peculiaridade. São feitas num clima de fraternidade, de invocação a Deus, precedidas de um dia inteiro de orações, numa atitude de serviço por parte de quem é escolhido. Deve-se afastar, pois, semelhanças com outras eleições que, às vezes, dão a impressão de promoção pessoal e de aspectos competitivos".

Bastante crítico ao modo como os meios de comunicação tratam o cotidiano da Igreja —e, especificamente, o tema das eleições na CNBB— d. Luciano afirmou, depois, que "as tendências atribuídas aos bispos pertencem mais à linguagem publicitária do que ao próprio ambiente da assembleia episcopal". E destacou que "todos os bispos são candidatos, até mais os que, até hoje, não exerceram mandatos", enfatizando que "o mais importante é entender que a CNBB é um conjunto de bispos co-responsáveis pela ação pastoral e que as eleições indicam apenas um grupo que exerce funções

de acordo com as recomendações das assembleias".

O favoritismo —nas conversas informais dos bispos, antes de Itaici— não significa, necessariamente, que d. Luciano seja eleito para suceder d. Ivo. Seu nome foi lembrado, em dezembro e janeiro últimos, em reuniões de bispos e teólogos da libertação, no México, como um dos principais candidatos para a secretaria geral do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), na assembleia eletiva a ser realizada no final de março próximo, em Iparacai, Paraguai. O próprio d. Luciano estranhou essa lembrança, na semana passada, destacando não ter maiores contatos com o Celam em seu trabalho como secretário geral da CNBB. Avesso às articulações —segundo dizem bispos de todas as tendências— d. Luciano não se sentiria mal se deixasse suas funções de direção no episcopado, voltando ao trabalho de que mais gosta, na região episcopal de Belém (zona leste de São Paulo) e na atenção que dedica aos menores abandonados e mendigos, que o consideram como uma espécie de pai.

"Dever de caridade"

Paulista de Mococa, d. Benedito Ulhôa Vieira, 66, foi bispo-auxiliar da Lapa (zona oeste paulistana), de 1975 a 1978, além de vice-reitor da PUC de São Paulo. Identificado com uma posição política de centro, ele disse na última quinta-feira, em Uberaba, onde é arcebispo, que "é delicado" para os atuais dirigentes da CNBB

"entrarem em debates sobre as próximas eleições". De qualquer modo, afirmou que "não se coloca como candidato", mas considera "um dever de caridade e de fraternidade" que os eleitos assumam suas funções "na dimensão da co-responsabilidade". Em sua opinião, "as eleições entre os bispos são diferentes porque, à diferença de outros pleitos, os candidatos do episcopado não buscam ser eleitos e apóiam abertamente outros nomes".

"Inimigos"

O terceiro nome mais cotado para a presidência da CNBB, d. Serafim Fernandes de Araújo, 67, arcebispo de Belo Horizonte, torcedor do Atlético Mineiro, dedicou praticamente toda sua vida pastoral à educação como reitor da Universidade Católica de Minas Gerais, presidente da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas e membros do Conselho Federal de Educação. Discreto, como bom mineiro, tem evitado fazer comentários sobre as eleições na CNBB. Sua preocupação central, agora, é com a situação da educação católica, seja pela situação financeira, seja pelo "corroimento interno" das escolas de instituições

ligadas à Igreja. Ao intervir numa das últimas reuniões do Conselho Permanente da CNBB, em Brasília, em novembro do ano passado, d. Serafim mostrou-se preocupado com "os inimigos externos e internos" da educação superior católica, referindo-se à "ideologia marxista" e à

exagerada libertação dentro da universidade".

Os eleitores

Os novos presidente, vice-presidente e secretário-geral da CNBB serão eleitos para um mandato de quatro anos, por maioria de dois terços dos votos válidos, no primeiro e segundo escrutínios, e por maioria absoluta nos demais escrutínios. A reeleição é permitida uma só vez para o período imediatamente seguido. D. Ivo e d. Luciano vão completar, agora, seu segundo mandato como presidente e secretário geral, respectivamente, não podendo, assim, ser reeleitos para as funções que ocupam atualmente.

Os eleitores são os membros da CNBB "por direito comum", ou seja, os titulares das dioceses, os bispos auxiliares e outros prelados encarregados, pelo Vaticano, de função especial no Brasil. Por já estarem aposentados, não votarão nas próximas eleições, entre outros, d. Vicente Scherer, d. Hélder Câmara, d. Geraldo Sigaud e d. Antônio de Castro Mayer.

A maioria do episcopado não participa de articulações pré-eleitorais. Isto é feito, porém, por grupos "progressistas" e "conservadores", inclusive com a participação de padres e leigos. Há oito anos, os "conservadores" chegaram a Itaici com o nome de d. Luciano Mendes como candidato a secretário geral, enquanto os "progressistas" chegaram com o nome do bispo de Santo André (SP), d. Cláudio Hummes.

Numa iniciativa de última hora, os "progressistas" tiraram d. Cláudio e também propuseram d. Luciano como seu candidato. Em termos percentuais, os blocos "progressistas" e "conservadores" representam, cada um, cerca de 20% do total do episcopado brasileiro (371 bispos). Os demais 60% seguem, majoritariamente, uma posição de centro que vai, de acordo com as circunstâncias, ora para posturas mais "progressistas", ora para posicionamentos mais "conservadores".

Outras definições

Além da escolha da nova presidência, a CNBB fará outras eleições e terá outras definições muito importantes em abril próximo. Serão eleitos, para um mandato de quatro anos, os oito bispos da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), órgão executivo da entidade, e cinco membros (e dois suplentes) da CED (Comissão Episcopal de Doutrina),

além dos delegados para o Sínodo sobre os Leigos —em outubro próximo, no Vaticano—, para representar a CNBB no Celam. Outro momento central da assembléia será a escolha das diretrizes pastorais da conferência para o período 1987/1992.

Na opinião do cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, a tendência predominante no episcopado é a de que a CNBB mantenha sua linha de trabalho pastoral com base na chamada "evangelização libertadora", unindo aspectos religiosos e sócio-políticos, em favor de reformas sociais e econômicas no Brasil.

CNBB convida políticos para debater mudanças

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promove hoje, às 20h, em sua sede em Brasília, uma reunião com parlamentares constituintes com os quais pretende discutir "a construção de uma sociedade justa e fraterna" no Brasil, mediante "a distribuição equitativa do poder e das riquezas". A CNBB convidou todos os 559 constituintes para o encontro, e espera o comparecimento de cerca de cinquenta deles. Confirmaram suas presenças o presidente da entidade, d. Ivo Lorscheiter, o vice-presidente, d. Benedito Ulhôa Vieira, e do secretário geral, d. Luciano Mendes de Almeida, além dos oito bispos que compõem a CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), órgão executivo da CNBB.

A CNBB começa a utilizar, a partir de hoje, um canal de rádio cedido pela Embratel para a transmissão de um boletim diário sobre o Congresso constituinte. Gerado em Brasília, o boletim será transmitido para as rádios Aparecida, de Aparecida (SP), e Difusora de Goiânia (GO), das 18h30 às 20h. Através destas emissoras, o boletim será retransmitido para as 103 rádios católicas de todo o país. Um outro informativo da Igreja sobre o Congresso constituinte está sendo retransmitido periodicamente, via telex, para 73 instituições ligadas à CNBB.

24/12/87-P40

Para CNBB, crise fortalece Executivo

Da Reportagem Local

25/12/87

Em documento enviado no início da semana às dioceses e meios de comunicação católicos de todo o país, a Comissão de Acompanhamento da Constituinte, órgão da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), afirma que a crise econômica fortalece o Poder Executivo junto ao Congresso constituinte. O documento, preparado por juristas, políticos e cientistas sociais ligados à Igreja, afirma também que o Executivo federal "tudo faz para salvaguardar as prerrogativas historicamente

acumuladas, ou seja, para manter sua influência sobre o Congresso através de mecanismos de funcionamento da Constituinte".

O texto critica a indicação do deputado federal Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) como líder do governo na Câmara, e afirma que "há indícios de forte reação interna, no PMDB, a esta decisão". Já a escolha do deputado Luiz Henrique (PMDB-SC) para a liderança peemedebista na Câmara é qualificada como "um passo político importante para afirmar a soberania da Assembléia".

CNBB ^{26/2/84 OSP}acompanha o debate de perto

José Pedro Soares Martins
(da AGEN)

BRASÍLIA — A Assembleia Nacional Constituinte deve ser livre e soberana. Portanto, tem o poder de mudar a atual Constituição, e não apenas de redigir um novo texto constitucional. Essa posição — que tem sido defendida por forças progressistas na Constituinte — é compartilhada pelo bispo diocesano de Bauru (SP), D. Cândido Padim, presidente da Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Comissão presidida por D. Padim tem se reunido toda semana, em Brasília, para avaliar o andamento dos trabalhos constituintes. Um boletim diário, transmitido para várias partes do país, como algumas emissoras católicas, divulga as posições da comissão, integrada, além de representantes da CNBB, por juristas e outras personalidades. D. Padim participou da reunião de 12 de fevereiro, quinta-feira. No dia seguinte, foi recebido de manhã — secretamente — pelo presidente da Constituinte Congressional, deputado Ulysses Guimarães, a quem expressou o apoio da CNBB à abertura do regimento interno à participação popular. O bispo destacou em particular a proposta do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, conhecido como "Iniciativa Popular Constituinte", pela qual os cidadãos poderiam apresentar proposições à Constituinte, mediante o apoio de 30 mil assinaturas. Depois de ser recebido por Ulysses, D. Padim concedeu entrevista exclusiva.

Soberania e prognósticos

Ao defender a soberania da Constituinte, D. Padim lembra que os deputados e senadores que receberam mandato em novembro de 1986 têm exatamente essa função: escrever uma nova

Constituição para o país. Dessa forma, indaga, "como pode ser uma Constituinte limitada por uma Constituição emendada por Congressos anteriores, que não foram eleitos com funções Constituintes?". Ele admite que a Constituinte, se declarada de fato soberana, não iria entrar em minúcias, como por exemplo decidir sobre as viagens do presidente da República ao exterior, assunto que seria, como de costume, debatido pela Câmara e Senado. "Há que se ter bom senso, mas a soberania da Constituinte deve ser intocável", salienta.

Manifestando a postura da comissão da CNBB, D. Padim lamenta que a Constituinte esteja sendo ridicularizada em quase todos os grandes meios de comunicação, que destacam apenas o plenário vazio, a briga das novas deputadas por gabinetes com banheiro, etc. "O plenário está vazio porque os constituintes ainda não estão participando de votações, o momento é de redigir emendas ao regimento interno", lembra D. Padim.

De toda maneira, apesar da campanha dos grandes meios de comunicação, e de ainda ser prematuro fazer grandes prognósticos, D. Padim diz estar sentindo um "relativo otimismo" com relação ao processo constituinte, ao entender que os deputados e senadores poderão causar algumas surpresas a quem espera uma Constituição conservadora, à feição da maioria dos membros do Congresso Constituinte. Para o religioso, a eleição de Luiz Henrique (PMDB-SC), tido como um político afinado com os interesses populares, para a liderança do partido majoritário na Câmara, é um sinal de que os constituintes estão sentindo as pressões da sociedade por mudanças profundas na estrutura sócio-econômica e

política do país. "Os constituintes não podem trair as esperanças dos eleitores, a menos que não desejem mais fazer carreira", observa D. Padim.

Pressões externas

Por outra parte, o bispo de Bauru assinala que a grave crise econômica atravessada pelo país deve influir de forma positiva nos rumos da Constituinte. A respeito, acredita que assume maior força a proposta da CNBB, de criação de um Conselho de Planejamento Econômico, composto por representantes dos vários segmentos sociais, com o objetivo de discutir as grandes linhas do desenvolvimento econômico. "Não podemos aceitar soluções de gabinete", adverte.

D. Padim reconhece que a Constituinte deve trabalhar sob as pressões internacionais, na forma de protectionismos e outros meios, principalmente quando estiver discutindo a questão da dívida externa. Lembra, contudo, que as pressões podem causar resultados inversos aos desejados. Em sua opinião, o Congresso Nacional deve ser soberano para decidir sobre os rumos da dívida externa, que, lembrando Tancredo Neves, "não pode ser mais paga com a fome do povo brasileiro". Concluindo, cita o recente documento do Vaticano sobre a dívida externa, para afirmar que a "dívida externa envolve questões éticas, como a cobrança de juros extorsivos que inclusive não foram combinados antes dela ser contraída".

D. Ivo se recupera de cirurgia de emergência

Da sucursal de Porto Alegre

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Ivo Lorscheiter, 59, recupera-se bem da cirurgia de emergência —cauterização da próstata— a que foi submetido no hospital da Brigada Militar em Santa Maria (324 km de Porto Alegre-RS, na região central do Estado) anteontem à tarde. O bispo havia operado a próstata no início de fevereiro, mas o órgão apresentou hemorragia na sexta-feira passada.

O médico que o operou, Jayme Lutzki, atribuiu, em parte, o processo hemorrágico à movimentação de d. Ivo. Logo após a primeira cirurgia, no hospital da PUC, em Porto Alegre, ele viajou para uma reunião da CNBB, em Brasília.

CNBB faz avaliação da Constituinte

1-3-87 FFP
Da Sucursal de Brasília

A Comissão para Assuntos Constitucionais da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em seu boletim de anteontem, afirmou que o Congresso constituinte está sob hegemonia dos parlamentares de tendência centrista. Acrescentou que, ao mesmo tempo, há no Congresso uma "ponta de direita organizada" e uma "ponta de esquerda desarticulada".

A Comissão criticou a imprensa por classificar os chamados parlamentares "progressistas" jocosamente de "xiitas". Segundo ela, os "progressistas" são os que defendem a soberania do Congresso constituinte, mas que se mostraram desarticulados nos embates destas últimas três semanas. Na avaliação da CNBB, os incidentes durante as

discussões sobre o regimento interno "contribuíram para agravar e tensionar as divisões, ao invés de unificarem os representantes de correntes mais populares".

Para a Comissão, enquanto a elaboração do regimento caminhava em direção a alguns avanços concretos para a "participação popular", o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) apresentou substitutivo exigindo quórum (um décimo ou um sexto do Congresso constituinte) para várias iniciativas ou proposições. Segundo a Comissão da CNBB, pelo fato do PMDB e do PFL serem os dois únicos, dentre os treze partidos que integram o Congresso, a atender estes requisitos de percentuais mínimos, a questão do quórum deverá ser o destaque nas negociações do regimento interno.

2-3-87 Fp

Em 87, CNBB tem orçamento de Cz\$ 10 mi

Da Reportagem Local

O orçamento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) —a terceira conferência episcopal mais numerosa do mundo católica, com 371 bispos, depois da italiana e da norte-americana— para 1987 é de Cz\$ 10 milhões. Da receita total da CNBB, 33% virá de doações das organizações católicas alemãs-ocidentais "Misereor" e "Adveniat", além de uma parcela menor vinda da CAL (Comissão para a América Latina), do Vaticano.

As maiores despesas previstas pela CNBB referem-se aos gastos administrativos e pastorais. A principal fonte interna de receita será a Campanha da Fraternidade (a ser

aberta oficialmente no próximo dia 4, Quarta-Feira de Cinzas), que terá como tema o menor abandonado, e cujo encerramento (no Domingo de Ramos, 12 de abril) é tradicionalmente marcado por uma coleta nacional em todas as igrejas.

A CNBB prevê, também, para este ano, a arrecadação de aproximadamente Cz\$ 2 milhões com aluguéis de imóveis da Igreja, Cz\$ 612 mil cruzados oriundos das doações feitas nos santuários —como em Aparecida, 173 km a nordeste de São Paulo—, renda de títulos, no mercado de capitais e direitos autorais de suas publicações. A conferência tem dinheiro aplicado no "open market" (mercado aberto), ações e no fundo mútuo.

Em seu orçamento, a CNBB inclui, também, a transferência para o exterior de verbas para a manutenção do Seminário Pio-Brasileiro, na Via Aurélia, Roma, onde estudam seminaristas de várias dioceses, para o "Obulo de São Pedro", fundo internacional católico (mantido por doações de todos os setores do Catolicismo) destinado a ajudar na manutenção do Vaticano, para a Nunciatura Apostólica, em Brasília e para a conservação dos lugares considerados santos pelo Cristianismo, em Israel. Através da Caritas Brasileira, a CNBB enviou, também, no ano passado, auxílio financeiro para as vítimas dos terremotos no México e em El Salvador.

**'Lobby' da CNBB faz
primeiras reuniões**

3-2-87 Y/P
Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promoverá, a partir deste mês, reuniões com os constituintes de vários partidos para debater os princípios ligados à defesa da vida e aos direitos sociais da pessoa humana que a Igreja pretende ver incluídos na nova Constituição brasileira.

A decisão de promover estes encontros foi tomada pelo Conselho Permanente da CNBB, em dezembro último, e integra o conjunto de medidas aprovadas pela direção da Igreja no Brasil. A execução das medidas está sendo coordenada por uma comissão constitucional, presidida pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, e integrada por juristas e por políticos, entre os quais o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otávio Frias Filho (secretário)

A tutela da Igreja

Com característica candura, o vice-presidente da CNBB, d. Benedito Ulhoa Vieira, negou ter censurado a campanha do governo federal para esclarecimento da população sobre a Aids. A intervenção da Igreja sobre as decisões governamentais ainda não chega a ser tão direta e explícita quanto presumia, talvez justificadamente, o entrevistador.

É um consolo bastante escasso. Repetem-se, com obsessiva insistência, as cautelas, os cuidados e as indiretas da hierarquia católica quanto ao que deve ou não ser feito pelo governo. Pedindo ao ministro da Saúde que mudasse dois termos considerados imorais na campanha publicitária, e sendo prontamente atendida, a CNBB mantém, assim, a mesma atitude que triunfou na proibição de "Je Vous Salue Marie".

Descontente de aconselhar seus adeptos, a Igreja pretende tutelar os cidadãos; insistindo na mais teórica e absoluta orientação quanto ao problema da Aids, parece querer submeter mais uma vez o governo e o Brasil à sua visão de mundo. Lamentável que o Executivo aceda de bom grado a tal gênero de intervenção. Proibiu um filme em

todo o país porque este chocaria a sensibilidade de quem, afinal, nunca foi obrigado a vê-lo. Corrige o teor da propaganda oficial porque a CNBB o reprovou.

Não se sabe se por subserviência, temor, barganha política ou obscurantismo próprio, o governo entregasse a toda sorte de reverências e homenagens diante da Igreja. É uma instituição que se autoriza por si mesma a traçar programas de saúde, a exercer o controle das diversões públicas, a determinar estratégias para a reforma agrária e para o Congresso constituinte, confundindo seus dogmas com as aspirações do país.

Tem todo o direito de fazê-lo, e de arcar com a antipatia, a reprovação e o ridículo que merecer junto aos que não partilham de sua concepção medieval do mundo. Mas que tudo se passe no Brasil como se a separação entre Igreja e Estado não tivesse ocorrido, após quase cem anos de regime republicano, é algo que transfere esse ridículo a toda organização política brasileira; e que vai impondo sobre os cidadãos os resultados de uma atividade repressiva, moralista e incansável.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S. A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otávio Frias Filho (secretário).

A tutela da Igreja

Com característica candura, o vice-presidente da CNBB, d. Benedito Ulhoa Vieira, negou ter censurado a campanha do governo federal para esclarecimento da população sobre a Aids. A intervenção da Igreja sobre as decisões governamentais ainda não chega a ser tão direta e explícita quanto presumia, talvez justificadamente, o entrevistador.

É um consolo bastante escasso. Repetem-se, com obsessiva insistência, as cautelas, os cuidados e as indiretas da hierarquia católica quanto ao que deve ou não ser feito pelo governo. Pedindo ao ministro da Saúde que mudasse dois termos considerados imorais na campanha publicitária, e sendo prontamente atendida, a CNBB mantém, assim, a mesma atitude que triunfou na proibição de "Je Vous Salue Marie".

Descontente de aconselhar seus adeptos, a Igreja pretende tutelar os cidadãos; insistindo na mais teórica e absoluta orientação quanto ao problema da Aids, parece querer submeter mais uma vez o governo e o Brasil à sua visão de mundo. Lamentável que o Executivo aceda de bom grado a tal gênero de intervenção. Proibiu um filme em

todo o país porque este chocaria a sensibilidade de quem, afinal, nunca foi obrigado a vê-lo. Corrige o teor da propaganda oficial porque a CNBB o reprovou.

Não se sabe se por subserviência, temor, barganha política ou obscurantismo próprio, o governo entrega-se a toda sorte de reverências e homenagens diante da Igreja. É uma instituição que se autoriza por si mesma a traçar programas de saúde, a exercer o controle das diversões públicas, a determinar estratégias para a reforma agrária e para o Congresso constituinte, confundindo seus dogmas com as aspirações do país.

Tem todo o direito de fazê-lo, e de arcar com a antipatia, a reprovação e o ridículo que merecer junto aos que não partilham de sua concepção medieval do mundo. Mas que tudo se passe no Brasil como se a separação entre Igreja e Estado não tivesse ocorrido, após quase cem anos de regime republicano, é algo que transfere esse ridículo a toda organização política brasileira; e que vai impondo sobre os cidadãos os resultados de uma atividade repressiva, moralista e incansável.

Interferência do Executivo impede soberania da Constituinte, diz bispo

Da Reportagem Local

51318
F11

O bispo de Bauru, d. Cândido Padin, 72, coordenador da Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), disse ontem, por telefone, às 13h30, em Bauru (337 km a noroeste de São Paulo), que o acordo entre o PMDB e o PFL, em torno do regimento definitivo do Congresso constituinte, "foi promovido pela interferência do Poder Executivo e impedirá a afirmação da plena soberania da Constituinte, revelando a verdadeira intenção da convocação de um Congresso constituinte e não de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva". D. Cândido afirmou que "o que se desejava é o que está acontecendo", ou seja, "o controle do Congresso constituinte pelo Poder Executivo, através de deputados e senadores cuja carreira política depende da satisfação dos interesses políticos de sua clientela eleitoral".

Jurista e membro da Ordem dos Beneditinos, d. Cândido comentou, também, a notícia da Folha de ontem

de que o PMDB e o PFL planejam dividir os cargos na direção das oito comissões encarregadas de preparar o projeto da nova Constituição. Para o bispo, "a natureza de uma Assembléia Constituinte não pode permitir que ela atenda aos interesses de grupos partidários, devendo preocupar-se apenas com os mais altos interesses da nação e permitindo que os setores mais significativos da sociedade possam, também, colaborar para fazer a nova Constituição".

"Autolimitação"

Em Vitória da Conquista (552 km ao sul de Salvador-BA), o bispo local, d. Celso José Pinto, 54, do Departamento de Leigos do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), disse ontem, às 11h, por telefone, temer que "a autolimitação constituinte, representada pelo acordo entre PMDB e PFL sobre o regimento, aumente, diminuindo cada vez mais a soberania do Congresso".

D. Celso afirmou que não espera que o Congresso constituinte "caminhe para promover transformações substanciais na realidade brasileira".

Igreja e irrealismo

16131877
JW

A condenação do Vaticano a todas as formas de procriação artificial é mais um testemunho de irrealismo diante do mundo moderno. Não há outra conclusão possível quanto às manifestações da Igreja sobre temas como Aids, planejamento familiar, educação sexual e —agora— avanços científicos nas pesquisas sobre fecundação.

Neste sentido, impressiona a declaração do secretário geral da CNBB, Luciano Mendes de Almeida, publicada pela **Folha** na última quarta-feira: "Se a pessoa é naturalmente estéril, é um fato da vida humana como o de ser cego"; observa ainda que vencer este fato por "processos que violentam a natureza do ato sexual é contrário à dignidade da própria vida sexual". Talvez para a Igreja o homem tenha que se conformar com a ignorância, aceitar os desígnios da natureza. É como se proclamasse: Deus quis assim, nada a fazer.

É perfeitamente plausível que

casais estéreis aspirem a superar este obstáculo. Não há qualquer indício de que a Medicina utilize métodos escusos ou produza filhos que não sejam "frutos do amor de seus pais". Se é evidente que a ciência tem limites éticos, a proposta de tolhimento, puro e simples, só gera perplexidade. Aproxima-se do ridículo.

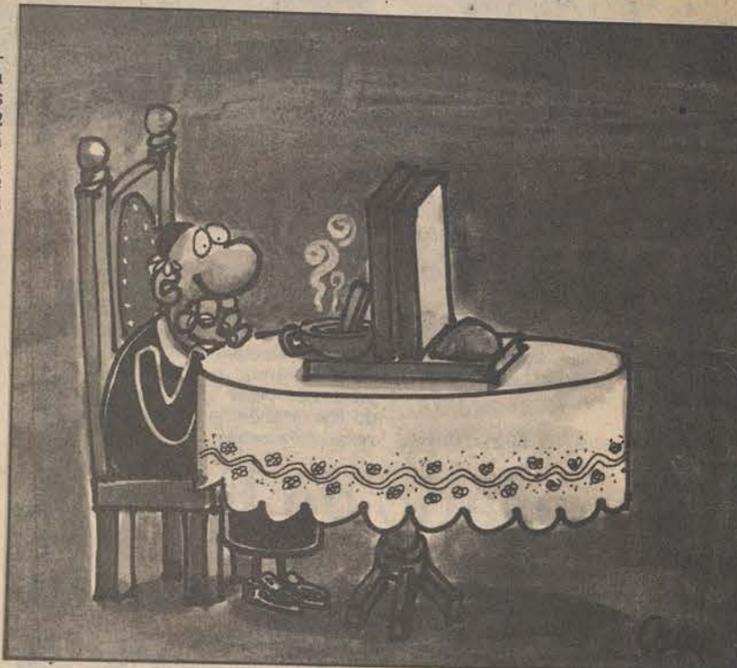
Procurando impedir, com o peso moral da palavra, o desenvolvimento da fecundação artificial, a Igreja se contrapõe à liberdade individual do homem. O mesmo ocorre quando condena a política de se levarem, às camadas mais pobres da população, conhecimento e meios para um planejamento familiar consciente. Não se nega ao Vaticano o direito de preservar seus dogmas, mesmo que em oposição às aspirações humanas e a seu tempo. Mas não se pode negar, por outro lado, o direito de as sociedades modernas receberem tais instruções eclesiásticas como um exercício de profundo obscurantismo.

CNBB já recebeu 22 parlamentares em seu "café constituinte" diário

Da Reportagem Local

Até ontem, a Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) já havia recebido 22 parlamentares no café da manhã com que dá início à sua rotina diária de trabalho, em Brasília. O "café constituinte", como é chamado, faz parte do "lobby" da Igreja Católica junto ao Congresso constituinte. No café da manhã de ontem esteve presente o senador Meira Filho (PMDB-DF); hoje, a convidada é a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ). Entre os convidados da próxima semana está o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte.

De acordo com a agenda da CNBB, tomaram o café da manhã, na sede da entidade, em fevereiro último, os deputados federais Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), Victor Buaiz (PT-ES), Moema Corrêa São Thiago (PDT-CE), Nelson Jobim (PMDB-RS), Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Ivo da Silva Lech (PMDB-RS), Paulo Renato Paim (PT-RS), Antônio Britto Filho (PMDB-RS), além do ex-deputado João Gilberto, do PMDB gaúcho, professor na UnB. Em março, foram ao café da CNBB os senadores Ronan Tito (PMDB-MG), Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Pompeu de Souza (PMDB-DF) e José Paulo Bisol (PMDB-RS), além dos deputados federais Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), Vicente



Bogo (PMDB-RS), Maurício Corrêa (PDT-DF), Joaquim Sucena (PMDB-MT), Geraldo Campos (PMDB-DF), Vasco Alves (PMDB-ES), Augusto Carvalho (PCB-DF).

Reunião

O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, o vice-presidente, d. Benedito Ulhôa Vieira, o secretário-geral, d. Luciano Mendes de Almei-

da, e outros oito bispos que integram a Comissão Episcopal de Pastoral estarão reunidos amanhã, às 20h30, na sede da CNBB, em Brasília, com parlamentares de vários partidos, apresentando as propostas da Igreja Católica para a nova Constituição brasileira. A CNBB convidou por carta todos os 559 constituintes, e espera o comparecimento de aproximadamente uma centena deles.

Justiça

Ponto final

CNBB não fala quando padre peca

Na semana passada, a cúpula da CNBB fracassou em sua última tentativa para se livrar de um pesadelo — a morte do padre italiano Maurizio Maraglio, em 28 de outubro do ano passado, de ataque cardíaco, numa suíte do Motel Status, em São Luís, onde se encontrava em companhia de uma prostituta, Maria das Dores de Souza Rocha, 25 anos. A pedido dos líderes da CNBB, que chegou a mobilizar o Ministério da Justiça e a Polícia Federal na empreitada, os médicos do IML de São Paulo levaram vinte dias para realizar dois exames muito complicados — verificar se o padre não fora envenenado e saber se não sofrera algum tipo de traumatismo. Na última quinta-feira, o doutor José Antonio de Melo, vice-presidente do

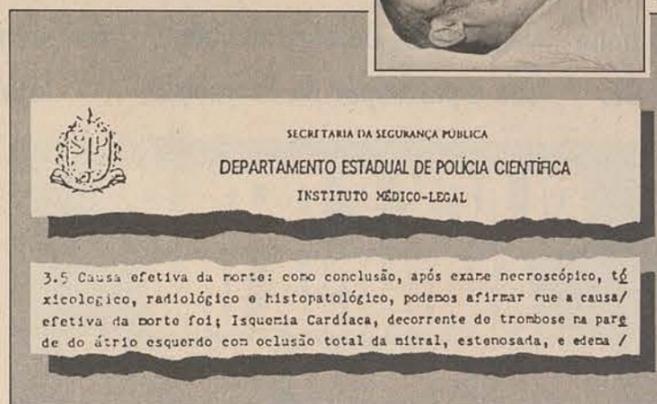
IML, anunciou o resultado. "O padre morreu, mesmo, de ataque cardíaco", disse.

Logo depois da morte do padre Maurizio, a liderança da CNBB estimulou a criação de uma farsa para maquilá-la — e a imprensa italiana chegou a dizer que ele fora vítima de um atentado dos latifundiários do Maranhão. Diante dos novos exames, o comando da entidade assumiu uma postura paradoxal. Mostrando-se loquaz quando o assunto é cinema, por exemplo — pe-

diu a proibição do filme *Je vous Salue, Marie* —, ou ainda na Assembléia Constituinte, onde prega uma maior participação popular na elaboração da nova Carta, a liderança da CNBB preferiu, agora, manter-se em silêncio, sem querer discutir algo que parece óbvio: a má conduta de um religioso encontrando-se com uma prostituta num motel. O presidente da entidade, dom Ivo Lorscheiter, estava em Roma, na semana passada. Na sexta-feira, os assessores de Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral, garantiam que ele estava em três cidades ao mesmo tempo — Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. "O que se passou com o padre Maurizio poderia ter ocorrido com qualquer sacerdote", afirma o padre José Albanez, da cúria metropolitana de São Paulo. "Podemos ser chamados a ouvir uma confissão nos ambientes mais mundanos." Segundo Maria das Dores, que acompanhava o sacerdote, padre Maurizio costumava sair com uma colega sua — e morreu logo depois que ambos haviam entrado na suíte. ●



JORNAL DIÁRIO DO NORTE



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE POLÍCIA CIENTÍFICA
INSTITUTO MÉDICO-LEGAL

3.5 Causa efetiva da morte: como conclusão, após exame necroscópico, toxicológico, radiológico e histopatológico, podemos afirmar que a causa efetiva da morte foi: Isquemia Cardíaca, decorrente de trombose na parede do átrio esquerdo com oclusão total da mitral, estenosada, e edema /

O laudo do IML paulista e o padre Maurizio: sem veneno

CNBB vê "marasmo preocupante" no país

27-13-87 EPO
Da Reportagem Local

Em documento que está sendo enviado esta semana a todas as dioceses brasileiras, a Comissão de Acompanhamento à Constituinte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) afirma que a situação política do país "é de um marasmo preocupante", e que os trabalhos do Congresso constituinte desenvolvem-se no contexto de "uma luta pelo poder entre a facção militar, o PMDB e o PFL". Além disso, de acordo com o documento, o governo federal caracteriza-se "pela incapacidade de enfrentar os entraves estruturais que inviabilizam as medidas econômicas de curto prazo", levando a "um vazio de poder" que pode levar "à recidiva do autoritarismo".

A Comissão afirma que "se não houver, urgentemente, uma grande mobilização popular em torno de objetivos políticos bem concretos, que signifiquem a retomada dos avanços conseguidos com a campanha das diretas (1984), o país corre o grave risco de um retrocesso".

Para os analistas da CNBB, a postura do governo federal diante da crise econômica "caracteriza-se pela incapacidade de enfrentar os entraves estruturais que inviabilizam as medidas de curto prazo". Esta seria a causa fundamental do fracasso do Plano Cruzado. De acordo com a Comissão, a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa brasileira pode perder seus efeitos positivos "se o governo continuar incapacitado de promover reformas substanciais na estrutura da economia", sem as quais "não há como acabar com a especulação financeira, promover uma redistribuição de renda, controlar as contas do governo, garantir a

sustentação do crescimento e conter a inflação em níveis aceitáveis". Para a Comissão da CNBB, "a dificuldade nessa área não é de natureza técnica, mas política, já que os remanescentes do sistema de 1964, ainda encastelados no poder, têm tido a capacidade de bloquear todos os intentos sérios de promover essas reformas, a começar pelo bloqueio da reforma agrária".

Retrocesso

"A recidiva do autoritarismo", diz o texto da CNBB, "caracterizada pelo lançamento de livros que justificam o período autoritário, por declarações agressivas de antigos chefes militares e pela insólita ocupação militar de portos, navios e instalações petroleiras, forma parte da mesma disputa de poder". Para a CNBB, esses fatos constituem "uma velada ameaça de retrocesso".

Para 'New York Times', militares podem voltar

Em seu editorial do último dia 20, o jornal "The New York Times" disse que por problemas de legitimidade os líderes políticos brasileiros podem "ser postos outra vez à margem por militares preparados para tomar decisões duras". Para o jornal norte-americano, o presidente Sarney "é um presidente sem mandato para tomar e fazer cumprir decisões drásticas". Pretendendo tirar lições para a Coréia do Sul, às voltas com a transição de um regime militar para uma democracia, o jornal afirmou que há dois anos a elite política brasileira pôs em marcha "o que parecia um compromisso inteligente".

Comissão é integrada por profissionais de várias áreas

A Comissão de Acompanhamento à Constituinte da CNBB, que coordena o "lobby" da Igreja junto ao Congresso constituinte, é presidida pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin. Também é integrada, a nível de coordenação, pelos juristas Fábio Konder Comparato, de São Paulo, José Geraldo Souza Jr., da Universidade de Brasília (UnB), e Sebastião Rios, presidente da Comissão Justiça e Paz da arquidiocese brasileira, pelos cientistas sociais Cândido Mendes de Almeida, presidente da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (e irmão do secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida), José Rosa Abreu Vale (novo secretário do Bem-Estar Social do governo cearense), Nilsen de Paula Pires, da UnB, e pelo arquiteto paulista Francisco Whitaker Ferreira. Também integram a Comissão os padres Virgílio Leite Uchoa e Ernâni Pinheiro, assessores da CNBB em Brasília, e a secretária da Comissão Justiça e Paz brasileira, Gláucia Melasso Garcia.

Além dos encontros quinzenais com parlamentares, do café da manhã oferecido diariamente aos congressistas, na sede da CNBB, em Brasília, e da divulgação diária de comentários sobre os trabalhos dos constituintes, através de uma rede de emissoras católicas e de telex, a

Comissão está acompanhando o Congresso constituinte com apoio de funcionários católicos da Câmara e do Senado.

A CNBB participa também de uma articulação de entidades da sociedade civil — como o Inesc (Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos), a OAB, o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e o Meb (Movimento de Educação na Base), entre outras — que pretende fiscalizar o trabalho das nove comissões constitucionais.

As segundas e quintas-feiras, a equipe executiva da Comissão se reúne, em Brasília, para avaliar as etapas cumpridas. Há duas semanas, passou a integrar a Comissão, como consultor, o ex-deputado João Gilberto, do PMDB gaúcho, que agora é professor na UnB. Ele auxilia a equipe a entender a dinâmica de funcionamento do Congresso constituinte, em função da campanha nacional para coletar assinaturas para as propostas da "iniciativa popular constituinte", baseada no artigo 23 do regimento interno — através do qual trinta mil cidadãos, apoiados por três entidades legalmente reconhecidas, podem enviar emendas ao projeto da nova Constituição para apreciação do Congresso constituinte.

CNBB e CNL já se preparam para o Sínodo Mundial dos Bispos

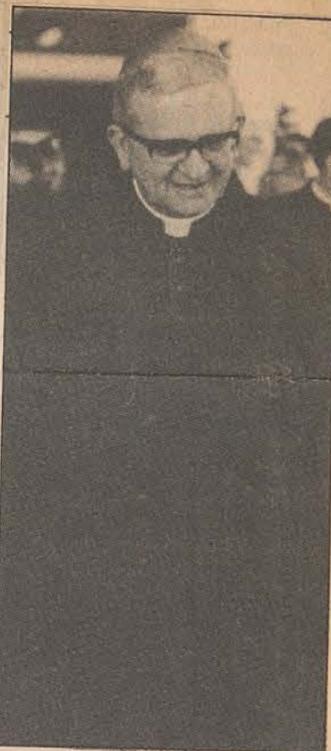
A CNBB e o CNL (Conselho Nacional de Leigos) intensificarão, a partir deste mês, a preparação da participação brasileira no Sínodo Mundial dos Bispos sobre "A missão dos leigos na Igreja e no mundo", com base nos documentos aprovados pelo Concílio Vaticano 2º (1962-1965). O Sínodo será realizado em outubro deste ano, no Vaticano, sob a presidência do Papa João Paulo II. Em maio próximo, o Papa estará reunido, também no Vaticano, com aproximadamente 300 dirigentes leigos de todo o mundo para uma discussão preliminar sobre o tema do Sínodo, em cujas sessões a participação

do laicato será reduzida, por se tratar de uma reunião especificamente episcopal.

Ainda este mês, a executiva do Conselho Nacional de Leigos estará reunida, em São Paulo, para debater o cronograma a ser cumprido, no Brasil, até setembro, em função do Sínodo. Em abril, no convento de Itaiaci, município de Indaiatuba, no interior de São Paulo, a CNBB elegerá seus representantes para o Sínodo, cuja secretária geral é ocupada, entre outros bispos de todo o mundo, pelos cardeais arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider.

Em agosto, a CNBB e o CNL promoverão conjuntamente, em São Paulo, um encontro nacional de leigos, com cerca de 500 participantes (uma média de dois por diocese brasileira), para uma reflexão com os bispos que representarão o Brasil no Sínodo. Até esse encontro, o laicato católico já terá feito uma discussão sobre o texto-base do Sínodo que chegou, do Vaticano, para a CNBB,

na semana passada. A nível latino-americano, a preparação do Sínodo está sendo feita pelo Departamento de Leigos do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano) e também pelas conferências episcopais de cada país.



Dom Angelo Rossi

24/3187 OSP



Os cardeais Lorscheider e Arns integrarão a secretária geral do Sínodo

Cardeal Rossi celebra 50 anos de sacerdócio

Dom Agnello Rossi estará comemorando nos próximos dias, no Brasil, ao lado de seus familiares e amigos, o seu jubileu de ouro sacerdotal. São passados 50 anos, desde aquele 27 de março de 1937, quando foi ordenado sacerdote na Basílica de São João, em Roma. Nada mais justo que sejam comemorados tantos anos de generoso e fiel serviço à Igreja.

No próximo dia 7 de abril, será celebrada em Roseira, interior de São Paulo, solene ação de graças, no Mosteiro da Sagrada Face. Lá estarão o Núncio Apostólico, Dom Carlo Furno, Dom Geraldo

Maria de Moraes Penido, Arcebispo de Aparecida, os Cardeais brasileiros, Arcebispos, Bispos, sacerdotes, autoridades civis e militares. Presentes também comissões representativas da diocese de Barra do Piraí e das Arquidioceses de Ribeirão Preto e São Paulo, que tiveram Dom Agnello como pastor, todos agradecendo a Deus na Eucaristia que ele presidirá às 16h00.

Outras comemorações estão programadas em Helvetia (Indaiatuba) e Campinas, no interior de São Paulo. No dia 4 de abril, Dom Agnello celebra a eucaristia na Igreja

de Helvetia. No dia 5, às 13h00, num almoço festivo, ele se reúne com seus familiares e amigos em sua residência em Helvetia, e às 19h00, preside a Eucaristia na Catedral de Campinas.

Em São Paulo haverá missa presidida por Dom Agnello e concelebrada por Dom Paulo Evaristo e todo o Colégio Episcopal, no dia 11 de abril, às 18h30, na Catedral. A Igreja que está em São Paulo agradece a Deus por tudo que o Cardeal Rossi realizou nesses 50 anos e por ter sido, durante alguns desses anos, alvo de sua constante preocupação de pastor.

Noventa parlamentares vão à primeira reunião promovida pela CNBB

Da Sucursal de Brasília

27 13 10 + FW
A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reuniu cerca de noventa parlamentares em sua sede, em Brasília, na noite da última quarta-feira, na primeira reunião ampliada do chamado "lobby santo" (trabalho de pressão da entidade no Congresso constituinte). A CNBB pretende realizar novos encontros deste tipo, para debater com os constituintes as propostas que a Igreja Católica deseja ver aprovadas na nova Constituição, como a condenação ao divórcio, ao aborto e à eutanásia, e a defesa da reforma agrária e dos direitos do menor.

CNBB e CNL já se prepararam para o Sínodo Mundial dos Bispos

2413184 OSP

A CNBB e o CNL (Conselho Nacional de Leigos) intensificarão, a partir deste mês, a preparação da participação brasileira no Sínodo Mundial dos Bispos sobre "A missão dos leigos na Igreja e no mundo", com base nos documentos aprovados pelo Concílio Vaticano 2º (1962-1965). O Sínodo será realizado em outubro deste ano, no Vaticano, sob a presidência do Papa João Paulo II. Em maio próximo, o Papa estará reunido, também no Vaticano, com aproximadamente 300 dirigentes leigos de todo o mundo para uma discussão preliminar sobre o tema do Sínodo, em cujas sessões a participação do laicato será reduzida, por se tratar de uma reunião especificamente episcopal.

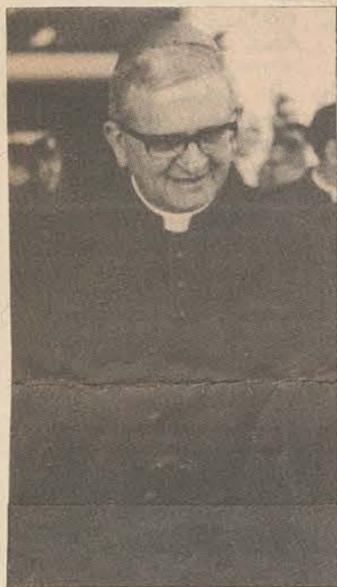
Ainda este mês, a executiva do Conselho Nacional de Leigos estará reunida, em São Paulo, para debater o cronograma a ser cumprido, no Brasil, até setembro, em função do Sínodo. Em abril, no convento de Itaiçi, município de Indaiatuba, no interior de São Paulo, a CNBB elegerá seus representantes para o Sínodo, cuja secretaria geral é ocupada, entre outros bispos de

todo o mundo, pelos cardeais arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider.

Em agosto, a CNBB e o CNL promoverão conjuntamente, em São Paulo, um encontro nacional de leigos, com cerca de 500 participantes (uma média de dois por diocese brasileira), para uma reflexão com os bispos que representarão o Brasil no Sínodo. Até esse encontro, o laicato católico já terá feito uma discussão sobre o texto-base do Sínodo que chegou, do Vaticano, para a CNBB, na semana passada. A nível latino-americano, a preparação do Sínodo está sendo feita pelo Departamento de Leigos do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano) e também pelas conferências episcopais de cada país.



Os cardeais Lorscheider e Arnolds integrarão a secretaria geral do Sinodo



Dom Angelo Rossi

Cardeal Rossi celebra 50 anos de sacerdócio

Dom Agnelo Rossi estará comemorando nos próximos dias, no Brasil, ao lado de seus familiares e amigos, o seu jubileu de ouro sacerdotal. São passados 50 anos, desde aquele 27 de março de 1937, quando foi ordenado sacerdote na Basílica de São João, em Roma. Nada mais justo que sejam comemorados tantos anos de generoso e fiel serviço à Igreja.

No próximo dia 7 de abril, será celebrada em Roseira, interior de São Paulo, solene ação de graças, no Mosteiro da Sagrada Face. Lá estarão o Nuncio Apostólico, Dom Carlo Furno, Dom Geraldo

Maria de Moraes Penido, Arcebispo de Aparecida, os Cardeais brasileiros, Arcebispos, Bispos, sacerdotes, autoridades civis e militares. Presentes também comissões representativas da diocese de Barra do Piraí e das Arquidioceses de Ribeirão Preto e São Paulo, que tiveram Dom Agnelo como pastor, todos agradecendo a Deus na Eucaristia que ele presidirá às 16h00.

Outras comemorações estão programadas em Helvetia (Indaiatuba) e Campinas, no interior de São Paulo. No dia 4 de abril, Dom Agnelo celebra a eucaristia na Igreja

de Helvetia. No dia 5, às 13h00, num almoço festivo, ele se reúne com seus familiares e amigos em sua residência em Helvetia, e às 19h00, preside a Eucaristia na Catedral de Campinas.

Em São Paulo haverá missa presidida por Dom Agnelo e concelebrada por Dom Paulo Evaristo e todo o Colégio Episcopal, no dia 11 de abril, às 18h30, na Catedral. A Igreja que está em São Paulo agradece a Deus por tudo que o Cardeal Rossi realizou nesses 50 anos e por ter sido, durante alguns desses anos, alvo de sua constante preocupação de pastor.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor da Redação: Otávio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Perálva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otávio Frias Filho (secretário)

Alarme falso

Com sucessivas, pouco convincentes e já monótonas declarações de extinção da Aliança Democrática no Congresso constituinte, os líderes dos dois maiores partidos brasileiros — PMDB e PFL — dão mostras de — PMDB e PFL — dão mostras de temor, por paradoxal que seja, exatamente aquilo que dizem. Este temor não difere muito, em erro de análise, das profecias alarmistas de intervenção militar feitas, ainda esta semana, por membros da Igreja Católica e até pelo jornal "The New York Times".

Persiste, quase como anacronismo, uma aura de garantia ao processo democratizante envolvendo a Aliança Democrática: desde o Colégio Eleitoral que escolheu Tancredo Neves para presidente, repete-se que o acordo entre PMDB e PFL (duas forças políticas que vinham, uma da oposição, e outra da dissidência do próprio governo autoritário) é a certeza maior, quase única, de alcançar-se o Estado de Direito. Esse imperativo de sustentar a transição política a qualquer preço, incluindo adiar a possibilidade de confronto democrático, foi por demais superdimensionado.

Ao contrário do que imaginam

tanto a CNBB como o jornal norte-americano — que se igualam em seu distanciamento e miopia em relação à realidade brasileira —, o país ostenta avanços democratizantes inegáveis; refutam-se, mesmo diante de uma economia em crise, as insinuações de ruptura institucional. Nesse sentido, o fim da Aliança no Congresso constituinte, cujos efeitos desestabilizadores já seriam questionáveis pelo simples fato de esta ter uma existência esporádica, não significaria mais que uma mostra de vitalidade política do novo regime.

Cresce do nada, como se vê, um catastrofismo incontido no que se refere à estabilidade institucional. Há toda uma exagerada preocupação com cada mudança que se possa fazer no plano partidário, ou com cada movimento grevista que surja no país. E há uma minimização indevida dos progressos nas instituições democráticas, da serenidade e do respeito à lei que têm caracterizado as Forças Armadas, dos avanços quanto à própria consciência de liberdade. Que o PFL deixe a Aliança, ou que o PMDB o faça: será apenas, para surpresa dos alarmistas, um exercício de democracia.

Die überarbeiteten CCGG (Generalkonstitutionen) wurden vom Heiligen Stuhl und die EEGG (Generalstatuten) vom Generaldefinitorium approbiert.

Vom 22. April bis zum 02. Mai findet die 25. Generalversammlung der CNBB (Brasilianischen Bischofskonferenz) in Itaicí - São Paulo statt. Es werden unter anderem die Richtlinien der Pastoral für die nächsten 4 Jahre erarbeitet.

Unsere Mitbrüder in João Pessoa - Hermann und Anastácio - wurden am 27. 02. wieder einmal von der Bundespolizei verhört, weil sie angeblich die Bauern der Pfarrei aufwiegelten, Unordnung zu provozieren, Invasionen und Zerstörungen vorzunehmen.

Miguel Arraes - in der Wahlkampfphase zum Gouverneur von Pernambuco von unseren Mitbrüdern in Olinda offen unterstützt - hat die Wahl mit einer guten Mehrheit gewonnen. Aus: FRATERNITAS -Generalkurie.

Bevor Frei Anísio zum Priester geweiht wurde, führte man in seiner Heimatpfarrei eine viertägige Volksmission durch, mit den Themen: + Kirche: Die große Familie (Zeichen der Einheit). + Gerechtigkeit unter den Kleinen. "Umkehr und Gebet.-Das Priestertum."

Konzentrationen, Bußpredigten - Prozessionen und Hausbesuche, besonders der Kranken prägten diese Volksmission.

Am 1. März konnte er dann in Porto da Folha seine Primiz feiern. Unsere Mitbrüder Honório, Petrónio und Angelino - ebenfalls aus dieser Pfarrei kommend - nahmen an der Feierlichkeit teil.

Frei Vito Hoffmann wurde von Mossoró nach Aracajú versetzt. Er ist besonders glücklich, weil er wieder mitarbeiten kann. Im Mai wird er seinen Heimaturlaub antreten.

Frei Co me berichtet aus Ipuarana: Es ist sehr trocken. In den großen Stauseen fehlt das notwendige Wasser, um die Turbinen zu betreiben. Es wird schon eine Rationierung der Energieversorgung vorgenommen.

Am 1. Juli 1937 kamen die ersten Franziskaner nach Campo Formoso. Frei Inocêncio und Frei Protásio. In diesem Jahr wird daher die 50 jährige Anwesenheit der Franziskaner in der Pfarrei gefeiert. Da Frei Inocêncio nicht mehr teilnehmen kann, hat ihn eine Abordnung der Pfarrei aus Campo Formoso in Aracajú besucht.

Am 12. April beginnen die Festivitäten der endgültigen Ankunft der Franziskaner vor 400 Jahren in Salvador- Bahia.

Am 9. April wird der neue Abt - Dom Sebastião Heber Vieira Costa in der Abtei des Hl. Benedikt in Olinda den Segen für sein neues Amt erhalten. Er wurde von der Klostersgemeinschaft am 25. 02. gewählt. Sein Vorgänger, Dom Basílio Penido, war nach 25 jähriger Tätigkeit als Abt zurückgetreten.

Am 25. 02. brachte Frei Arnaldo Motta de Sá die Studenten Francisco und Luiz nach São Francisco do Conde, wo sie mit Honório und Domingos die neue Gemeinschaft bilden werden.

Schließlich wurde nach 12 jähriger Arbeit der Besuchssaal des Klosters in Salvador restauriert den Mitbüdern übergeben. Jetzt beginnt die verantwortliche Behörde mit der Restaurierung der Klosterkirche.

Am 24. 02. ist frei Francisco nach Rio abgereist, um sein 3 jähriges Studium des Kirchenrechts zu beginnen. (wohnt am Largo da Carioca)

Frei Aquino Torres wurde von Obidos nach Aracajú versetzt - aus gesundheitlichen Gründen. Vom 24. bis zum 30. April wird er die Exerzitien im Konvent in Recife leiten.

In Brasilien leben zur Zeit 38.220 Ordensleute.
Davon sind 7.716 Priester
2.391 Brüder
2.783 Novizinnen und Novizen
168 Bischöfe = fast die Hälfte aller Bischöfe de CNBB

Brasilien hat bisher 466 Missionare ins Ausland ausgesandt.
242 arbeiten in Afrika // 23 in den Ländern Asiens //
11 in Ozeanien und 190 in anderen Ländern der Welt.

Bruder Edgar hat an der Einfahrt in die Stadt Canindé eine Kirche zu Ehren des Hl. Josef mit tatkräftiger Hilfe der Gemeinschaft gebaut. (Eigenleistung) - Am 19. März wurde die Kirche festlich eingeweiht.

Alle Mitbrüder der Provinz sind aufgerufen am "TREFFEN ÜBER UNSERE SEELSORGE" vom 20. bis zum 24. April in Ipuarana teilzunehmen. Besonders sind aufgefordert die Pfarrer und Volksmissionare der Provinz.

Ein neues franziskanisches Gesangbuch wurde herausgegeben: "CANTOR DO IRMÃO SOL"! Das Buch, vom CEFEPAL in Petrópolis in Auftrag gegeben, bietet 209 franziskanische Lieder und Gesänge an. Die Titelseite schmückt das Bild eines Wallfahrers aus Canindé.

Frei Rainério Kröger hat seine Bitte erneuert für ein weiteres Jahr außerhalb der Gemeinschaft zu leben. Die Bitte wurde ihm erfüllt. Er wohnt weiterhin in João Pessoa.

Frei Ademir, Frei José Vieira und vielleicht auch Frei José Milton werden gegen Ende April nach Assisi reisen, um dort am Studienprojekt - "Experiência Assis" - teilzunehmen.

ZUM NACHDENKEN:

Die Option für die Armen ist ohne Zweifel in Latein-amerika ein Zeichen des Heiligen Geistes und ein unschätzbare Wert. Im Namen dieser Option kommen aber viele vom rechten Weg ab, verlieren den rechten Geist des Evangeliums und der Nachfolge Jesu. In der Meinung diesen unschätzbaren Wert zu verwirklichen, verlieren diese Leute unbemerkt den inneren Frieden; zeigen sich überaus angespannt, ja ärgerlich, ja sogar aggressiv; erweitern die Distanz zwischen dem was sie sagen und leben; übermäßiger Stolz und Eigenbrödlerei machen sich breit; identifizieren sich nicht mehr mit den Idealen des Ordenslebens und geben schließlich das Ordensleben ganz auf.

Ein solches Aufgeben des Ordenslebens bedeutet nicht unbedingt, daß diese Ordensleute anfangs nicht wirklich berufen waren. Es hat sich eine fast schleichende Abweichung im Laufe der Jahre in der Gemeinschaft vollzogen.

Aus: CONVERGÊNCIA - Febr. 87 - Seite 59
(Zeitschrift für Ordensleute)

richten...kurznachrichten...kurznachrichten...kurznachrichten...kurznachrichten...

AUS BRASILIEN - AUS DER PROVINZ

CNBB ^{119.182}definiert temas prioritários para comissões

Da Reportagem Local

Entre as propostas que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pretende defender, junto às oito comissões temáticas e à comissão de Sistematização do Congresso constituinte, estão a criação de conselhos nacionais de planejamento e Cultura, a possibilidade de que entidades e cidadãos apresentem projetos de lei diretamente ao Congresso, e a instituição do referendo popular

como instrumento permanente de consulta aos cidadãos, diante de temas polêmicos. A informação foi prestada ontem às 16h, por telefone, pelo coordenador da Comissão de Acompanhamento à Constituinte da entidade, d. Cândido Padin, bispo de Bauri (SP).

D. Cândido afirmou que, a partir desta semana, a CNBB começará a preparar textos - a serem enviados aos parlamentares e aos grupos

interessados, em todo o país - sobre temas que a Igreja considera prioritários na discussão da nova Constituição, como a condenação do aborto e da eutanásia, a proteção aos menores, garantia de salário suficiente para os trabalhadores e o estabelecimento de mecanismos que assegurem maior controle do Estado pela sociedade civil.

Comentando a reunião organizada pela CNBB, na última quinta-feira,

em Brasília, da qual participaram cerca de setenta constituintes, d. Cândido disse que a Igreja vai organizar outros encontros, em futuro próximo, sobre temas específicos sugeridos pelos parlamentares, que trabalharão em grupos e com a participação dos assessores do episcopado. A CNBB defenderá também, segundo d. Cândido, a oficialização, na nova Carta, da figura do "ombudsman" (defensor do povo), a revisão da atual ordem econômica.

Já definiu a pauta da próxima assembleia

31418 280

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) já está convidando os bispos católicos brasileiros para a sua assembleia geral, que se realizará de 22 de abril a 1º de maio próximo, no antigo convento jesuíta de Vila Kostka, em Itaici, município de Indaiatuba, no interior de São Paulo.

Nesta assembleia, os bispos elegerão a nova presidência da entidade, entre outros organismos da conferência. A pauta oficial da assembleia é a seguinte:

*Avaliação do trabalho da CNBB nos últimos quatro anos.

*Definição das diretrizes pastorais para o próximo quadriênio (1987-1991).

*Eleições para 37 cargos: presidente, vice-presidente, secretário geral, CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), CED (Comissão Episcopal de Doutrina), Conselho Fiscal, delegado junto ao Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), além de um suplente, delegados junto ao Sínodo dos Bispos (de outubro deste ano, no Vaticano), novos membros para o conselho nacional do Santuário de Aparecida.

*Atualização do regimento da CNBB.

*Relatório econômico-financeiro da conferência.

*Relatório da presidência.

*Relatório do delegado junto ao Celam.

*Comunicação sobre a situação da Teologia no Brasil.

*Comunicação sobre a situação sócio-política nacional.

*Preparação do Sínodo dos Leigos.

*Acompanhamento do Congresso Constituinte.

*Situação das escolas católicas.

*Encaminhamento sobre

novos movimentos religiosos e ecumenismo.

O dia da espiritualidade será coordenado pelo arcebispo emérito de Belo Horizonte (MG), dom João Resende Costa, que discorrerá sobre o tema "O Espírito Santo na vida do bispo e da Igreja".

O cardeal africano Bernardin Gantin, prefeito da congregação vaticana para os bispos, foi novamente convidado pela CNBB para participar da assembleia, durante a qual será inaugurado um novo salão, ao lado do convento, para as sessões plenárias.



O Cardeal africano Bernard Ganlin foi novamente convidado por Dom Ivo Lorscheiter, que deixa a presidência da CNBB este ano.

Fotos: Douglas Mansor

Pesquisa deve revelar caminhos para igrejas

3-4-82 RHO

Com o objetivo de obter um conhecimento científico sobre a realidade dos novos movimentos religiosos no Brasil, o Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), através de suas igrejas membros, o ISER (Instituto de Estudos da Religião) e o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) estão realizando uma pesquisa - que deverá ficar pronta ainda este ano - cujos resultados serão examinados com base em duas óticas, resumidas pelo bispo de Santa Cruz do Sul (RS), dom Aloísio Sinério Bohn, responsável pelo setor de diálogo da CNBB, como o desafio representado pelos novos movimentos religiosos

para a ação pastoral libertadora das igrejas cristãs e a opção pelos pobres.

A nível latino-americano, outro parâmetro para a pesquisa é a declaração final da reunião ecumênica de Cuenda, Equador, realizada em novembro do ano passado, durante a qual cerca de 60 líderes cristãos de todo o Continente coincidiram em que as igrejas evangélicas históricas devem renovar seus métodos de trabalho, enfatizar seu apoio às comunidades de base, aprofundar o estudo, a leitura e o conhecimento da Bíblia, além de ampliar a participação dos leigos na vida eclesial.

CNBB já orienta as dioceses sobre a "iniciativa popular"

Da Reportagem Local

A Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), está enviando orientação técnica às 235 dioceses brasileiras para permitir que as pastorais, comunidades de base e movimentos ligados ao laicato católico utilizem corretamente o instrumento da "iniciativa popular" que baseada no artigo 23 do regimento interno do Congresso constituinte, assegura a grupos de 30 mil cidadãos —sob o patrocínio de três entidades legalmente reconhecidas—, a apresentação de projetos de emenda à nova Constituição.

De acordo com essas orientações, as emendas deverão ser apresentadas no período de trinta dias após a publicação do projeto da nova Constituição, o que deverá ocorrer, pelos cálculos da CNBB, entre o final de junho e a primeira quinzena de julho próximo. A recomendação da Igreja é a de que as emendas sejam redigidas nos formulários próprios que serão preparados pelo Congresso constituinte —para uso dos próprios parlamentares— evitando-se, assim, erros técnicos que criem futuros problemas de tramitação. Nas listas com emendas, as assinaturas dos eleitores deverão ser acompanhadas pelos nomes completos, legíveis, endereços e dados de identificação dos títulos eleitorais, tais como o número do título, zona eleitoral, região ou estado do eleitor.

Entre 30 de junho e 15 de julho, os organizadores das listas irão protoco-

lar as emendas na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Os funcionários do Congresso verificarão, neste momento, se o tema da emenda é pertinente ao processo constituinte, e se as listas de assinaturas, assim como as três entidades patrocinadoras, atendem aos dispositivos regimentais. Se a comissão não aceitar receber a emenda, o fato será comunicado em plenário, pelos parlamentares interessados, e passará a decorrer o prazo de três sessões para a apresentação de recurso, com a assinatura de pelo menos 56 constituintes. Caso a emenda seja aceita, passará a integrar o conjunto de emendas que terão parecer favorável ou contrário da Comissão de Sistematização, até que ocorra a votação em plenário.

Se a Comissão de Sistematização rejeitar a emenda ela ainda poderá continuar tramitando no Congresso, desde que pelo menos um parlamentar constituinte aceitar patrociná-la. De acordo com a orientação da comissão da CNBB, as emendas para um mesmo capítulo ou título serão votadas em conjunto, em plenário, havendo ainda possibilidade de destaque, requerido por 35 constituintes, para que uma emenda possa ser votada separadamente. Na Comissão de Sistematização, um dos autores das emendas, ligadas à "iniciativa popular", previamente inscrito pelos interessados, poderá defendê-la durante vinte minutos. Cada eleitor pode subscrever até três propostas de emendas.

Divino demais

8/14/87 F

São Paulo

É o anúncio mais comovente e inepto da televisão brasileira: na primeira parte, mostra duas aves tropicais, desengonçadas e enormes, fazendo trepidar os bicos no que seria uma celebração do amor e da divindade. Sobre seu ninho expande-se uma canção no gênero Roberto Carlos. Ao contrário das imagens, cujo propósito não se identifica bem, a música se abre diretamente para nós, segura de seu apelo indiscutível.

Um corte abrupto nos impõe a segunda parte do reclame, e a realidade social de que tudo, até aqui, servira como um canhestro contraponto. Vemos, quem sabe pela primeira vez na vida, a cena de um depósito de lixo cavocado por crianças em busca de alimento, papel ou ferro-velho. Elas correm em direção à câmara, ou melhor, acodem ao chamado. São lindas, ainda que os nomes, a raça, a miséria mostrem-nas brasileiras. Em breve, portanto, estarão com os traços deformados pelo trabalho, pela bebida ou pela prisão. Mas Deus não quer seus filhos desse jeito: é o que nos assegura o cantor, embargado na melodia kitsch e na certeza religiosa.

O espectador fica perplexo com as efusões de seu aparelho de TV, que vinha de divulgar friamente alguns massacres no noticiário das oito. Está chocado demais para considerar o anúncio ridículo, incomodado demais

para considerá-lo ruim, desacostumado demais para aceitá-lo como é. Na verdade, o filme revela bem a atitude da CNBB, cuja Campanha da Fraternidade, dedicada ao menor carente, tem por fim veicular. O espírito de caridade é tão grande, que perdoa e aprova a fraqueza da música, da letra e das imagens. O anúncio é ruim: só a bondade pode salvá-lo.

A generosidade da CNBB não permite que, tentando convencê-los sub-repticiamente, dirija-se aos incrédulos, aos egoístas, aos que têm culpa no cartório. Dirige-se apenas à sua alma. Esta se remexe um pouco, aguardando a próxima atração. A CNBB expõe com simplicidade o seu universo. Parece recusar qualquer diplomacia, sutileza, conveniência ou traição. O que significa, talvez, que recuse qualquer política. Faz um apelo em nome dos vencidos, como se não houvesse vencedores —isto é, pessoas em princípio pouco dispostas a ouvir. Sua denúncia, sua indignação, sua divergência, que são reais, resumem-se assim a um canto caloroso de vitória. Tanto mais pobre, ineficaz e falso, quanto mais impregnado de esperança.

Marcelo Coelho

Semana de 10 a 16
de abril de 1987

CONSTITUINTE

CNBB se reúne com 90 constituintes

Página 8

José Pedro Soares Martins
de Brasília

Na maior reunião promovida até o momento por uma entidade não-governamental com constituintes, na semana passada, cerca de 90 parlamentares atenderam ao convite formulado pela CNBB, para um "convívio fraterno" com os bispos integrantes da Comissão Episcopal de Pastoral, que se encontram mensalmente em Brasília. O número de Constituintes presentes foi considerado significativo, mesmo porque muitos parlamentares estavam naquela semana em seus Estados, em razão das greves em andamento.

O primeiro convívio da CNBB com os constituintes deveria ter sido realizado a 24 de fevereiro, o que não foi possível, pois na última hora o presidente Ulysses Guimarães convocou sessão extraordinária, em que deveria ter sido iniciada a votação do regimento interno, o que acabou não ocorrendo na oportunidade. O convite para participar do encontro foi enviado a todos constituintes, pelo padre Virgílio Leite Uchoa, secretário-executivo da Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB, que é presidida por Dom Cândido Padin, bispo de Bauru (SP).

Documento do Papa

Assinaram a lista de presença do encontro, 68 constituintes, dos quais 31 do PMDB, 11 do PDT, nove do PT, oito do PFL, seis do PDS, um do PDC, um do PL e um do PTB. Participaram da reunião dois constituintes

evangelistas - Benedita da Silva (PT-RJ), da Assembléia de Deus e Lysâneas Maciel (PDT-RJ), presbiteriano.

Aos participantes foi entregue o documento "Ao Serviço da Comunidade Humana - Uma consideração ética da dívida internacional," elaborado pela Pontifícia Comissão Justiça e Paz e divulgada pelo Papa João Paulo II a 27 de janeiro. A íntegra do documento havia sido inserida nos anais da Constituinte, a pedido do deputado Fernando Santana (PCB-BA). Anteriormente, todos os deputados e senadores haviam recebido a declaração pastoral "Por uma Nova Ordem Constitucional", deliberada na 24ª Assembléia Geral da CNBB, em abril de 1986, em Itaici (SP).

Reforma Agrária e Participação

A mesa de encontro da CNBB foi composta pelo presidente da entidade, Dom Ivo Lorscheiter, pelo vice-presidente Dom Benedito Ulhoa, pelo secretário geral Dom Luciano Mendes de Almeida, além de assessores e de Dom Cândido Padim e demais membros da comissão de acompanhamento à Constituinte.

Abrendo o encontro, Dom Ivo reiterou que a posição da CNBB sobre a Constituinte está expressa no documento "Por uma Nova Ordem Constitucional", destacando alguns pontos em especial, como a necessidade da reforma agrária e de uma maior participação popular no processo político.

Com efeito, a maioria dos 27 Constituintes que se inscreveram

Ivo retomou a palavra, salientando a oportunidade de serem realizados outros encontros com os constituintes. Algumas propostas foram levantadas, como reuniões mais frequentes, para aprofundar as discussões em curso nas subcomissões temáticas da Constituinte. Dom Ivo destacou a necessidade de se combater as tentativas da desmoralização da Constituinte, feitas pelos grandes meios de comunicação, interessados em desacreditar o seu papel de transformação social.

Enquanto isso, a Comissão de

para falar durante o "convívio" centrou seus pronunciamentos exatamente nos temas da reforma agrária e da participação popular.

O deputado Jorge Hage (PMDB-BA), por exemplo, acentuou que a CNBB pode exercer um papel muito importante na mobilização popular, a seu ver essencial para que a nova Constituição seja avançada. Por outro lado, o deputado Tadeu França (PMDB-PR) afirmou que a CNBB pode colaborar na eliminação dos preconceitos contra a Reforma Agrária.

O único discurso que destacou dos demais foi o do deputado Messias Góes (PFL-SE), para quem "alguns padres estão incentivando atritos maiores entre os proprietários e empregados". A maior parte dos Constituintes presentes imediatamente contestou as afirmações de Messias Góes. O deputado José Genoino (PT-SP) chegou a gritar ao colega: "Você já falou muito". Messias Góes não cedeu e pediu que Genoino se retirasse do encontro.

A questão do aborto também foi levantada pelos constituintes. O Senador Meira Filho (PMDB-DF), realirmando a sua condição de "católico apostólico romano", sublinhou, contudo, estar preocupado com a posição da CNBB, contrária ao aborto. Divórcio, drogas, terras indígenas, entre outros, também foram assuntos discutidos pelos constituintes.

Novos encontros

Ao final do "convívio", Dom

Acompanhamento da Constituinte prossegue os seus trabalhos. Diariamente, um constituinte é convidado a tomar o café da manhã com os membros da Comissão, além de ser entrevistado para a Rádio Medianeira, do Rio Grande do Sul. Em breve, a entrevista será transmitida pela Rádio Aparecida (SP) a uma rede de emissoras católicas em várias partes do Brasil. Cerca de 30 constituintes já participaram do encontro matinal da CNBB, como o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte.

Bispo-auxiliar do Ipiranga lidera a disputa por secretaria-geral da CNBB

Da Reportagem Local

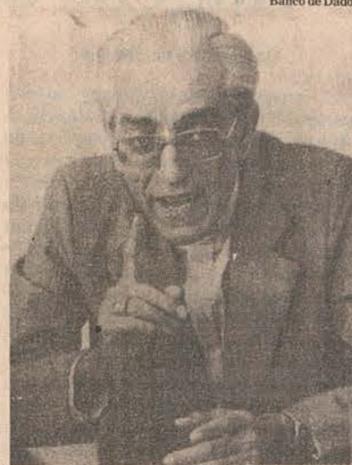
O bispo-auxiliar da região episcopal do Ipiranga (zona sul paulistana), d. Antônio Celso Queiroz, 53, é o mais cotado, nos contatos pré-eleitorais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para suceder a seu colega d. Luciano Mendes de Almeida, bispo-auxiliar da região Belém (zona leste de São Paulo), na secretaria geral da entidade. As eleições para a nova diretoria da CNBB serão realizadas entre os dias 22 de abril e 1º de maio, em Itaici, município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo).

Para a presidência da CNBB, o nome mais cotado no momento, segundo apurou a Folha, é o do atual vice-presidente da entidade, d. Benedito Ulhoa Vieira, arcebispo de Uberaba (MG) e ex-bispo-auxiliar paulistano. Em segundo lugar, nas discretas prévias eleitorais do episcopado, está o arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, cujo nome obteve um relativo crescimento nas últimas três semanas, a partir da publicação de uma entrevista na edição em língua portuguesa do jornal oficioso do Vaticano, "L'Osservatore Romano", em que apresenta sua linha de atuação pastoral.

D. Luciano Mendes de Almeida poderia ser o escolhido para a presidência da CNBB, como nome de consenso entre as várias correntes de pensamento dentro do episcopado, caso haja uma polarização eleitoral entre d. Serafim e d. Benedito. Se depender do próprio d. Luciano, de acordo com o que tem comentado com seus assessores mais próximos, ele voltará em tempo integral para São Paulo, continuando seu trabalho na região episcopal de Belém e na Pastoral do Menor.

Outros cargos

Em sua próxima assembléia, a CNBB deverá escolher, também, os



D. Benedito Ulhoa Vieira



D. Serafim Fernandes de Araújo

Punição depende do pleito, diz Boff

Da Sucursal do Rio

O teólogo Leonardo Boff disse ontem à Folha que as eleições para escolha da nova diretoria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), previstas para dentro de duas semanas, vão influir na decisão da Igreja Católica de puni-lo ou não pelo lançamento do seu último livro, "A trindade, a libertação e a sociedade" (Editora Vozes). "Se for eleita uma direção progressista, acho que

estarei tranquilo. Se for conservadora, serei punido", afirmou.

Leonardo Boff afirmou ainda que, até a data das eleições, não concederá mais nenhuma entrevista sobre o assunto. Seu livro está sendo analisado pelo Vaticano, que procura descobrir opiniões que contrariem dogmas da Igreja católica. Em 1985, Boff foi condenado a oito meses de "silêncio obsequioso" — proibição de falar em público — por causa de seu livro sobre a Teologia da Libertação.

novos membros da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e da Comissão Episcopal de Doutrina (CED), além dos delegados que representarão o Brasil no Sinodo Mundial dos Bispos sobre o papel dos leigos na Igreja e no mundo, em outubro, no Vaticano. O episcopado elegerá, nessa assem-

bléia, o delegado da CNBB junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) e os responsáveis pelo Santuário Nacional de Aparecida (SP). Para a CED, o atual coordenador, d. Aloisio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza (CE), poderá ser reeleito para um novo mandato de quatro anos.

1. Verfasser des Stückes
2. Erprobungsjahr
3. Genauer Titel
4. Gattung
5. Aufbau Art
6. Handelt es sich um einen
7. "kurzgeschichtlichen"
8. "historischen"
9. "literarischen"

*CNBB define temas
para reuniões com
os congressistas*

Da Reportagem Local

Aborto, divórcio, aspectos sociais da propriedade privada, atuação da Igreja e do poder público diante de conflitos urbanos e rurais, participação da Igreja na preparação da nova Constituição brasileira, o problema da toxicomania, terras indígenas e ensino religioso no novo texto constitucional. Estes serão alguns dos temas dos próximos encontros entre a Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e os parlamentares constituintes, a serem realizados depois da Semana Santa — as datas serão fixadas de comum acordo entre os dirigentes da conferência episcopal e os congressistas. A primeira reunião do tipo ocorreu no dia 25 de março último, na sede da CNBB, em Brasília. Paralelamente, a Comissão de Acompanhamento está preparando documentos de trabalho sobre aqueles temas, de interesse da Igreja, para encaminhar, como subsídios, aos parlamentares.

Plataforma comum

Pela primeira vez na história de sua participação nos processos de elaboração das constituições brasileiras, a CNBB buscará, a partir da segunda quinzena deste mês, entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), centrais sindicais e, inclusive, a União Nacional dos Estudantes (UNE), para debater a possibilidade de uma plataforma comum a ser defendida nas oito comissões temáticas do Congresso constituinte, em torno de temas consensuais. Essas entidades serão contatadas pela Comissão Nacional Justiça e Paz, com sede no Rio de Janeiro, presidida pelo cientista social Cândido Mendes de Almeida — irmão do secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida.

A decisão de promover esses contatos através da Comissão Justiça e Paz — e de suas entidades congêneres nas arquidioceses e dioceses brasileiras — foi adotada em 19 de março, em Brasília, no encontro da Comissão Nacional com as comissões locais e regionais. Os dois pontos centrais dos entendimentos entre a CNBB e as entidades serão a equitativa distribuição da riqueza e a efetiva extensão da cidadania a todos os brasileiros como princípios a serem incluídos na nova Constituição.

'Moderados' e 'progressistas' devem garantir a continuidade na CNBB

Fotos Banco de Dados

Gestão de d. Ivo influi na resolução

D. Ivo Lorscheiter —que será, provavelmente, o próximo cardeal brasileiro, segundo se comenta na Cúria Romana e nos meios eclesiais do país— foi um dos personagens centrais nas tensões e distensões que marcaram, nos últimos dezesseis anos, o relacionamento entre a Igreja no Brasil e o Vaticano. Neste momento, o clima é de distensão, conseguida principalmente graças ao sucesso das gestões do presidente da CNBB junto ao próprio papa e, principalmente, graças aos resultados dos sucessivos contatos que João Paulo 2º manteve com os bispos de todo o país, entre 1985 e 1986.

Entre o governo central da Igreja e a CNBB vigora plenamente, desde o ano passado, um relacionamento baseado no princípio da subsidiariedade, formulado no campo das ciências sociais, reconhecido, por Pio 11, como um elemento do direito natural aplicável a toda a sociedade civil. Ele significa que a pessoa, a pequena comunidade ou a instituição de âmbito local, devem ser autônomas na solução de seus problemas, enquanto as comunidades maiores ou o Estado só devem interferir, nas instâncias menores, em caso de necessidade, quando as soluções forem inviáveis ou, então, para ajudarem indivíduos, comunidades e instituições, na realização de seus objetivos. O papa Pio 12 declarou esse princípio válido para a Igreja e o Sinodo dos Bispos de 1967 o adotou como uma das diretrizes para a elaboração do novo Código de Direito Canônico.

Um ano depois da entrada de d. Ivo nos órgãos de direção da CNBB, no Rio Grande do Sul, começou a mudança de orientação pastoral no Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), com a eleição do colombiano d. Alfonso López Trujillo, em 1972, para a secretaria-geral, em Sucre, Bolívia. Na Conferência de Puebla (1979), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são reconhecidas, mas os teólogos da libertação latino-americanos, inclusive vários brasileiros, escolhidos por alguns bispos como assessores, são impedidos de participar da assembléia.

Em 8 de maio de 1985, as congregações vaticanas para a Doutrina da Fé e para os Religiosos condenam Leonardo Boff a um ano de "silêncio obsequioso", pelo seu livro "Igreja, Carisma e Poder". Em Brasília, o núncio apostólico, d. Carlo Furno, interpela teólogos e bispos "progressistas" da CNBB sobre cursos anuais

que realizam, por iniciativa própria, para estudo da realidade brasileira, à luz da Teologia da Libertação. Exige deles uma lista completa de todos os prelados e palestrantes desses cursos nos últimos sete anos, além da relação integral dos temas debatidos. D. Furno chama, também, a atenção dos bispos que, de forma pública, lamentaram a condenação de Boff.

Um dos principais assessores do Partido Republicano dos Estados Unidos, o filósofo Michael Novak, do Instituto sobre Religião e Democracia, visita o Brasil em junho de 1985 e critica a Teologia da Libertação. Nesse contexto, d. Ivo, seus colegas na presidência da CNBB, os cardeais Arns e Lorscheider, além de outros bispos, articulam-se para pedirem ao papa a revogação do silêncio de Boff e o estabelecimento de um diálogo sobre as dificuldades no relacionamento Igreja no Brasil e Vaticano com vistas a uma nova etapa de convivência.

Em março de 1986, acontece um encontro especial convocado pelo papa, na sala Bolonha do Palácio Apostólico do Vaticano, entre João Paulo 2º e 21 cardeais, arcebispos e bispos brasileiros. O papa considera a reunião "modelar" para o relacionamento Vaticano/conferências episcopais e diz que a Teologia da Libertação "purificada de elementos que poderiam adulterá-la, com graves consequências para a fé, é não somente ortodoxa, mas necessária".

O processo de distensão tem outro momento central em abril do ano passado, em Itaici, com a entrega aos bispos, pelo cardeal africano Bernardin Gantin, da Cúria Romana, de uma mensagem pessoal do papa ao episcopado brasileiro, em que afirma que "faz parte da missão da Igreja preocupar-se, de certo modo, com as questões que envolvem o homem do berço ao túmulo, como são as questões sociais e sócio-políticas, reafirmando que a Teologia da Libertação "é não só oportuna, mas justa e necessária". Como consequências deste novo clima, o silêncio de Boff é revogado, continua sendo publicada a coleção "Libertação e Teologia", da Editora Vozes. No início do segundo semestre, o papa recebe o presidente Sarney, no Vaticano, e reafirma o seu apoio às pressões da CNBB em favor da reforma agrária. O atual ciclo de distensão será complementado em 1988, quando o papa voltar ao Brasil.

A união entre "moderados de centro" —que constituem aproximadamente 60% dos 371 bispos brasileiros— com os preladados de tendência "progressista", garantirá a continuidade, na assembléia de Itaici, que começa amanhã, da linha de trabalho adotada nos últimos dezesseis anos, sob a liderança de d. Aloisio Lorscheider e d. Ivo Lorscheiter. Esta linha é, atualmente, resumida no objetivo geral da ação pastoral da Igreja no Brasil, aprovado pelo conjunto do episcopado, na assembléia de 1983, com esta formulação: "Evangelizar o povo brasileiro, em processo de transformação sócio-econômica e cultural, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da ação preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente comunhão e participação, visando a construção de uma sociedade justa e fraterna, anunciando, assim, o Reino definitivo". Este objetivo deverá ser mantido ou modificado, por votação, na próxima assembléia. O bloco considerado "conservador" na CNBB tem sua força específica, mas não reúne condições políticas para impor a sua hegemonia no conjunto da conferência episcopal.

A realização de sete eleições para diversos cargos e tarefas de representação, além do debate de quatro temas prioritários —a elaboração da nova Constituição brasileira, o papel dos leigos na Igreja e no mundo, a situação da educação católica no país e o desafio pastoral dos novos movimentos religiosos—, serão os destaques da 25ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a ser iniciada amanhã, às 8h30, com uma celebração presidida por d. Ivo Lorscheiter, no antigo convento jesuíta da Vila Kostka, em Itaici, município de Indaiatuba (a 99 km a noroeste de São Paulo). Até o dia 1º de maio, às 17h, os 371 cardeais, arcebispos e bispos do Brasil avaliarão o desempenho da Igreja católica, no país, durante os últimos quatro anos, e definirão as diretrizes pastorais até 1991.

Mais cotados

Para a presidência da CNBB, os nomes mais cotados continuam sendo os do atual vice-presidente, ex-bispo auxiliar de São Paulo e arcebispo de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhôa Vieira, 66, do atual secretário-geral e bispo auxiliar da região de Belém, zona leste paulistana, d. Luciano Mendes de Almeida, 56, e do arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo. Entre os três, o mais cotado, no momento, é d. Benedito Vieira, vindo, em segundo lugar, d. Serafim Fernandes. D. Luciano Mendes poderia, contudo, ser eleito como uma solução de consenso, por ser um nome aceito pelo episcopado, podendo, inclusive, receber os votos dos dois outros cotados. Sua intenção seria, porém, a de voltar a São Paulo para continuar seu trabalho pastoral na zona leste e na Pastoral do Menor. Com d. Benedito ou com d. Luciano, estará assegurada a continuidade da linha de trabalho adotada pelo cardeal Lorscheider, por d. Ivo e pela atual equipe diretiva da CNBB.

O nome para a vice-presidência é,



D. Benedito Ulhôa Vieira



D. Luciano Mendes de Almeida

costumeiramente, deixado em aberto para uma discussão do episcopado, na própria assembléia. Para a secretaria-geral —um cargo de grande significado pastoral e político—, o nome mais citado, nas prévias eleitorais do episcopado, é o do bispo-auxiliar do Ipiranga, zona sul paulistana, d. Antônio Celso Queiroz, 53. Ele já foi subsecretário de Pastoral da CNBB e tem experiência em planejamento pastoral. Outros nomes citados são os de d. Angelo Domingos Salvador, bispo de Coxim (MS), e de d. Celso Pinto, de Vitória da Conquista (BA).

Hipóteses

Nas prévias eleitorais do episcopado, feitas com a discrição de praxe, são levantadas várias hipóteses de trabalho sobre as eleições no contexto da Igreja no Brasil. Uma delas é a de que os bispos não elegeriam dois bispos-auxiliares de São Paulo (d. Luciano Mendes e d. Celso Queiroz) para a presidência e secretaria-geral, respectivamente, da CNBB, preferindo uma descentralização, com a eleição de um ou do outro. Alguns bispos também prefeririam uma renovação completa na direção da CNBB, elegendo preladados pouco conhecidos do grande público, mas igualmente eficientes e sintonizados com a dinâmica de trabalho da conferência. Um desses novos nomes seria o do arcebispo de São Luís (MA), d. Paulo Eduardo Andrade Ponte, 55, de tendência "progressista". Há, ainda, uma terceira tendência, no episcopado, que defende a definição de nomes somente durante a assembléia, sem a formação prévia de chapas.

De qualquer modo, tem sido prática constante, nas eleições da CNBB, a definição prévia de chapas que são apresentadas aos bispos nos primeiros dias das assembléias em Itaici. Os blocos mais articulados de bispos são os dos "conservadores" —entre os quais d. Luciano Cabral Duarte, de Aracaju (SE), o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales, o arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes, o bispo de Petrópolis (RJ), d. José Fernandes Veloso, entre outros—, dos "progressistas" —como d. Tomás Balduino, de Goiás Velho (GO), d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), d. Antônio Fragozo, de Crateús (CE) e d. Cândido Padin, de Bauru (SP), totalizando cerca de quarenta bispos—, além do bloco formado pelos próprios dirigentes da

CNBB que buscam, costumeiramente, uma solução de consenso.

Apoio ao papa

Em termos programáticos, todos os blocos pastorais e políticos no episcopado apóiam, evidentemente, as propostas do papa João Paulo 2º para a Igreja no Brasil. O papa deseja que ajudem a Igreja a vencer, no país, "desafios de ordem eclesial", como, por exemplo, a desproporção entre o número de católicos e a quantidade de padres, religiosos e agentes pastorais, a formação dos futuros sacerdotes, a penetração de movimentos religiosos não cristãos junto às bases da Igreja, a educação religiosa, a formação religiosa e a estabilidade familiar. No campo cultural, sócio-político e econômico, o papa quer a Igreja defendendo, no Brasil, reformas básicas, como a agrária e a urbana, de forma pacífica, mas "corajosa". João Paulo 2º considera, contudo, como "prioridade importante e inadiável" a formação dos leigos para construir "uma sociedade pluralista" no país e atuarem em todos os ambientes.

D. Ivo inaugura hoje em Itaici a 25ª Assembléia Geral da CNBB

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começa hoje, às 8h30, com uma celebração presidida por d. Ivo Lorscheiter, na capela do antigo convento da Vila Kostka, em Itaici, município de Indaiatuba (a 99 km a noroeste de São Paulo), a sua 25ª Assembléia Geral, de caráter eletivo, cujo tema central será a "avaliação global da caminhada da CNBB no período 1984/1987 e definição das diretrizes pastorais para o quadriênio 1987/1991". Na segunda metade da assembléia, que termina no dia 1º de maio, os bispos elegerão os novos presidente, vice-presidente e secretário-geral da conferência, além dos novos membros das Comissões

Episcopais de Pastoral (CEP) e de Doutrina (CED), os delegados brasileiros para o Sínodo Mundial dos Bispos —sobre os leigos, em outubro próximo, no Vaticano—, o delegado da CNBB junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) e o novo Conselho Fiscal da entidade.

A pauta oficial da assembléia inclui, também, relatório de prestação de contas de d. Ivo Lorscheiter —que ocupa cargos de direção na CNBB, a nível regional e nacional, há dezesseis anos—, atualização do regimento e do estatuto civil da conferência, análise de conjuntura do momento sócio-político-econômico brasileiro e debate sobre a reflexão teológica no país. Os bispos deverão receber, em Itaici, um boletim teológico, cujo texto original foi preparado pelo padre jesuíta mineiro França

Miranda, tendo, como principais referências, os dois documentos da Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé sobre a Teologia da Libertação e a mensagem que o papa João Paulo 2º enviou aos bispos brasileiros em abril do ano passado.

Em termos conjunturais, a assembléia deverá dar prioridade a quatro temas: o andamento dos trabalhos do Congresso constituinte, o papel dos leigos na Igreja e na sociedade brasileira como um todo, a crise pastoral e econômica das escolas católicas no país (com ênfase para o agravamento da situação financeira das PUCs), além da crescente penetração de novos movimentos religiosos nos meios populares brasileiros.

Em Itaici, CNBB discute os caminhos da Igreja.

24/4/84 OSP

Desde a última quarta-feira, dia 22, até o próximo dia 1º de maio, os 371 bispos brasileiros estarão reunidos em Itaici na 25ª Assembléia Nacional da CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nesses dez dias de reflexão, oração e discussões, serão abordados temas prioritários para a realidade brasileira e para a vida da Igreja, além de ser eleito o novo presidente da entidade, que substituirá o bispo gaúcho Dom Ivo Lorscheiter.

Como aconteceu nos anos anteriores, a 25ª Assembléia

Geral da CNBB está sendo realizada no antigo convento jesuíta da Vila Kostka, em Itaici, e reúne todos os cardeais, arcebispos e bispos brasileiros, que avaliarão o desempenho da Igreja nesses últimos quatro anos e traçarão as prioridades para o próximo quadriênio. Entre os temas prioritários de discussão está a elaboração da nova Constituição, o papel dos leigos na Igreja e no Mundo, a situação do ensino católico no País e o desafio pastoral dos novos movimentos religiosos.

A abertura da Assembléia foi realizada na manhã do dia 22, com uma celebração presidida por Dom Ivo. Até o dia 1º, certamente a tônica será o total apoio às propostas do Papa João Paulo II para a Igreja brasileira, entre elas o desejo de formação de mais religiosos, a estabilidade familiar e a estabilidade social e econômica para o país. Essa posição vem de encontro ao documento aprovado na Assembléia de 1983, que dizia que "evangelizar o povo brasi-

leiro em processo de transformação sócio-econômico e cultural, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da ação preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente comunhão e participação, visando a construção de uma sociedade justa e fraterna".

Ao final da Assembléia será eleito o novo presidente da CNBB, que substituirá o atual presidente Dom Ivo Lorscheiter, que ocupa o cargo há oito anos.

CNBB elege
28/14/87 16h
d. Luciano
seu presidente



D. Luciano em Itaiaci, após a eleição

O bispo-auxiliar de São Paulo d. Luciano Mendes de Almeida, 56, foi eleito ontem à tarde, em segundo escrutínio, o novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sucedendo a d. Ivo Lorscheiter, que permaneceu no posto durante oito anos. Assim, a 25ª Assembleia Geral da CNBB — que se realiza em Itaiaci, no município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo) — elege pela primeira vez no mundo católico um bispo-auxiliar para a presidência de uma conferência episcopal.

Depois da vitória, d. Luciano, que até então era o secretário-geral da entidade, declarou que a CNBB continuará atuando com base na linha de "evangelização libertadora". Afirmou também que o episcopado vai aprofundar seu apoio à reforma agrária e do solo urbano, aos programas de atendimento ao menor, à educação básica e à moradia para os sem-casa.

PÁG. A-4

FOLHA DES. PAULO 29/14 10

CNBB elege seus novos dirigentes e pede prioridade para dívida social

DERMI AZEVEDO
Enviado especial a Itaiç

Foram eleitos ontem, às 16 horas, em Itaiç, município de Indaiatuba, 99 km a noroeste de São Paulo, os novos dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Paulo Eduardo Andrade Ponte, vice-presidente e dom Antônio Celso Queiroz, secretário-geral. Em sua primeira entrevista coletiva conjunta, depois de eleitos, durante a 25ª Assembléia Geral da CNBB, pediram que o governo federal dê prioridade ao enfrentamento da dívida social interna do país "como exemplo nas negociações da dívida externa". No plano eclesial, dom Luciano Mendes, já eleito presidente da CNBB, disse que a prioridade central da CNBB, no próximo quadriênio (1987/1991) será a "evangelização integral do povo brasileiro, levando-lhe a boa nova de Jesus Cristo, com todas suas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais", diante das atuais angústias e dificuldades, que a Igreja "procurará para reascender as esperanças dos brasileiros". Confirmando a previsão feita pela Folha, no último domingo, dom Paulo Ponte, arcebispo de São Luís (MA), foi eleito para a vice-presidência da CNBB, na noite de anteontem, com 172 votos, no total de 257 bispos votantes, enquanto que o arcebispo de Belo Horizonte (MG), dom Serafim Fernandes, teve 83 votos. O resultado só foi anunciado ontem. Já o bispo auxiliar do Ipiranga, zona sul paulistana, dom Celso Queiroz, foi eleito ontem para a Secretaria Geral da CNBB, sucedendo a dom Luciano, com 185 votos, enquanto o bispo auxiliar de Brasília (DF), dom Raimundo Damasceno, obteve 43 e dom Serafim Fernandes recebeu três votos.

Dom Luciano disse, também, na coletiva de ontem, que a ação da Igreja será baseada na "situação concreta" dos brasileiros, referindo-se especificamente aos índios, posseiros, menores abandonados, mi-

Quem é d. Paulo

O novo vice-presidente da CNBB, d. Paulo Eduardo Andrade Ponte, nasceu em Fortaleza (CE), em 24 de junho de 1931. Foi ordenado padre em Roma, em 3 de abril de 1954, e nomeado bispo de Itapipoca (CE), em 21 de novembro de 1971. É doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma e seu lema é "Cristo, ontem e hoje". Conhecido como um dos principais teólogos do episcopado brasileiro de tendência "progressista", liderou no ano passado a iniciativa dos bispos maranhenses que declararam o então governador Luiz Rocha e o secretário da Segurança, coronel Silva Jr., como excluídos da Igreja por acusarem os bispos de estímulo à invasão de terras. É presidente do departamento de catequese do Celam —Conselho Episcopal Latino-Americano.

Quem é d. Queiroz

O novo secretário-geral da CNBB, d. Antônio Celso Queiroz, nasceu em Pirassununga (207 km ao norte de São Paulo), em 24 de novembro de 1933. Foi ordenado em Comillas, Espanha, em 17 de abril de 1960, tornando-se bispo em Campinas (SP), em 14 de dezembro de 1975. Assumiu, em seguida, como auxiliar de d. Paulo Evaristo Arns, a região episcopal Ipiranga (zona sul paulistana). Seu lema é "Amou até o fim", frase do evangelho, relativa a Jesus Cristo. É membro da Comissão Episcopal da Pastoral da CNBB desde 1979. Responsável pela formação dos novos padres na arquidiocese de São Paulo, pertence, na CNBB, ao setor que cuida das vocações e ministérios. É "progressista".

D. Mauro diz que não votou por "coerência"

O bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, disse às 17h de ontem, em Itaiç, que não votou nas eleições para os novos dirigentes da CNBB, realizadas nos dois últimos dias, "por uma questão de coerência" e por achar que "a Igreja deve dar bom testemunho daquilo que prega, em favor da democratização das estruturas sociais".

Antes da 25ª Assembléia Geral da CNBB, iniciada na quarta-feira passada, d. Mauro escreveu para todos os bispos do Brasil sugerindo uma mudança nas normas eleitorais da conferência episcopal, com a eliminação das chapas pré-eleitorais e a escolha dos dirigentes através de um debate aberto entre os bispos, depois de aprovadas as diretrizes pastorais da Conferência. Na quarta-feira da semana passada, d. Mauro apresentou essa proposta em plenário, pedindo que entrasse na pauta da Assembléia, mas isso não foi aceito pela presidência da CNBB, que alegou já existirem normas na entidade proibindo a formação de chapas.

D. Mauro defendeu ontem a "renovação dos quadros dirigentes" da entidade, afirmando que suas críticas não se referem nem à antiga nem à nova diretoria da CNBB. Ele sugeriu "uma completa revisão" na organização das assembleias da entidade. Os dirigentes da CNBB são eleitos para um mandato de quatro anos, sendo proibida oficialmente a formação de chapas e acontecendo apenas uma prévia antes das eleições, através de votação secreta e por escrito para cada cargo. (DA)

grantes, pescadores, moradores nas áreas dos grandes projetos. Quanto ao Congresso constituinte, disse esperar que parlamentares "captem a expectativa do povo, priorizando a transformação da sociedade". Quanto à posição de alguns setores sociais que defendem a volta dos militares ao poder, dom Luciano disse esperar que as forças armadas "tenham vivido o mesmo processo de democratização que o país vive" e que elas colaborem com todos os setores sociais que desejam a continuidade dessa caminhada". Sobre eleições diretas para presidente da República, dom Luciano disse que devem ser vistas num contexto mais amplo de reformas sociais. Amanhã, às 11 horas, todos os bispos presentes a Itaiç, celebrarão missa pelo Brasil, durante a qual será lida uma "mensagem pastoral ao povo brasileiro". Na discussão desse texto, ontem, o antigo arcebispo de Brasília, responsável pelo atendimento aos militares, dom José Nilton de Almeida, pediu que fosse retirada a crítica da CNBB à intervenção militar nas refinarias e portos, durante as greves do mês passado. A retificação foi aceita.



D. Paulo Ponte, d. Luciano e d. Antônio Queiroz (da esq. para a dir.) em Itaiç

Niels Andreas

FOLHA DE S. PAULO

20/11/77 Pp

Bispos mudam sistema eleitoral da CNBB

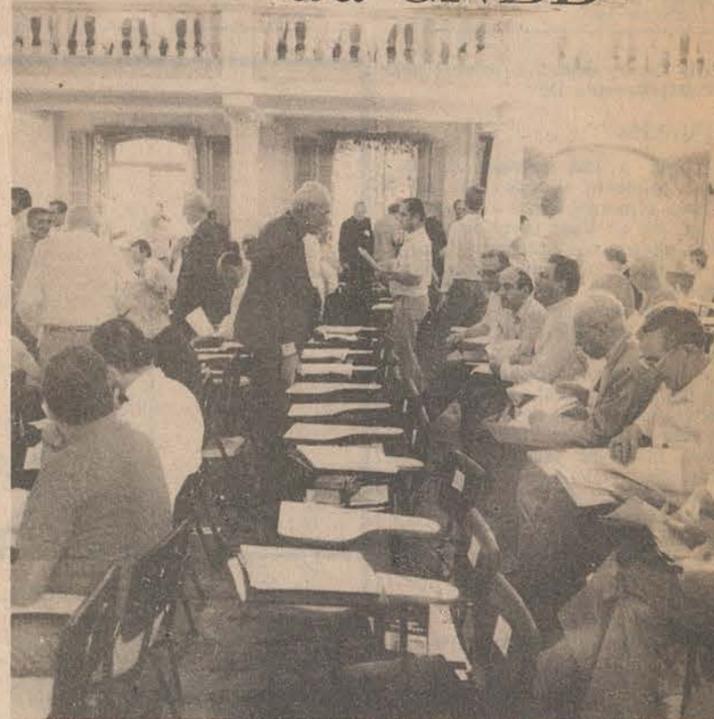
DERMI AZEVEDO
Enviado especial a Itaiç

Niels Andreas

Numa reação inesperada ao processo eleitoral até então adotado, os bispos que participam da 25ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaiç, município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo), decidiram ontem de manhã delegar aos secretariados regionais da entidade a indicação de nomes para o preenchimento dos cargos e funções a serem renovados na Comissão Episcopal de Doutrina (CED), na Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e no Conselho Fiscal da CNBB. A delegação brasileira para o Sínodo dos Bispos sobre os Leigos — a ser realizado em outubro próximo no Vaticano — e o delegado da CNBB junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano também serão escolhidos dessa forma. Até então, o processo eleitoral tinha por base a formação prévia de chapas.

A reação dos bispos, tanto "progressistas" quanto "moderados" e "conservadores", ao processo até então vigente foi manifestada através do voto em branco nas eleições para a CEP. Anteontem à noite, havia sido feita uma prévia em bloco que resultou na indicação dos nomes de catorze bispos a serem homologados nas eleições formais na manhã de ontem. A "virada de mesa" nas eleições da CNBB — algo inédito nos 35 anos de existência da entidade, fundada no Rio em 1952 por iniciativa de d. Hélder Câmara — começou na manhã de ontem com o registro de dezessete votos em branco na eleição do bispo de Santa Cruz do Sul (RS), d. Sinésio Bohn para a CEP. Ele foi eleito com 173 votos no segundo escrutínio.

Na escolha do segundo nome para esse órgão da CNBB, foi eleito com 128 votos o bispo de Guarabira (PB), d. Marcelo Carvalheira, mas houve quarenta votos em branco. Nesse momento, o bispo de Passo Fundo (RS), d. Jaime Chemello, pediu a palavra à Mesa e disse estar "assustado" com o número crescente de votos em branco, retirando seu nome como candidato de uma das chapas para a CEP, sugerindo que as divergências entre os bispos fossem discutidas em reuniões regionais.



Os bispos conversam durante intervalo de sessão da Assembléia da CNBB

O presidente eleito da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, afirmou então que "mais importante que as eleições, é a união entre os bispos". O arcebispo de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhoa Vieira, que está deixando a vice-presidência da CNBB, sugeriu que a reunião se tornasse privativa com a saída dos assessores. Aceita essa proposta, d. Waldyr Calheiros, de Volta Redonda (RJ), afirmou que o grande número de votos em branco indicava existência de blocos articulados na CNBB, propondo então que nas reuniões regionais "fosse buscada a unidade".

Nova indicação

Após o intervalo, o bispo de Lins (SP),

d. Walter Bini, não teve votos suficientes para ser eleito para a CEP. A eleição de d. Sinésio e d. Marcelo foi, porém, confirmada pela presidência. Os bispos decidiram então reunir-se de acordo com as suas regiões de origem (nos catorze secretariados regionais da CNBB) para fazer uma nova indicação de nomes para cargos e funções ainda não preenchidos, com base no critério do "pluralismo e respeito às diferentes tendências ideológicas" na CNBB. Os novos nomes foram reencaminhados ao plenário da Assembléia por d. Luciano Mendes, continuando a eleição. O primeiro escolhido, com base no acordo de cavalheiros, foi o bispo de Passo Fundo (RS), d. Jaime Chemello.

D. Aloísio defende participação maior

O cardeal-arcebispo de Fortaleza, d. Aloísio Lorscheider, disse ontem, em entrevista coletiva, que "a mudança do Brasil não está na mudança de ministro". Para ele, o país "só mudará no dia em que o povo tiver maior participação no próprio governo", sugerindo a criação de um canal eficiente de comunicação entre o povo e o governo. Segundo ele, o presidente Sarney "não deve ouvir somente os políticos e governadores, mas deve criar meca-

nismos para escutar diretamente a voz do povo". Os bispos em Itaiç celebrarão missa hoje, às 11h, que será transmitida por uma cadeia de rádios católicas, quando será lida uma "mensagem pastoral ao povo brasileiro" defendendo medidas urgentes para a atual crise sócio-econômica. Anteontem, às 18h15, o presidente José Sarney telefonou para o presidente eleito da CNBB, d. Luciano Mendes, desejando-lhe "êxito e bênçãos do céu". (DA)

Normas são aceitas por todos os setores

Os episódios de ontem na 25.ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) indicam que a proposta do bispo de Duque de Caxias, d. Maur Morelli, defendendo a mudança na prática eleitoral da entidade, foi acolhida pelos setores "progressistas", "moderados" e "conservadores" episcopado. Desde ontem, está aberto o caminho para que seja alterado, em profundidade, já nas próximas eleições em 1991, o sistema de escolha dos candidatos. A "virada de mesa" significou também uma autocritica dos bispos diante do desrespeito que vinham cometendo, na prática, às normas eleitorais por eles mesmos aprovadas na Assembléia de 1982, que proibem a formação de chapas. O costume, no entanto, vinha sendo, até agora, o de chegar a Itaici com as articulações bem-avanzadas, por parte de todas as tendências. A Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) — cujo preenchimento provocou as mudanças de ontem — é um dos seis órgãos institucionais da CNBB, ao lado da Assembléia Geral, do Conselho permanente, das comissões episcopais regionais e da presidência e secretaria geral.

(DA)

Bispos criticam imobilismo e exigem definições

ITAICI, SP — Condenando o "imobilismo" e as "indefinições" do Governo, os 25 bispos que participaram da XXV Assembléia Geral da CNBB celebraram ontem, na capela de Itaici, município de Indaiatuba, a Missa pela Nação Brasileira. Durante a liturgia, os bispos divulgaram mensagem à população exigindo que a justiça social seja a base dos planos econômicos, políticos e sociais.

A mensagem pede um Governo realmente democrático e adverte que seria um equívoco admitir que a ordem e a segurança sociais só sejam alcançadas pela força. "As verdadeiras ordem e segurança" têm, na opinião dos bispos, sua base na participação política do povo, na melhoria da alimentação, da moradia, da saúde, da educação, no acesso à terra e ao trabalho com salário justo, ao lazer e à cultura, no crescimento da solidariedade e na liberdade de celebrar a fé.

O texto, aprovado pelo plenário de bispos, pede também o controle dos juros e dos lucros, a "rigorosa devolução" do que foi adquirido através

da corrupção, a auditoria sobre a dívida externa e uma negociação baseada na solidariedade entre os povos e não na dominação de uns sobre outros. Os bispos pregam o direito de greve, a organização sindical livre e autônoma e a primazia do Trabalho sobre o Capital.

Na homilia da missa solene, o Presidente da CNBB, D.Ivo Lorscheiter — que hoje passará o cargo a D.Luciano Mendes de Almeida — opinou sobre a situação do País:

— O Brasil não vai bem — disse o sacerdote, comparando o País à casa citada por Jesus no Sermão da Montanha: construída sobre a areia, sem alicerces e, portanto, ameaçada pelas chuvas, enxurradas e ventos.

No sermão, repleto de símbolos, D.Ivo invocou as palavras do profeta Isaías falando de Israel — "o país, embora fértil, se torna um deserto" — para pedir que "prevaleça o Direito, e se implante a justiça no Brasil", pois só assim "o povo experimentará a paz, segurança, tranquilidade e prosperidade".

— Sem o respeito às leis de Deus e sem a observância da ordem moral outorgada pelo Criador, a casa não permanecerá de pé e a Pátria não prosperará. Por isso rezamos pelo Brasil. Deus irá tocar todos os corações, conduzindo-os ao verdadeiro patriotismo, à honestidade, à observância da lei moral, à prática da Justiça, ao empenho pela paz — disse o Bispo.

Ainda através da parábola da casa, D.Ivo apontou as chuvas, enxurradas e ventos que ameaçam o País.

— As chuvas são as idéias e a mentalidade que vão penetrando as consciências dos brasileiros, corroendo os valores e advogando uma trágica permissividade na vida pessoal, familiar e pública. As enxurradas são as fortes tensões em todos os segmentos da sociedade brasileira e os descontentamentos generalizados, que produzem um clima grave de perplexidade e de insegurança. Os ventos são as ondas de violência que explodem em nossas cidades e nossos campos — comparou D.Ivo.

A MENSAGEM DISTRIBUÍDA PELOS BISPOS DURANTE A MISSA EM ITAICI

No documento, a solidariedade aos trabalhadores

É a seguinte a íntegra da "Mensagem ao Povo Brasileiro", lida pelo novo Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida:

"1. Nós, bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na XXV. Assembléia da CNBB, em Clima de Páscoa, para revisar a nossa caminhada de Igreja e traçar novas diretrizes pastorais, pensamos em nosso povo que continua hoje em sua carne a Morte e a Ressurreição do Senhor Jesus. Queremos compartilhar seus sofrimentos e angústias, sinais de Morte, e suas alegrias e aspirações, sinais de Vida Nova.

"Neste 1º de Maio, dia dedicado ao Trabalho e a São José Operário, queremos nos dirigir especialmente aos trabalhadores do campo e da cidade, as maiores vítimas da situação difícil e dolorosa que ora vivemos. O 1º de Maio lembra a solidariedade da classe operária e o chamado de solidariedade para com os trabalhadores deve a todos convencer de que o "trabalho é a fonte única de onde procede a riqueza das nações" (Leão XIII, "Rerum Novarum", NR.51). "Uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda questão social" (João Paulo II, "Laborem Exercens", NR.3).

"Segundo os critérios de Fé, como pastores, procuramos discernir a Voz do Espírito através dos clamores do povo nos acontecimentos da História.

"2. Em data recente, o povo mobilizou-se contra a Inflação por ocasião do Plano Cruzado; sentindo-se co-responsável pela construção de novos caminhos. Contudo, seus anseios transformaram-se em frustrações. Pois, ao invés das mudanças solenemente prometidas, o imobilismo e as indefinições no plano sócio-político e econômico vêm gerando incertezas e perplexidades, agravando os problemas, entre os quais queremos destacar os

seguintes:

"A miséria assustadora em todo o País, forçando migrações que produzem verdadeiras Inchações tanto nas cidades como nas novas fronteiras agrícolas;

"A sucessão de escândalos e corrupções e a impunidade dos seus responsáveis;

"A política salarial que mantém no País um dos salários mais baixos do mundo;

"O aumento abusivo dos preços, com a inflação supostamente incontrolável;

"O crescimento do desemprego, fruto da recessão econômica, ao lado do empreguismo, fruto do clientelismo político;

"A volta das altas taxas de juros;

"A violência crescente contra lavradores, posseiros, sem-terras e índios que lutam pela terra;

"A repressão ostensiva contra greves e iniciativas populares que reivindicam aumentos salariais ou lotes para moradia ou preços justos para os produtos dos pequenos agricultores.

"3. Renovamos o nosso compromisso pastoral e evangélico de apoio solidário a todos os que buscam soluções para esses graves problemas.

"É preciso que a Justiça Social se faça presente em nossa Pátria e seja a base dos planos econômicos, políticos e sociais;

"É imperioso que sejam tomadas medidas para redistribuir a riqueza nacional, pois não podemos continuar sendo a oitava economia mundial e um dos maiores bolsões de miséria absoluta do mundo;

"É urgente controlar as taxas de juros e lucros, suprimir o escandaloso desnível de salários e cobrar rigorosa devolução do adquirido em corrupções e negoclatas;

"É inaceitável que grande parte da riqueza

nacional, indispensável para o nosso desenvolvimento, seja transferida aos países ricos em forma de juros extorsivos ou de lucros exorbitantes;

"Parece inadmissível uma auditoria sobre a dívida externa e uma negociação baseada na solidariedade entre os povos e não na dominação de uns sobre os outros (Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, "a serviço da comunidade humana", I, 1);

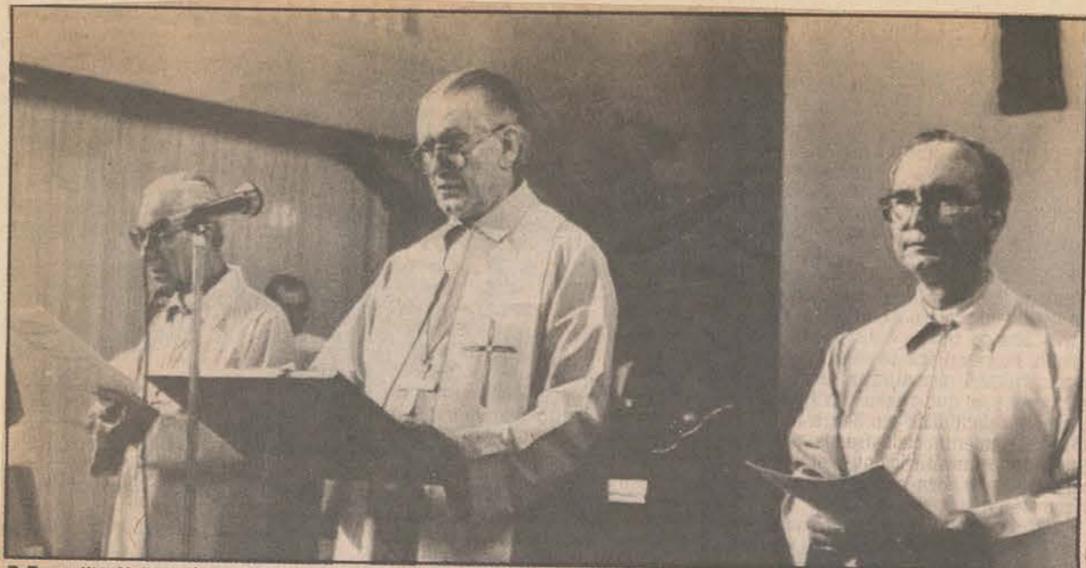
"É necessário que todos tenham acesso à informação exata sobre a situação do País, para efetiva participação na superação dos graves problemas nacionais. Daí a responsabilidade do Governo e dos meios de comunicação social dizerem a verdade;

"É legítimo o anseio do povo por um governo realmente democrático. Seria grave equívoco não admitir que a ordem e a segurança têm sua base na participação política do povo, na melhoria da alimentação, da moradia, da saúde, da educação, no acesso à terra e ao trabalho com salário justo, ao lazer e à cultura, no crescimento da solidariedade e na liberdade de celebrar a fé;

"Os trabalhos do atual Congresso Constituinte, sobre o qual já nos pronunciamos reiteradas vezes, constituem uma esperança de embasamento legal para as reformas sociais reclamadas pelo povo.

"4. Expressamos à classe trabalhadora o nosso compromisso de solidariedade em sua luta por salário justo, direito de greve, organização sindical livre e autônoma, reconhecendo a primazia do Trabalho sobre o Capital.

"5. Cristo, Senhor da História, está conosco, e a Ele, por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, confiamos a superação de nossas angústias e a realização de nossas esperanças."



D. Benedito Uchoa (à direita), D. Ivo Lorscheiter e D. Luciano Mendes (à esquerda) celebram a missa em Itaici

'Rebelião dos votos brancos' provoca reestudo das formas para a eleição

ITAICI, SP — A CNBB vai reestudar oficialmente as regras do processo eleitoral da entidade com o objetivo de democratizar a disputa e evitar a articulação prévia de chapas por integrantes tanto da ala "conservadora" como da "progressista" que, meses antes das assembleias eletivas do episcopado, desenvolvem uma intensa — embora discreta — campanha eleitoral. A decisão é consequência da rebelião de algumas dezenas de prelados que, anteontem em Itaici, deixaram de votar para o preenchimento dos oito cargos da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, depositando sua cédulas em branco em protesto contra a sistemática eleitoral adotada atualmente.

As modificações, introduzidas de improviso para contornar a crise (com a sugestão de nomes de eventuais candidatos apresentados pelos bispos de cada um das 14 regionais da CNBB em reuniões isoladas), acabou desmantelando, parcialmente, as chapas dos "progressistas", tida como praticamente vitoriosa no sistema antigo. Bispos cujos nomes já haviam aparecido com destaque na prévia realizada antes das inovações no processo eleitoral não foram escolhidos para compor a CEP.

Em contrapartida, os "conservadores", que lideraram a "rebelião do voto branco" — desencadeada a partir das críticas do "progressista" D. Mauro Morelli, Bispo de Duque de Caxias —, conseguiram eleger um de seus representantes: o Arcebispo de Belo Horizonte, D. Serafim Fernandes de Araújo, anteriormente derrotado na disputa dos cargos de Presidente e Vice e sem qualquer chance para a CEP pelo sistema antigo.

Além deles, dois outros bispos não

incluídos na chapa "progressista", embora não sejam considerados "conservadores", foram eleitos: D. Vicente Zico (Arcebispo coadjutor de Belém do Pará) e D. Afonso Gregory (Bispo auxiliar do Rio de Janeiro), mas outros eleitos para a CEP integravam a chapa "progressista": D. Marcelo Carvalheira, D. Jaime Chemello, D. Clemente Isnard, D. Sínesio Bon e D. Válder Bini.

— Foi uma tentativa de composição, de aceitação das minorias, de uma prática do que o Papa nos advertia na carta enviada no ano passado, quando pedia uma comunhão profunda do episcopado — explicou ontem o "moderado" Arcebispo de Campinas, D. Gilberto Pereira Lopes, ao justificar as modificações na sistemática eleitoral.

D. Aldo Mongiano, Bispo de Roraima, por sua vez, afirmou que bispos de regiões mais distantes, por desconhecerem as qualidades de muitos colegas, tinham dificuldades para escolher os integrantes da CEP e colhiam impressões com outros prelados, o que acabava dando a impressão de uma chapa "pré-fabricada". Na verdade, as "chapas pré-fabricadas" sempre existiram na história da CNBB, apesar dos esforços para evitá-las. A instituição de prévias para cada cargo no regimento da entidade foi uma tentativa de acabar com as candidaturas antecipadas. Mas a prática se revelou ineficaz.

Em agosto, a reunião do Conselho Episcopal da CNBB, que engloba os bispos integrantes da Presidência, da Comissão Episcopal de Pastoral e representantes das 14 regionais da entidade, tentará, mais uma vez, ajustar os métodos eletivos para evitar as articulações prévias.

CNBB examinará o novo livro de Boff

ITAICI, SP — A Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB vai examinar o livro "A Trindade, a Sociedade e a Libertação" do teólogo Leonardo Boff. A medida atende à solicitação de vários bispos participantes da XXV Assembleia Geral da CNBB, cujos nomes não foram divulgados.

A obra, publicada pela editora Vozes depois do ano de "silêncio obsequioso" imposto ao teólogo pelo Vaticano (como punição pelas teses defendidas no livro "Igreja, Carisma e Poder"), já foi analisada pela Comissão de Doutrina da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que considerou desaconselhável a sua leitura por seminaristas, agentes de pastorais e outras pessoas ligadas à Igreja.

Outro livro de Boff publicado após o "silêncio obsequioso", "E a Igreja se fez Povo", está sob a mira do Vaticano. A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício) solicitou a três teólogos uma avaliação das teses ali defendidas. Segundo informações que circulam no meio eclesial, dois deles já deram pareceres negativos.

O Presidente da Comissão de Doutrina da CNBB, D. Aloísio Lorscheiter, defendeu ontem que se dê maior liberdade aos teólogos, embora considere necessário uma intensificação das discussões em torno das teses mais polêmicas.

Mesmo fazendo restrições ao livro "Igreja, Carisma e Poder", D. Aloísio não crê que obras como essa possam levar a desvios da fé. Segundo ele, são obras de leitura difícil, as quais têm acesso apenas pessoas formadas e com sentido crítico.

— Isso não desorienta as pessoas mais simples porque elas nem conseguem ler — disse D. Aloísio.

CNBB afirma que "imobilismo" do governo gera "clima de incertezas"

FOLHA DE S. PAULO

DERMI AZEVEDO

Enviado especial a Itaici

Em mensagem de oitenta linhas, dirigida ao povo brasileiro e lida ontem às 11h30 durante a missa concelebrada pelos bispos que participam da 25ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — em Itaici, município de Itaipava (99km a noroeste de São Paulo) —, pelo presidente eleito da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida, 56, o episcopado brasileiro afirma que "o imobilismo e as indefinições" do governo "no plano sócio-político e econômico, vêm gerando incertezas e perplexidades, agravando os problemas" nacionais.

Os bispos, que encerram hoje a assembleia, denunciam na mensagem a "miséria assustadora em todo o país, forçando migrações que produzem verdadeiras inchações, tanto nas cidades

como nas novas fronteiras agrícolas; a sucessão de escândalos e corrupções e a impunidade dos seus responsáveis; a política salarial que mantém no país os salários mais baixos do mundo; o aumento abusivo dos preços com a inflação supostamente incontrolável; o crescimento do desemprego; a volta das altas taxas de juros; a violência crescente contra lavradores, posseiros, sem-terra e índios; a repressão ostensiva a greves e iniciativas populares que reivindicam aumentos salariais, lotes para moradia ou preços justos para os produtos dos pequenos agricultores".

Os bispos defendem também medidas urgentes para a redistribuição da renda; o controle das taxas de juros e lucros, a devolução do dinheiro adquirido em corrupções e negociatas, auditoria sobre a dívida externa, acesso à informação exata sobre a situação do

país e "um governo realmente democrático".

No seu sermão, d. Ivo Lorscheiter, que dirigia sua última missa concelebrada como presidente da CNBB, afirmou que "o Brasil não vai bem". Citando o Sermão da Montanha, de Jesus Cristo, comparou o país a uma casa que pode desmoronar, se não fortalecer seus alicerces. afirmou que "chuvas, enxurradas e ventos, ameaçam a Nova República" e explicou que as chuvas "são as idéias que vão penetrando nos brasileiros, corroendo valores e advogando uma trágica permissividade pessoal, familiar e pública". As enxurradas, disse d. Ivo, "são as fortes tensões em todos os segmentos da sociedade brasileira e os descontentamentos generalizados que produzem um clima grave de perplexidade e insegurança". Em sua opinião, os ventos são "as ondas de violência que

estão explodindo em nossas cidades e em nossos campos". Referindo-se ao texto bíblico do profeta Isaías, lido na missa, d. Ivo diz que o país "embora fértil, está se tornando um deserto".

No final da missa, a mensagem foi entregue solenemente por d. Ivo ao prefeito de Itaipava (SP), José Carlos Tonin (PMDB), ao presidente da Câmara Municipal, Flávio Tonin (PMDB), a um operário, a mulheres e aos repórteres que cobrem a Assembleia. Anteontem à noite, os bispos presentes a Itaici fizeram uma hora de vigília pelo Brasil na Capela do Convento da Vila Kostka. Por sugestão do arcebispo aposentado de Brasília e responsável pelo atendimento pastoral aos militares, d. José Newton de Almeida Baptista, aceita pelo plenário da CNBB, a nota divulgada ontem não se refere explicitamente às Forças Armadas quando fala da ocupação militar de refinarias.

D. Luciano elogia nova sistemática para a eleição

Do Enviado Especial a Itaici

O novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, elogiou ontem, em Itaici, município de Itaipava (SP), a mudança no sistema eleitoral que vinha sendo adotado até anteontem na 25ª Assembleia Geral da entidade. Esse sistema tinha por base a formação de chapas pelas várias tendências ideológicas do episcopado. Depois de uma "virada de mesa" provocada pelo grande número de votos em branco nas eleições para a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), os bispos decidiram que haveria uma nova indicação de candidatos para os cargos ainda não preenchidos, dessa vez através de encontros episcopais por regiões do país, buscando um maior equilíbrio das tendências entre os novos dirigentes da CNBB.

‘É preciso que a justiça social se faça presente em nossa pátria’

Esta é a íntegra da mensagem da CNBB:

“1. Nós, bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na 25ª Assembléia da CNBB, em clima de Páscoa, para revisar a nossa caminhada de Igreja e traçar novas diretrizes pastorais, pensamos em nosso povo que continua hoje em sua carne a morte e a ressurreição do Senhor Jesus. Queremos compartilhar seus sofrimentos e angústias, sinais de morte, e suas alegrias e aspirações, sinais de vida nova.

“Neste 1º de Maio, dia dedicado ao trabalho e a São José Operário, queremos nos dirigir especialmente aos trabalhadores do campo e da cidade, as maiores vítimas da situação difícil e dolorosa que ora vivemos. O 1º de Maio lembra a solidariedade da classe operária e o chamado de solidariedade para com os trabalhadores e deve a todos convencer de que o ‘trabalho é a fonte única de onde procede a riqueza das Nações (Leão 13, ‘Rerum Novarum’ — n.º 51) ‘uma chave’, provavelmente a chave essencial de toda questão social’ (João Paulo 2º, ‘Laborem Exercens’, n.º 3).

“Segundo os critérios de fé, como pastores, procuramos discernir a voz do espírito através dos clamores do povo nos acontecimentos da história.

“2. Em data recente, o povo mobilizou-se contra a inflação por ocasião do Plano Cruzado, sentindo-se corresponsável pela construção de novos caminhos. Contudo, seus anseios transformaram-se em frustrações. Pois ao invés de mudanças solenemente prometidas, o imobilismo e as indefinições no plano sócio-político e econômico vêm gerando incertezas e perplexidades, agravando os problemas, entre os quais queremos destacar os seguintes:”

“A miséria assustadora em todo o país, forçando migrações que produzem verdadeiras inchações tanto nas cidades como nas novas fronteiras agrícolas;

“A sucessão de escândalos e corrupções, e a impunidade dos seus responsáveis;

“A política salarial que mantém no país um dos salários mais baixos do mundo;

“O aumento abusivo dos preços, com a inflação supostamente incontrolável.

“O crescimento do desemprego, fruto da recessão econômica, ao lado do empreguismo, fruto do clientelismo político;

“A volta das altas taxas de juros;

“A violência crescente contra lavradores, posseiros, sem terra e índios que lutam pela terra;

“A repressão ostensiva a greves e iniciativas populares que reivindicam aumentos salariais ou lotes para moradia ou preços justos para os produtos dos pequenos agricultores.

“3. Renovamos o nosso compromisso pastoral e evangélico de apoio solidário a todos os que buscam soluções para esse graves problemas.

“É preciso que a justiça social se faça presente em nossa pátria e seja a base dos planos econômicos, políticos e sociais;

“É imperioso que sejam tomadas medidas para redistribuir a riqueza nacional, pois não podemos continuar sendo a 8ª economia mundial e um dos maiores bolsões de miséria absoluta do mundo;

“É urgente controlar as taxas de juros e lucros, superar o escandaloso desnível de salários e cobrar rigorosa devolução do adquirido em corrupções e negociações;

“É inaceitável que grande parte da riqueza nacional indispensável para o nosso desenvol-

vimento seja transferida aos países ricos em forma de juros extorsivos ou de lucros exorbitantes;

“Parece inadiável uma auditoria sobre a dívida externa e uma negociação baseada na solidariedade entre os povos e não na dominação de uns sobre os outros. (Comissão Pontifícia Justiça e Paz, ‘A Serviço da Comunidade Humana’, 1,1);

“É necessário que todos tenham acesso à informação exata sobre a situação do país, para efetiva participação na superação dos graves problemas nacionais. Daí a responsabilidade de o governo e dos meios de comunicação social dizerem a verdade;

“É legítimo o anseio do povo por um governo realmente democrático. Seria grave equívoco admitir que a ordem e a segurança sociais só se alcançam pelo poder da força. A verdadeira ordem e segurança têm sua base na participação política do povo, na melhoria da alimentação, da moradia, da saúde, da educação, no acesso à terra e ao trabalho com salário justo, ao lazer e à cultura, no crescimento da solidariedade e na liberdade de celebrar a fé;

“Os trabalhos do atual Congresso constituinte, sobre o qual já nos pronunciamos reiteradas vezes, constituem uma esperança de embasamento legal para as reformas sociais reclamadas pelo povo.

“4. Expressamos à classe trabalhadora o nosso compromisso de solidariedade, em sua luta por salário justo, direito de greve, organização sindical livre e autônoma, reconhecendo a primazia do trabalho sobre o capital.

“5. Cristo, Senhor da história, está conosco, e a ele por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, confiamos a superação de nossas angústias e a realização de nossas esperanças”.

7 de maio de 1987

Cz\$ 5,00

Dom Luciano é o novo presidente da CNBB

Cumprindo uma das muitas tarefas programadas para a 25ª Assembléia Geral da CNBB, os bispos brasileiros elegeram aqueles que estarão à frente da Conferência nos próximos quatro anos. Dom Luciano Mendes de Almeida, bispo auxiliar de São Paulo e atual secretário geral da CNBB, foi eleito para o posto de presidente. Para a vice-presidência foi escolhido Dom Paulo Eduardo de Almeida, bispo auxiliar de São Paulo. Dom Antônio Celso de Queirós, bispo auxiliar de São Paulo, é o novo secretário geral.

Num clima de muita unidade e de intenso trabalho, o episcopado brasileiro refletindo, discutindo e decidindo sobre importantes assuntos relacionados com a Igreja e com a realidade sócio-política e econômica do Brasil. Segundo afirmou Dom Ivo Lorscheiter na celebração eucarística que abriu os trabalhos da Assembléia, os bispos querem ser “guardados” pelo Pai, ser um com o único Pastor, praticar a ascese da unidade, crescer no amor à Igreja e “acolher, entender e tentar responder com coragem e coragem às ansiedades e perplexidades do Brasil, nesta situação preocupante”.

Por sua vez, o novo presidente, Dom Luciano, declarou que a CNBB vai continuar a colaborar para a melhoria de condições de vida do povo brasileiro, “uma melhoria espiritual e material que ele possa de novo cantar nas ruas, feliz por saber que sua dignidade está sendo mais reconhecida por todos”.

Cido Pereira

No dia 25 de abril, sábado, os bispos brasileiros reunidos em Itaipu para a 25ª Assembléia Geral da CNBB, suspenderam todas as atividades para um dia de espiritualidade, um dia dedicado à meditação e à oração. E o tema, desenvolvido por Dom Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, não poderia ser mais apropriado: a ação do Espírito Santo na vida do Bispo e da Igreja.

Com uma pauta imensa de temas e decisões a serem discutidas e votadas, com a missão de escolher uma nova direção para a Conferência, os bispos brasileiros foram buscar força e iluminação no Espírito Santo, para que as decisões tomadas, as pessoas escolhidas, as ações programadas espelhassem a unidade da Igreja no Brasil e a sua fidelidade ao Cristo e aos homens de hoje.

É este, sem dúvida, o clima que está existindo nesta 25ª Assembléia Geral da CNBB. Para lá das especulações que todo encontro de bispos de nosso País suscita, salta aos olhos este desejo de levar avante a missão evangelizadora da Igreja, buscando sempre a unidade essencial na diversidade de situações que desafiam essa missão.

A Assembléia foi solenemente aberta na manhã da quarta-feira, 22 de abril, com uma celebração eucarística presidida por Dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB. Ele salientou, na homilia, a feliz coincidência da Assembléia estar se realizando



Foto: Douglas Ma

Dom Luciano Mendes de Almeida foi eleito para presidir a CNBB nos próximos quatro anos

Dom Luciano, presidente. Sem surpresas.

Não houve surpresa. Dom Luciano Mendes de Almeida foi escolhido para ser o novo presidente da CNBB na tarde do dia 27 de março. Por volta das 16h00, visivelmente emocionado, aplaudido pelos repórteres que fazem a cobertura da Assembléia, ele entrou na sala de imprensa para sua primeira entrevista.

Foi uma eleição tranquila. Não houve chapas. Os nomes dos candidatos foram sendo escolhidos em prévias sucessivas até a eleição final que decidiu entre três nomes: Dom Luciano Mendes de Almeida, bispo auxiliar de São Paulo para a Região Belém e atual secretário geral da Conferência dos Bispos, Dom Benedito Ulhoa, bispo de Uberaba, MG, e Dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte. Dom Luciano recebeu 196 votos dos 258 bispos votantes.

Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida nasceu no Rio de Janeiro a 5 de outubro de 1930, sendo seus pais Cândido Mendes de Almeida e Emília Mello Vieira Mendes de Almeida. Entre 1941 e 1945 fez seus estudos primários no Rio de Janeiro e o segundo grau em Nova Friburgo. Ainda em Nova Friburgo, de 1951 a 1953, cursou filosofia. Seu curso de teologia ele fez em Roma. Desde 1947 ele já pertencia à Companhia de Jesus. Em 1958 foi ordenado padre. O Papa

Paulo VI o nomeou bispo em 1976, tendo recebido a sagração no dia 2 de maio na Catedral de São Paulo, pela imposição das mãos de Dom Paulo Evaristo Arns. Desde então ele assumiu a Região Episcopal Belém, responsabilizando-se também pela pastoral do menor e pelas escolas

católicas da arquidiocese.

Em 1979, Dom Luciano foi escolhido para ocupar o cargo de secretário geral da CNBB, tendo sido reeleito para o mesmo cargo em 1983. Agora cabe-lhe a tarefa de conduzir os destinos da CNBB nos próximos quatro anos.

Preocupação social vai continuar

Para o novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Luciano Mendes, é difícil interpretar o significado da escolha de seu nome. "Eu mesmo desejaria que fosse outro. Acho que outros mais preparados teriam levado à frente e com muito entusiasmo a CNBB. De minha parte só posso trazer um pouco de conhecimento do próprio funcionamento da CNBB e o desejo de continuar no cumprimento das diretrizes pastorais".

Dom Luciano julga importante a idéia de que quem é presidente "não é uma pessoa que tem autonomia, mas tem, digamos assim, uma missão a cumprir, que no caso é a aplicação de uma série de diretrizes pastorais, que explicitam um objetivo com seis áreas de trabalho - comunitária, missionária, catequética,

litúrgica, ecumênica e transformadora".

"Eu amo suficientemente a Igreja e a CNBB para confiar muito nos colaboradores, porque eu conheço os meus limites", diz Dom Luciano. E reafirma que a preocupação social da CNBB haverá de continuar. "O importante para nós é colaborarmos para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, uma melhoria espiritual, material, para que o nosso povo possa de novo cantar nas ruas, feliz por saber que a sua dignidade está sendo mais reconhecida por todos, está sendo mais promovida. E nesse ano, porque não lembrar, é a vez da criança, do menor. Que toda a Igreja e a sociedade possa se comprometer com a promoção do menor marginalizado".

O novo presidente leva para a CNBB toda uma experiência acumulada durante os oito anos em que atuou como secretário-geral da mesma. Paciente, incansável, atencioso, ele sabe conquistar a todos, como testemunham os padres, religiosos e leigos da Região Belém, onde há tantos anos ele vem pastoreando o povo de Deus.

Com simplicidade ele afirma que não leva nada de especial para a CNBB. "Apenas a vontade de servir, na certeza de que a indicação de meu nome feita agora significa, mais do que a escolha de um nome, a certeza do apoio e da colaboração de todos os demais".

Para Dom Luciano "a CNBB está aí para servir e na medida do possível, procurando acertar melhor para que o povo tenha não só a evangelização na sua dimensão religiosa, que é o mais importante, mas também tudo o que daí deriva, conforme o ensinamento do Papa, na dimensão sócio-política, econômica e cultural".

Na tarde do dia 28, foram eleitos o Vice-Presidente e o Secretário Geral. O Arcebispo de São Luís do Maranhão, Dom Paulo Eduardo Ponte, é o Vice-Presidente. Para Secretário-Geral, o episcopado elegeu Dom Antonio Celso de Queirós, bispo auxiliar de São Paulo para a Região Ipiranga.

Bispos em

Mais unidos pa

ECIAL

Semana de 1º a 7 de maio de 1987

Assembléia

ra melhor servir

na oitava da Páscoa. Demorou-se no comentário da prece de despedida de Cristo, quando Ele rezou pelos apóstolos e seus sucessores: "Para que eles sejam um, assim como nós somos um".

"Está aqui uma advertência", disse Dom Ivo aos bispos. "Cristo julga tão importante a nossa unidade, que a coloca no centro de sua prece de despedida! Está

aqui a indicação de uma medida: Nossa unidade deve imitar a unidade das pessoas da Santa Trindade. Está aqui uma confortadora certeza: a oração de Cristo não pode ser vã".

No final da homilia, Dom Ivo proclamou, em nome de todos os bispos:

"Queremos sentir-nos 'guardados' pelo Pai, de acordo com o

pedido de Jesus! Queremos praticar a ascese da unidade, para que o Povo Brasileiro creia com mais facilidade! Queremos crescer no amor à Igreja e ao seu mistério profundo! Queremos acolher e entender e tentar responder com sabedoria e coragem às ansiedades e perplexidades do Brasil nesta hora preocupante".

Dos 286 bispos com direito a

voto, 250 assinaram presença na abertura dos trabalhos da Assembléia. Entre eles, os cardeais Eugênio Sales, do Rio de Janeiro, Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, e Aloísio Lorscheider, de Fortaleza. Também presente, Dom Carlo Furno, Nuncio Apostólico que expressou "admiração pelo trabalho apostólico que os Senhores Bispos vêm

desenvolvendo com sacrifício e abnegação" e repassou alguns pontos como a formação do clero, a importância da Eucaristia na formação dos seminaristas, o próximo Sínodo dos Bispos, sobre o Leigo na Igreja e o Ano Mariano, proclamado pelo Papa e que será aberto no dia 7 de junho próximo, na festa de Pentecostes.



Foto: Douglas Mansur

Dom Luciano Mendes, o novo presidente



Dom Paulo Ponte, do Maranhão, o vice e Dom C



Dom Elso de Queirós o secretário geral.

Ação da Igreja é avaliada

Quais as finalidades da CNBB? Elas estão enunciadas em seus estatutos e basicamente são cinco: aprofundar a comunhão dos bispos; estudar os assuntos de interesse comum da Igreja no país, para melhor promover a ação pastoral orgânica; deliberar em matéria de sua competência; manifestar solidariedade pela Igreja Universal, através da comunhão e da colaboração com a Sé Apostólica e com as outras Conferências Episcopais; cuidar do relacionamento com os poderes públicos, a serviço do bem comum.

A partir desses cinco pontos, Dom Ivo apresentou um relatório aos bispos na tarde do dia 22 de abril. Em seu relatório, Dom Ivo destacou como pontos fundamentais: a visita "ad limina" que os bispos fizeram a Roma em 1985/86; o encontro, em Roma, de 21 bispos brasileiros com o Papa e as Congregações Romanas, para o Presidente da CNBB, "um encontro inédito e fecundo"; e a carta que João Paulo II mandou aos bispos na Assembléia do ano passado, carta que repercutiu mundialmente e deverá "ajudar na fixação das novas Diretrizes por parte da presente Assembléia".

Sobre o relacionamento da CNBB com os poderes públicos, Dom Ivo prestou contas afirmando que "muitos contactos, audiências e conversações com pessoas do Governo estiveram e estão acontecendo, praticamente em todos os níveis e em todas as áreas". "A CNBB - afirmou Dom Ivo - vem procurando manter a coerência do seu discurso pastoral, de acordo com as palavras do Papa na Carta que nos enviou no ano passado". "O tema principal dos contactos têm sido as reformas de que o Povo Brasileiro necessita: a reforma agrária tratada com clareza e vigor nas Assembléias Gerais da CNBB; a Reforma do tratamento dado às Escolas particulares, confessionais ou não; a Reforma no sistema de atendimento à saúde da população; a Reforma na política indigenista; a Reforma da lei dos estrangeiros com reflexos ainda sobre os vistos de missionários. Muitas e dolorosas emergências foram também motivo de contacto com autoridades, cabendo a triste primazia aos casos e situações de violência, especialmente no campo".

Como é sabido, os bispos, entre outras tarefas, deverão avaliar o plano de pastoral da Igreja no Brasil e preparar o novo plano. Este trabalho teve início também na tarde do dia 22 com uma exposição de Dom Luciano Mendes. Ele percorreu os vários programas, acentuou os passos dados, as dificuldades, as metas alcançadas. A partir desses dados os bispos estarão estudando em grupos este oitavo plano e discutindo as diretrizes que nortearão o nono plano a ser efetivado.

No mesmo dia teve início o estudo sobre o tema da Constituinte, tendo Dom Cândido Padim exposto o processo em evolução e o lado pastoral nele envolvido. Lembrou que a CNBB está prestando três serviços no campo da informação: um encarte no boletim semanal da CNBB; um serviço diário via telex, que alcança todos os Estados, e um programa informativo, via Rádio Aparecida, para 108 emissoras de Rádio. Além disso, informou Dom Padim, a Comissão tem provocado encontros com Constituintes para debate de temas específicos.

D. Luciano critica abertura de cassinos

O bispo d. Luciano Mendes de Almeida, 56, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), condenou ontem em São Paulo a intenção do governo de Minas Gerais de permitir o funcionamento de cassinos no Estado. "Não há razão que justifique a reabertura de cassinos", disse. Ao mesmo tempo, porém, defendeu o jogo do bicho por considerar que "é bem mais simples e consiste apenas em uma loteria popular".

Para o presidente da CNBB, "o importante é que se perceba, na busca deste tipo de jogo (bicho), a manifestação de conseguir recursos maiores devido ao fato da exiguidade dos salários baixos e insuficientes. Um milionário não joga no bicho", acrescentou. Com relação aos cassinos, ele discorda do argumento de que eles trariam ao Estado novos recursos, que poderiam ser utilizados em obras sociais. "Recursos através de cassinos é inadequado", disse.

A atividade dos cassinos, na sua opinião, coloca a "esperança de enriquecimento no jogo de azar e não no trabalho honesto e construtivo", além de causar "detrimento à vida familiar". Anteontem, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, também manifestou-se contrário à proposta.

Equilíbrio na CNBB

2-5-74
A eleição, para um mandato de quatro anos na presidência da CNBB, de d. Luciano Mendes de Almeida —colaborador da *Folha* e até então secretário-geral da entidade— indica uma opção moderada dos prelados brasileiros. A CNBB tem vivido sob a pressão de concepções antagônicas do papel da Igreja Católica; esta não poderia passar incólume pelos questionamentos, pela ampla revisão de valores que sacudiu a segunda metade do século.

que o mundo é imutável. A CNBB se viu levada por este confronto, aguçado pelos períodos de exceção e pela necessidade, sentida por muitos membros da Igreja, de tentar influir no processo social.

Da radicalização de tais conflitos resultaram deturpações e exageros na atitude da Igreja Católica, como fica claro no incentivo às invasões de terras —em área urbana e rural— e nas pressões por censura, cujo exemplo maior ainda é o filme “Je Vous Salue, Marie”. Numa entidade que dispõe de influência sobre parte considerável da população brasileira, a esperança é que se consiga, a partir de agora, consolidar uma postura de serenidade e equilíbrio há muito exigida.

21518 kno

Luciano Mendes de Almeida

25.^a Assembléia da CNBB

Duzentos e sessenta bispos da Igreja Católica reuniram-se mais uma vez em Itaiaci para a 25.^a Assembléia Geral. Não é mero cumprimento de estatutos. É mais do que isto. São irmãos no pastoreio, que se encontram para colocar em comum preocupações, alegrias e esperanças. Quem passasse pelos corredores do austero casarão de Itaiaci perceberia o ritmo cadenciado de trabalho. Entremeavam-se as horas de oração e silêncio, o momento alto da celebração eucarística com as sessões plenárias e grupos de estudo, com os intervalos em que amigos e companheiros de muitos anos partilhavam reminiscências e planos. Para todos os bispos e, em especial, para os que atuam na solidão da Amazônia e nas áreas distantes do sertão, estes dias servem para realimentar as energias, antes de se lançarem novamente ao apostolado.

Foi em clima de sinceridade que se deu a avaliação da ação pastoral realizada durante os últimos quatro anos, reconhecendo falhas e apontando valores. O importante é a missão de evangelizar, de transmitir a mensagem de Cristo a nosso povo, em meio à luta sofrida de cada dia.

Colocamos diante de nós a situação dos operários nas áreas urbanas, dos lavradores, dos sem-terra e as dificuldades que as populações indígenas enfrentam para sobreviver. Como levar a todos o Evangelho sempre novo de Jesus Cristo? Como contribuir, em tempos de violência e carestia, para a construção de uma sociedade justa e fraterna?

Renovou a CNBB seu compromisso de anunciar a plena verdade sobre Jesus Cristo, sua Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres. Serão, agora, elaboradas as diretrizes, que hão de orientar, para mais quatro anos, a caminhada das dioceses e comunidades.

A Assembléia se debruçou, também, sobre o atual momento brasileiro, examinando incertezas e perplexidades e reafirmando o anseio de que a justiça social seja a base dos planos econômicos, políticos e sociais. Na certeza de que Jesus Cristo, presente na história, nos ajudará a superar estes tempos difíceis, lembram os bispos que "a verdadeira ordem e segurança tem seu fundamento na participação política do povo, na melhoria da alimentação, da moradia, da saúde, da educação, no acesso à terra e ao trabalho com salário justo, ao lazer e à cultura, no crescimento de solidariedade e na liberdade de celebrar a própria fé".

Na intenção de contribuir para os trabalhos da Constituinte, procurou a Assembléia marcar, com maior ênfase, os pontos que não podem faltar à nossa lei magna: a invocação do nome de Deus, o direito à vida digna desde o primeiro momento da concepção, excluindo-se, portanto, o aborto deliberado, a tortura e a eutanásia, a garantia para a vida familiar, o direito à educação com ensino religioso, incluindo a atribuição de recursos a escolas não-estatais sem fins lucrativos, que correspondam a livre escolha dos pais e alunos, a primazia do trabalho sobre o capital e a reforma agrária, baseada na função social da propriedade privada.

Realizaram-se eleições para o próximo quadriênio. São 23 cargos de serviços, com os respectivos suplentes, que assumiram em seguida, o exercício de sua missão, numa atitude de colegialidade episcopal, e de fidelidade ao Santo Padre.

Esses dias foram de intenso trabalho, quase sem descanso. De volta às dioceses, apesar das dificuldades que encontrarão, levam os bispos a experiência forte da amizade e a vontade renovada de servir ao povo que lhes é confiado, com o auxílio da graça de Deus, assegurada pela oração dos pobres, dos enfermos e das crianças de nosso Brasil.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve sempre aos sábados nesta coluna.

CNBB aprova propostas para nova Constituição

Do enviado especial a Itaiçara

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aprovou ontem de manhã, em Itaiçara, município de Indaiatuba, a 99 km a noroeste de São Paulo, no encerramento da sua 25ª Assembléia Geral, propostas sobre os direitos e garantias do homem e da mulher, família, educação, assistência religiosa às Forças Armadas, ordem econômica, reforma agrária, direitos das populações indígenas, livre opção de concepções religiosas, filosóficas e políticas, a serem transformadas em iniciativas populares, com trinta mil assinaturas e o patrocínio de mais duas outras entidades da sociedade civil, sendo, depois, encaminhadas ao Congresso constituinte, com base no artigo 23 do regimento congressional.

Segundo anunciaram, ontem, ao meio-dia, em entrevista coletiva no convento de Itaiçara, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida e o secretário-geral, dom Celso Queiroz, empossados nesta semana em seus cargos, a Igreja não pretendeu, com o conjunto de propostas, "proclamar apenas os seus princípios, mas definir emendas (sic) a serem encaminhadas ao Congresso como propostas".

Sociedade civil

Eles acrescentaram que a Igreja irá, também, apoiar as propostas em favor da reforma agrária (definidas pelas Pastoral da Terra, Movimento dos Sem Terra e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura,

entre outras entidades) e do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte (criado no início de 1985 e integrado por cerca de cinquenta entidades e movimentos da sociedade civil de São Paulo com o objetivo de promover reuniões para debater propostas e mobilizar a sociedade em torno dos trabalhos do Congresso constituinte).

"Os bispos da Igreja católica — diz a nota da CNBB sobre o acompanhamento constituinte, aprovada, ontem em Itaiçara — julgam de seu dever advertir o povo de que estamos inseridos num processo de elaboração constitucional e que a hora não é de lamentar os erros passados, mas de assumir o papel que cabe a todos nós de participar na redação da futura Constituição, já que isto nos é garantido pelo regimento interno do Congresso constituinte".

Os bispos defendem a ampla mobilização dos eleitores para a utilização da iniciativa popular, através da qual, com o apoio das entidades, possam apresentar suas propostas ao projeto da nova Constituição.

Nome de Deus

A CNBB decidiu, também, apoiar a proposta sobre os direitos das populações indígenas, formulada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A primeira proposta específica da CNBB é a de que seja mantido, no preâmbulo da nova Constituição, a invocação ao nome de Deus.

Quanto aos direitos e garantias do homem e da mulher, a Igreja propo-

ra que a lei garanta a "preservação da vida de cada pessoa, desde a concepção e em todas as fases de sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura".

Defende, depois, a garantia "ao direito à livre opção de concepções religiosas, filosóficas ou políticas, a serem divulgadas livremente desde que respeitem os direitos e as liberdades dos demais".

Família

Sobre a família — "constituída pelo matrimônio indissolúvel" — terá o direito, segundo a CNBB, de reivindicar do Estado "garantias para sua estabilidade e condições para o desempenho de suas funções", devendo o Estado dar amparo social e previdenciário aos casais que vivem em união estável ilegal e aos seus filhos.

É, também, defendida, a proteção especial à criança. Na área da educação, a Igreja defende a criação livre de escolas, apoio técnico e financeiro governamental às escolas sem fins lucrativos "desde que comprovem a reaplicação dos excedentes no rendimento na melhoria da qualidade do ensino e mantenha contabilidade aberta e verificável pela comunidade e pelos órgãos "públicos competentes", além de reivindicar mais recursos para o setor.

Defendendo uma "educação democrática", a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil propõe, também, que o ensino religioso possa fazer

parte do primeiro e segundo graus, nas escolas estatais.

Sugerirá, depois, que o Estado mantenha "assistência religiosa às Forças Armadas e nos estabelecimentos de internação coletiva, garantida a liberdade de opção de cada um".

Reforma Agrária

Na ordem econômica, a proposta é a de que seja reconhecida "a primazia do trabalho sobre o capital" e que a Lei assegure "a prioridade da remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital".

Quanto à reforma agrária, a proposta da Igreja é a de que "ao direito de propriedade do imóvel rural" corresponda "uma obrigação social" e que o "imóvel rural que não corresponder a essa obrigação social" seja "arrecadado, mediante a aplicação dos institutos da perda sumária e da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária".

Expectativa

Nesta 25ª Assembléia Geral da CNBB, que completou ontem oito dias, dom Luciano Mendes de Almeida disse que a prioridade central da CNBB será a "evangelização integral do povo brasileiro, levando-lhe a boa nova de Jesus Cristo, com todas suas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais", e especificamente em relação ao Congresso Constituinte, espera que os parlamentares "captmem a expectativa do povo, priorizando a transformação da sociedade".

FOLHA DES. PAULO 3 | 5 | 87

CNBB elege maioria de 'progressistas moderados' e mantém linha pastoral

DERMI AZEVEDO

Enviado especial a Itaiç

A reafirmação do objetivo pastoral baseado na "evangelização libertadora" e a decisão de executar, progressivamente, uma política de descentralização das decisões, delegando-as, em primeira instância, aos encontros regionais de bispos, em todo o país, foram alguns dos principais resultados da 25ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Itaiç, município de Indaiatuba, a 99 km a noroeste de São Paulo, de 22 de abril passado até anteontem.

Os 268 bispos participantes da assembléia elegeram os novos dirigentes da entidade para o próximo quadriênio (1987/1991) —consagrando, em eleições diretas, nomes majoritariamente progressistas moderados, tais como o seu novo presidente, d. Luciano Mendes de Almeida, o vice-presidente, d. Paulo Eduardo Andrade, e o secretário-geral, d. Celso Queiroz—, além dos novos membros das Comissões Episcopais de Pastoral e de Doutrina, dos delegados para o Sínodo dos Bispos sobre os leigos, em outubro próximo, no Vaticano, e os delegados junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) —d. Ivo Lorscheiter e d. Benedito Ulhoa Vieira.

Na Comissão de Pastoral, o único arcebispo eleito com apoio declarado da corrente conservadora do episcopado brasileiro foi o arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, que já havia perdido as eleições para presidente, vice-presidente e secretário-geral. Na Comissão Episcopal de Doutrina (CED), não foi reeleito —como ocorreu com os outros membros— o bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, d. Karl Romer, teólogo nascido na Suíça e um dos integrantes da Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé (a única em funcionamento nas dioceses do país, que vem polemizando com o teólogo Leonardo Boff, há pelo menos quatro anos, desde o caso do livro "Igreja, carisma e poder").

D. Luciano pode ser novo primaz

O novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e bispo-auxiliar da região de Belém, zona leste de São Paulo, d. Luciano Mendes de Almeida, 56, é o nome preferido dos bispos do Estado da Bahia, do clero, religiosos e leigos da arquidiocese de Salvador, para suceder d. Avelar Brandão Vilela, falecido no final do ano passado, como arcebispo-primaz do Brasil. Ele lidera —com 80% das indicações— a lista que o nuncio-apostólico em Brasília, d. Carlo Furno, encaminhou há três semanas ao papa João

Objetivo geral

Durante a assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, os bispos resolveram acrescentar ao objetivo geral da Igreja no Brasil, para o próximo quadriênio, a palavra "política" quando se refere à meta de "evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação sócio-econômica e cultural". E acrescentou também a palavra "evangélica" ao falar da opção preferencial pelos pobres. Assim, o novo enunciado desse objetivo —que orienta toda a atuação eclesial católica no país— é o de que cabe à Igreja "evangelizar o povo brasileiro, em processo de transformação sócio-econômica, política e cultural, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da opção pelos pobres, visando a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, anunciando assim o Reino definitivo".

O objetivo geral da Igreja será concretizado nas seis linhas de atuação pastoral da CNBB, ligadas aos leigos, vocações sacerdotais, presença transformadora na realidade, comunidades de base, missões, liturgia, catequese, além da pastoral social no tema da terra, solo urbano, indígenas, pescadores, mulheres marginalizadas, jovens e outros setores. Em todos esses temas, a CNBB dará ênfase, até 1991, aos chamados "destaques pastorais", escolhidos, por votação, em Itaiç. Os "destaques" definidos nessa assembléia serão os meios de comunicação social (com os votos de 116 bispos), juventude, família, leigos e seus movimentos, mundo do trabalho, comunidades de

Paulo 2º para a nomeação do novo arcebispo de Salvador. Caso seu nome seja confirmado, d. Luciano deixará São Paulo, mas não necessariamente será elevado ao cardinalato, uma vez que uma nomeação não está automaticamente vinculada à outra. No entanto, sua transferência o colocará, a médio prazo, entre os possíveis novos cardeais do Brasil.

Um dos comentários mais fortes entre bispos e assessores da CNBB, em Itaiç, na semana passada, era o de que d. Luciano só não havia sido nomeado para Salvador, na última quarta-feira, para evitar que o ato coincidissem com sua eleição para a CNBB. O papa não gostaria de vincular uma coisa à outra, para que não parecesse que a causa da nomeação seria sua transferência para a Bahia.

Cotados

Outros nomes cotados para suceder d. Avelar são os do arcebispo de Campinas (SP), d. Gilberto Pereira Lopes —que é baiano—, do bispo de Tocantinópolis (GO), d. Aloisio Hilário de Pinho, do cardeal de Fortaleza (CE), d. Aloisio Lorscheiter —considerado um dos bispos com maior influência em todos os setores do episcopado brasileiro—, além do arcebispo-coadjutor de Belém (PA), d. Vicente Zico, e do ex-presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter. (DA)

base, educação e escolas católicas, pastoral urbana, liturgia, vocações e ministérios.

Votos em branco

A tendência de descentralizar mais as decisões da CNBB, dando mais poder decisório aos seus secretários regionais espalhados por todo o país, foi reforçada, durante a assembleia da entidade, pelo aparecimento de um grande número de votos em branco — forma de pressão encontrada por bispos de várias tendências para exigir uma mudança no sistema eleitoral até então utilizado na assembleia. Esse sistema se baseava na realização de uma prévia em bloco e na homologação dos nomes escolhidos nessa prévia, para a qual concorriam chapas formadas, principalmente, por progressistas e conservadores.

O então secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, já trouxera de Brasília a idéia da discussão nome por nome, a nível regional, para os 37 cargos que seriam escolhidos através de eleição direta, durante a assembleia de Itaiçi. Mas uma proposta do bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, rejeitada em plenário, em favor de uma discussão aberta dos nomes, após definidas as diretrizes pastorais da conferência, encontrou eco entre os bispos. Paradoxalmente, essa sugestão vinda de um prelado

progressista, deu novo alento à corrente conservadora, apesar de democratizar mais o processo eleitoral. No total dos cargos, essa corrente só conseguiu, contudo, um lugar na Comissão Episcopal de Pastoral, outro no Conselho Fiscal e mais um na Comissão Episcopal de Doutrina, com a eleição de d. Eusébio Scheid, bispo de São José dos Campos (SP). Mesmo assim, não foi eleito nenhum conservador radical, rigorosamente tradicionalista e incapaz de diálogo.

Perfil pastoral

Os novos dirigentes eleitos, a começar por d. Luciano Mendes de Almeida (que chegou a fazer um dia de jejum e de oração, na última quarta-feira, em favor da unidade no episcopado), refletem a posição de pelo menos dois terços do episcopado brasileiro e o peso das comunidades de base e das pastorais, que procuram unir o binômio "fé e transformação social". Nos últimos quatro anos, o perfil pastoral e político dos bispos do Brasil não mudou substancialmente e demonstrou, em Itaiçi, estar muito próximo do perfil da Igreja como um todo no país. Esta tendência — reforçada pelo próprio Papa na carta que enviou à CNBB, no ano passado — deverá continuar predominando no próximo decênio. Uma maior discussão de nomes para cargos eletivos, a nível das reuniões regionais do episcopado, dará, por

sua vez, espaço para os grupos minoritários, com outras opções sócio-políticas.

Pela primeira vez, nos últimos cinco anos, uma assembleia da CNBB não recorreu a Roma, diante de impasses políticos, não se falou de "falta de comunhão com o papa", nem se registrou a constante preocupação, de alguns setores, com a Teologia da Libertação, a luta de classes, desvios doutrinários e outros temas correlatos.

Formação do laicato

No plano social e político, a presença da Igreja, a partir de agora — de acordo com os últimos debates em Itaiçi —, ocorrerá sobretudo com a formação dos leigos católicos para que participem mais como protagonistas da luta política e partidária. Os bispos rejeitaram, contudo, em vários momentos, a idéia da formação de um partido católico e destacaram que a CNBB pretende somar forças a outras instituições da sociedade civil brasileira em favor de mudanças urgentes e pacíficas nas estruturas sócio-político-econômicas nacionais.

Um exemplo disso será a integração entre a CNBB e movimentos não religiosos da sociedade civil em favor de propostas ligadas à reforma agrária, a uma maior participação dos eleitores na elaboração das leis e pelos direitos dos índios, na nova Constituição.

Ciência e fé

Assessor da CNBB diz que evolução dos seres vivos é aceita pela Igreja

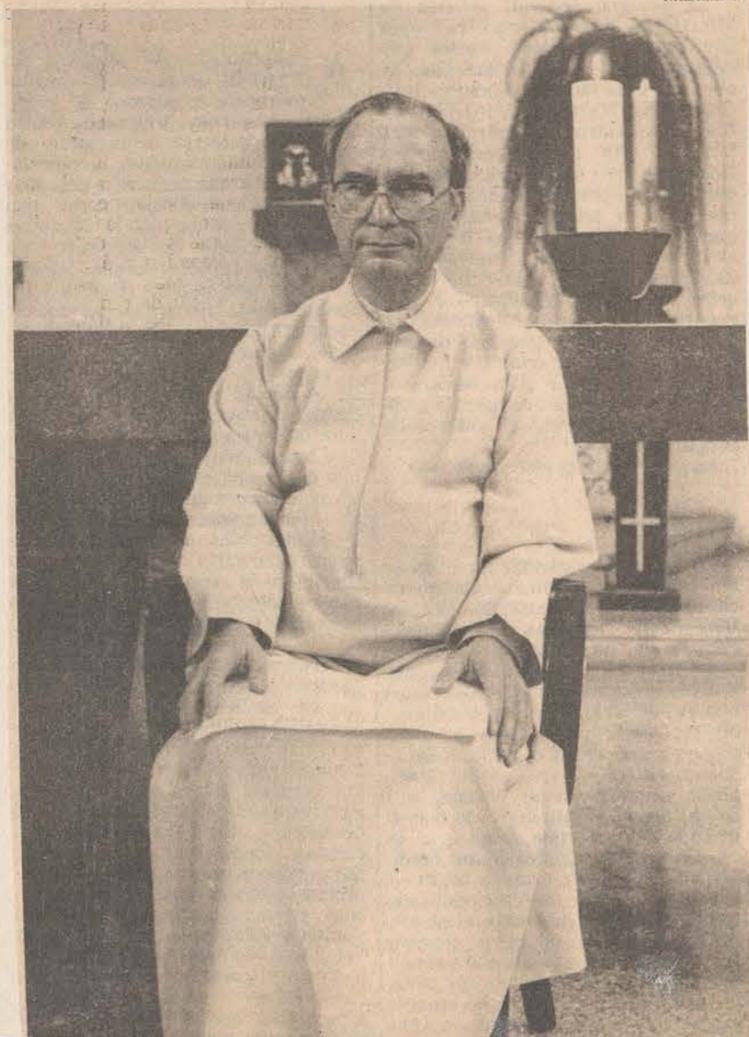
Do enviado especial a Itaiçi

O padre Giuseppe Leonardi, paleontólogo e assessor nacional da Pastoral Universitária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) disse anteontem, em Itaiçi (município de Indaiatuba, 99 km a noroeste de São Paulo), que "a evolução biológica e o conceito mais amplo da evolução de toda a realidade — universo, sistema solar, planeta Terra, vida e cultura — são hoje

tranquilamente aceitos pela Igreja Católica e na maioria das igrejas evangélicas históricas".

Ele acrescentou ainda que "o problema do criacionismo ocorre nas igrejas crentes, mais recentes, que são fundamentalistas e maximalistas e que, por ignorância de interpretação da Bíblia, lêem o texto bíblico literalmente, desencarnando-o totalmente de sua língua e de sua cultura, sem em tendê-lo, apesar de cultuá-lo".

Para o padre Leonardi, "há uma grande diferença entre a fé no Deus criador e o criacionismo. A fé é sobrenatural, um dom de Deus, e pode combinar perfeitamente com a aceitação da evolução biológica, em que se vê o processo grandioso por meio do qual Deus criou a vida, dando à matéria a capacidade de evoluir através das eras. O processo evolutivo aconteceu e acontece nas mãos de Deus, como sinal de sua vida e espelho de seu dinamismo". (DA)



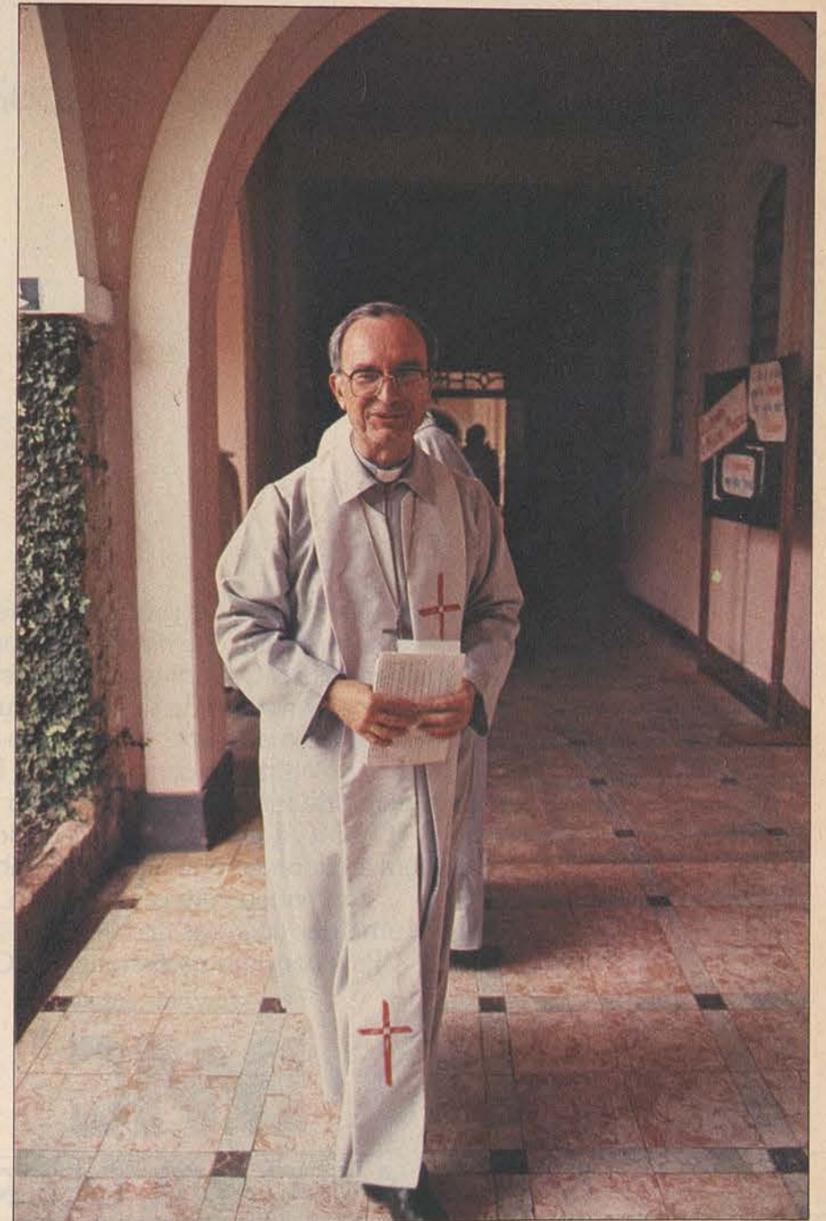
Niels Andreas

Choque de dinastias

Com dom Luciano Mendes de Almeida na presidência da CNBB, entra em cena um sobrenome de peso, capaz de substituir a força dos primos Lorschei(d)ter

Ele dormiu mal à noite, preocupado com o seu favoritismo, que já se delineava duas semanas antes, e com o peso da responsabilidade que poderia ter a partir do dia seguinte. No café da manhã, procurava disfarçar a tensão com um truque típico: atarefava-se passando o pão e o café aos vizinhos de mesa e conversando sem parar. Na segunda-feira da semana passada, quando um plenário de 256 bispos reunidos no antigo noviciado jesuíta de Itaici, no interior de São Paulo, explodiu num demorado e caloroso aplauso pela sua eleição para a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ele esboçou um sorriso discreto. Qualquer outro teria ficado extasiado ao ser guindado ao mais alto posto da terceira maior agremiação episcopal do mundo, com 374 membros, superada apenas pela italiana e pela americana. O carioca dom Luciano Mendes de Almeida, 56 anos, porém, pronunciou apenas uma frase que beira o implório: "Quero agradecer a todos. Estamos aí para servir".

O prelado que recebia aquela consagração — e um mandato de quatro anos, renovável uma vez — é um jesuíta que aos 6 anos de idade já manifestava sua vocação: queria ser padre. Pode-se prever bispos mais altos para esse religioso de fama mansa e gestos simples, cabelos grisalhos e uma caspa renitente, que impressiona a todos pela dedicação ao trabalho e pela permanente disposição de ajudar os necessitados, especialmente quando se trata de pobres e jovens. Acredita-se que breve ele deixará de ser apenas bispo auxiliar do cardeal dom Paulo Evaristo Kardinal, de São Paulo, sendo promovido para Roma a titular de uma importante arquidiocese, onde deverá chegar ao cardinalato. Entronizado na presidência contra a vontade de seu antecessor, o gaúcho dom Ivo Lorscheiter, 59 anos, que o considerava "místico demais" e gostaria de ter passado o cargo a dom Benedito Ulhoa, bispo de Uberaba, sua eleição assinala uma sutil mas significativa altera-



Dom Luciano depois de eleito: vocação para o diálogo e ojeriza aos confrontos



MARCOS ROSA ANGULAR

Ivo e seu candidato, dom Benedito: a assembléia preferiu escolher outro nome numa eleição decidida pelas bases

na cúpula da CNBB. Interrompe os nove anos de domínio da entidade os primos Ivo Lorscheiter, bispo de Maria, no Rio Grande do Sul, e Ivo Lorscheider, cardeal de Fortaleza desde 1968 se revezavam nos altos postos da agremiação episcopal do maior país católico do mundo. No comando dos dois, a CNBB se transformou de um colegiado religioso em órgão político que, em vista de sua indecisão intromissão nos assuntos leigos e as questões da reforma agrária e da constituinte, por exemplo —, tornou-se um sindicato de batina.

PERIÓDICA AOS CONFRONTOS — A mudança trazida pela vitória de dom Luciano — homem bem-nascido e educado, fala fluentemente italiano, inglês, francês, alemão e espanhol — introduz um novo estilo de governo na CNBB. À vitória rudez e ao autoritarismo de dom Ivo — razões pelas quais preladados de estígio, como o cardeal dom Eugênio de Azevedo, do Rio de Janeiro, e o arcebispo de Belo Horizonte, dom Serafim Fernandes de Araújo, só raramente apareciam na sede da CNBB, em Brasília — ele se contrapõe a vocação para o diálogo e a abertura aos confrontos. Sobretudo, porém, o novo presidente da entidade parecia não ser um homem capaz de se deixar levar apenas pelas demandas terrenas em que a CNBB se meteu. Isso não significa que dom Luciano vá deixar de cobrar do governo a execução das reformas agrária

e do solo urbano, um projeto habitacional para o país e o estabelecimento de salários mais justos para os trabalhadores, bandeiras da CNBB nos últimos tempos. Afinal, ele foi secretário-geral da entidade nos últimos oito anos e comunga com esses pontos de vista. Mas, pela sua sensibilidade e espiritualidade, certamente não relegará a um plano secundário as questões puramente religiosas, como acontecia na era dos primos Lorscheiter-Lorscheider.

Espera-se que, com essa sua duplicidade de interesses, dom Luciano preencha um vazio no catolicismo brasileiro. “Falta um líder na nossa Igreja”, proclama dom Agnello Rossi, 74 anos, ex-cardeal de São Paulo e hoje um importante prelado da Cúria Romana. “Talvez dom Luciano possa sê-lo, talvez consiga ser um catalisador.” Ao saber de sua eleição para a presidência da CNBB, o presidente José Sarney telefonou a Itaipá e cumprimentou pessoalmente dom Luciano, num gesto que alguns bispos interpretaram como uma ponte lançada pelo Palácio do Planalto. “Se o escolhido fosse alguém do estilo de dom Ivo, o presidente Sarney teria enviado no máximo um telegrama de felicitações”, comentou um arcebispo nordestino. No ano passado, a CNBB e o governo andaram às turras — e dom Luciano foi o interlocutor apaziguador mais freqüente. Dom Agnello, porém, faz alguns reparos à escolha de dom Luciano. “Talvez ele esteja um pouco cansado, mas é uma pessoa inteligente, boa e inte-

ressante”, diz o cardeal. “Penso porém que lhe falta mais experiência como bispo diocesano.” Nos últimos oito anos, dom Luciano praticamente se dividiu entre as cidades de Brasília e São Paulo, onde mal conseguia tempo para atacar os assuntos diocesanos da região de Belém, na Zona Leste da cidade, seu bispado. Informal no trato de assuntos administrativos e absorto por questões de fé, dom Luciano atraiu o veto de dom Ivo a sua candidatura. O seu predecessor na CNBB costumava dizer que dom Luciano é capaz de interromper uma discussão importante para confessar uma freira do interior ou consolar um pedinte.

DUPLA CONVENIÊNCIA — Embora já se delineasse há dias, a eleição de dom Luciano não ocorreu sem conchavos e disputas. Os “progressistas”, ou esquerda episcopal, um grupo formado por 140 bispos fiéis aos primos Lorscheiter-Lorscheider, tinham dois candidatos: dom Luciano, imposto pelas bases, e dom Benedito, de Uberaba, o preferido de dom Ivo. Além de confirmar a tradição de todo secretário-geral da CNBB virar presidente, dom Luciano é um ortodoxo em assuntos de ética e teologia, e isso facilitaria, segundo seus cabos eleitorais, a conquista dos votos úteis dos preladados de centro, garantindo com mais tranqüilidade a manutenção do controle da CNBB pelos progressistas. Como secretário-geral, por outro lado, ele havia visitado todo o Brasil, dando apoio e se fazendo conhecer de



Os irmãos Mendes de Almeida e o bisavô: no retrato

perto pelos bispos das regiões mais perdidas do país. Os conservadores, a direita episcopal, formada por aproximadamente quarenta prelados, tentavam evitar a continuidade dos progressistas, lançando a candidatura de dom Serafim, arcebispo de Belo Horizonte.

Os cabos eleitorais de dom Luciano, entre os quais se destacou dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, promoveram seu candidato com argumentos que sensibilizaram tanto a esquerda quanto o centro. Dom Luciano, lembravam eles, foi o religioso brasileiro que mais forte falou em defesa dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, presos em 1981 e depois condenados pelo regime militar sob a acusação de incitar à violência treze posseiros de São Geraldo do Araguaia, no sul do Pará. Em mais de uma oportunidade, enfatizavam os cabos eleitorais, o então secretário-geral da CNBB manifestou a convicção da inocência dos religiosos e, depois de os dois terem sido libertados, acolheu-os em sua casa. Ao mesmo tempo, eles lembravam que o mesmo dom Luciano foi o líder episcopal que mais se bateu contra o filme *Je vous Salue, Marie*, de Jean-Luc Godard, justificando a censura da fita, ordenada pelo governo Sarney.

Entronizado presidente da CNBB com 196 dos 256 votos, dom Luciano Mendes de Almeida assume com time novo: Eduardo de Andrade Ponte, arcebispo de São Luís do Maranhão, será seu vice, e Antonio Celso Queiroz, outro auxiliar de dom Paulo Evaristo Arns, em São Paulo, o secretário-geral da poderosa entidade. Aos 35 anos de existência, a CNBB encontra-se numa encruzilhada. A politiza-

ção lhe deu vigor e transcendência durante o regime militar, cujos excessos combateu com coragem. Agora, nas frequentes tentativas de interferir na ordem constitucional do país, a entidade acabou mergulhando numa crise de identidade. Não pode ser um partido político — e não é vista mais como uma organização de pastores. Politicamente eficaz, a CNBB sabe se fazer ouvir, mas raramente tem conseguido clarear as questões sobre as quais opina. Enquanto isso, a Igreja se debate com uma grave crise de vocações que afasta os jovens da vida religiosa. Por falta de padres, no interior do Nordeste já se tornou comum o casamento coletivo em que o sacerdote visitante de uma cidade celebra de uma vez dez cerimônias. Em Pernambuco, por exemplo, onde a população é em sua maioria esmagadora católica, há hoje um médico para cada 875 habitantes — proporção vinte vezes maior que a de padres.

Dom Luciano terá pela frente também uma entidade às voltas com o crescimento de seitas não-católicas e de protestantes de credo luterano. Além disso terá que se ajustar melhor com o próprio Vaticano. Desde que os bispos esquerdistas assumiram o comando da entidade, o papa João Paulo II não nomeou um novo bispo sequer para o Brasil cuja tendência

Nas declarações, os valores e as idéias do bispo

Claro e direto, mas envolvendo seus pronunciamentos por uma aura de reflexão profunda e serena, dom Luciano Mendes de Almeida firmou uma marca pessoal, um tom menor que favorece o diálogo e a compreensão. Alguns deles:

- **Sobre a Igreja** — “Cabe à Igreja, no Brasil de hoje, continuar anunciando a comunhão filial, a comunhão fraterna. Isso implica não só uma transformação na vida social mas uma mudança constante no coração do homem e de todo o seu relacionamento.” (25 de abril de 1979, ao ser eleito pela primeira vez secretário-geral da CNBB.)
- **Marxismo** — “É calúnia relacionar

política tivesse nuances de esquerda, na velha mansão da família, na papa tem um projeto peculiar da Igreja Marquês do Paraná, e se formou, sem Universal, profundo e não de todo de como o primeiro aluno da classe, no vendado, que deseja ver adentrar o prósperio Colégio Santo Inácio, no Rio. mo século — e a entidade máxima da adolescência, nem as quatro paixões bispos brasileiros mais cedo ou mais tarde — torcer pelo Flamengo, tocar viodo vai ter que assimilar esse projeto. O ser escoteiro e praticar alpinismo —berá a dom Luciano boa parte da respesguiram derrotar a quinta, e decisiva: a sabilidade por tais ajustes.

MANSÃO DA FAMÍLIA — Bisneto do jurque não perdia a missa diária, dom Luta e senador Cândido Mendes de Almeida entraria para um seminário da Comfigura de projeção no reinado de dom Pechia de Jesus, em Nova Friburgo, molII, e tataraneto do Marquês do Paraná, do de forma indelével sua vocação. Luciano é fruto de uma linhagem com na escolha contou com a imediata aceita- zes na nobreza brasileira que tem mantido de nosso pai”, conta Elisa Maria, 55 ao longo da História, um íntimo conta, a irmã mais próxima de dom Luciano com a Igreja Católica. Os primos Lorschoda vez que o novo presidente da CNBB ter-Lorscheider, em contraste, são filhos ao Rio se hospeda na casa dela. Em jumodestos agricultores da região de colorde 1958, aos 27 anos, foi ordenado pazação alemã do Rio Grande do Sul. O bisem Roma, na presença de toda a famívô de dom Luciano, foi advogado dos bô papa Paulo VI lhe concedeu a digni- pos dom Vital Oliveira e dom Macedo Ce episcopal em março de 1976, nomean- ta, condenados por ocasião da “questão para São Paulo e tomando dom Lucia- ligiosa”, pendência envolvendo a Igreja e primeiro bispo jesuíta do Brasil. maçonaria que abalou o Império brasile

FOCAÇÃO PARA A CARIDADE — Reuni- mengo, nascido a 5 de outubro de 1930, na semana passada no Rio para cele- rante o pontificado de Pio XI — primeira eleição de dom Luciano, seus ir- papa a usar o rádio para fins de apostolas Elisa Maria, Antonio Luiz, Maria —, dom Luciano passou a infância e a aGlória, Luiz Fernando e Candido



O álbum de dom Luciano

Aos 7 anos: comunhão

Colégio Santo Inácio

Primeira missa: em Roma

Ordenação: com a família



A secretária Doracy: ele dorme pouco

Mendes de Almeida, 58 anos, o mais velho, a quem Alceu Amoroso Lima entronizou, em testamento público, como seu sucessor na liderança católica leiga do Brasil, só tinham elogios a fazer. “Sempre estive certo de sua vitória e creio que ele um dia vai assumir o Vaticano”, brincava Antonio Luiz Mendes de Almeida, 50 anos. Todos ressaltavam, como primeira qualidade de dom Luciano, a vocação para a caridade. Era ele, na mansão da Rua Marquês do Paraná, quem se encarregava de juntar as roupas não mais utilizadas pela família e de dá-las aos pobres. A mesma característica é

as posições da Igreja oficial com essa doutrina. Para se interessar pelos pobres, a Igreja teve motivos evangélicos.”

■ **Aborto** — “É cometido numa situação de desespero. Defendemos um maior amparo à gestante.”

■ **Censura** — “No plano dos valores morais e dos chamados bons costumes é preciso que se promova o amadurecimento ético. Por isso a censura é um recurso.”

■ **Leonardo Boff** — “Gostaria que nós tivéssemos capacidade de entender a todos e saber que a diferença e a divergência são indicativos da falta de diálogo. Quando todos nós pudermos ouvir e compreender, não haverá diferenças.”

■ **Sobre seu papel** — “Peço a Deus a graça de atuar na conversão dos homens do egoísmo ao verdadeiro amor, sem conformismo nem a impaciência dos violentos, para que as estruturas da convivência humana correspondam cada vez mais à dignidade dos filhos de Deus.”



Irmã Carmem: cotidiano estóico

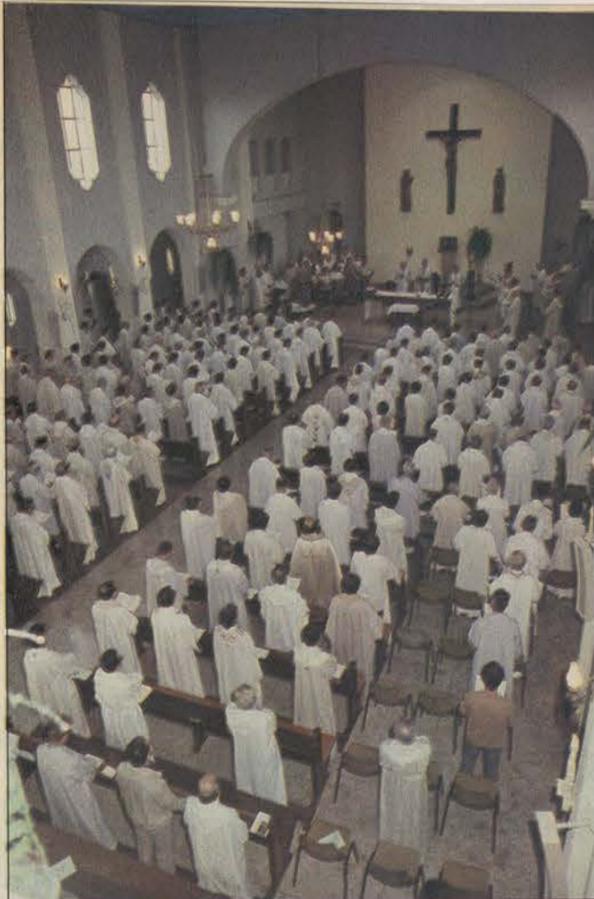
destacada pelo padre Francisco Romanelli, que de 1972 a 1976 foi companheiro de dom Luciano na Casa de Formação Jesuíta, em Botafogo, no Rio. “Às vezes ele nem dormia, passava a noite toda ajudando e confortando os pobres”, conta padre Romanelli.

Na mesma época, surgiu no Retiro dos Jesuítas um ex-presidiário que volta e meia aparecia ali para pedir esmolas. Chegou de táxi e solicitou ao atual presidente da CNBB para pagar a corrida. Dom Luciano retirou dinheiro do bolso e pagou o táxi, mas foi repreendido pelos jesuítas. Segundo seus colegas, o ex-presidiário estava se aproveitando de sua bondade e ingenuidade. “Eu sei que ele está me enganando”, admitiu dom Luciano. “Mas sei também que Deus pode servir-se muito bem desse gesto para convertê-lo e mudar sua vida.” Eram tantos os pobres a procurar por dom Luciano no Retiro dos Jesuítas que o provincial da Companhia de Jesus do Brasil Centro-Leste, padre Belizario Velloso, proibiu o atual presidente da CNBB de atender os miseráveis em dias úteis, restringindo seu apostolado da caridade aos fins de semana e feriados. O motivo era de ordem prática: no Retiro dos Jesuítas, dom Luciano dava aula de filosofia. “Com a ajuda aos pobres, chegava a esquecer que tinha de dar atenção também aos alunos”, conta padre Romanelli.

AMIZADES ECLÉTICAS — Pelo Direito Canônico, todo bispo tem o domínio integral de sua diocese e, de seus atos, só deve satisfação ao papa. Na sua região episcopal de Belém, agora, ele é dono de seu nariz, e ninguém o impede de socor-

preferencialmente os miserveis que batem à porta todos dias. "São uns cinco em média por noite", conta irmã Carmem, 54 anos, encarregada das tarefas domésticas da casa do bispo. "Dom Luciano conversa com eles, como se fossem doentes, corta as unhas dos meninos, prepara-lhes comida e faz curativos." Dona Dora Simões, 56 anos, sua secretária há onze, afirma que, conta disso, dom Luciano trabalha em média 2 horas por noite. "Não sei como suporta, mas acho que já se acostumou, que mesmo Deus quem o anima", diz ela. Irmã Carmem atesta que o novo presidente da CNBB vai dormir entre 3 e 4 horas da manhã e acorda sempre às 6. Levanta, celebra uma missa, toma um café rápido e vai direto para o escritório da Região Regional ou direto pegar o avião para Brasília. Quando sobra tempo, relê os meses do pensamento jesuíta que marcaram a formação: Yves Montcheuil, Paul Henry, Jean Danielou, Henri de Lubac e Gaston Fessard.

O ecletismo de dom Luciano permite cultivar amizades em áreas suspeitadas. Na relação das pessoas que sempre o procuram, para um aconselhamento espiritual ou troca de idéias sobre política, figuram o ex-ministro da Casa Civil Marco Maciel, o ex-ministro da Reforma Agrária Nelson Ribeiro, os ministros Almir Pazzianotto, do Trabalho, Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, e o chefe do SNI, general Jean de Souza Mendes, que tem um irmão jesuíta, o padre José Mendes. O grande emulador de idéias de dom Luciano, porém, é seu irmão mais velho o filósofo, advogado e articulador Candido Mendes, considerado o maior pensador católico brasileiro da atualidade. Autor de obras laicas e religiosas de grande repercussão, membro fundador do Conjunto Universitário Cândido Mendes — um conglomerado de faculdades no Rio freqüentado por 1000 estudantes —, criador da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, ele defendeu e salvou várias vidas no auge da tortura praticada durante o AI-5. Casado, pai de quatro filhos, Candido Mendes exerce grande



Os bispos na missa em Itaici: escolha para quatro anos

ascendência sobre a família. Quando ele e o irmão dom Luciano se encontram, vão noite a dentro discutindo.

VIRTUDES CATEQUÉTICAS — Durante os últimos dezenove anos, as peças da Igreja Católica, no Brasil, organizaram-se em torno de um eixo fundamental: os primos Lorscheiter-Lorscheider e sua visão corporativista do episcopado nacional. Com a ascensão de dom Luciano, os bispos passam a gravitar na órbita de uma também poderosa cultura religiosa amadurecida não apenas

por dom Luciano, mas principalmente por seu irmão Candido. Uma diferença se nota: enquanto os primos Lorscheiter-Lorscheider se caracterizavam pela reiterada ingerência em assuntos leigos, pela intimidação e o confronto, a doutrina Mendes de Almeida, mais humanista, pende para as virtudes catequéticas do convencimento e da persuasão. "A proposta da Igreja de meu irmão é de participar intensamente das discussões nacionais, mas dentro de uma estrutura de diálogo", define Candido Mendes. "Ele tem essa paixão radical pelo próximo e dela se fez um arauto."

COMPANHEIROS DE VIAGEM — Desorientada, a CNBB não teve nenhum peso eleitoral nas últimas eleições. Os protestantes, que se arregimentaram, enviaram 34 pastores ou ativistas para a Câmara Federal. "Agora estamos com medo de que a nova Constituição derrube o ensino religioso nas escolas públicas", lamenta um influente bispo nordestino. "Não existe nenhum grupo católico coeso no Congresso Nacional para defender sua manutenção." Segundo

o mesmo bispo, os protestantes quase não usam o direito de dar aulas de religião nas escolas públicas. "Eles preferem transmitir sua fé na própria casa e nos templos", diz o bispo. O único prelado que tentou arregimentar políticos católicos para defender os interesses da Igreja na futura Constituição, o cardeal do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, convocando um senador e um deputado de cada Estado para uma reunião no Palácio Sumaré, no início deste ano, foi criticado por isso pela cúpula da CNBB.



Dom Serafim: preterido



Dom Eduardo: novo vice



Dom Celso Queiroz: secretário

Outro receio da CNBB é que, no caso da votação de uma lei instituindo o aborto no país, muitos deputados da esquerda, seus "companheiros de viagem" em recentes campanhas públicas, possam votar contra os interesses da Igreja. Já se delinea a possibilidade de isso vir a acontecer. O PT, por exemplo, que tem sido apoiado por religiosos como dom Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo, e dom Claudio Hummes, bispo de Santo André, é majoritariamente favorável ao aborto. "Por causa disso, começa a embolar a aliança de alguns setores da Igreja com esse partido", analisa o bispo nordestino. Dos dezesseis deputados federais do PT, só dois se declararam contra o aborto, numa pesquisa recentemente promovida por um jornal do centro do país.

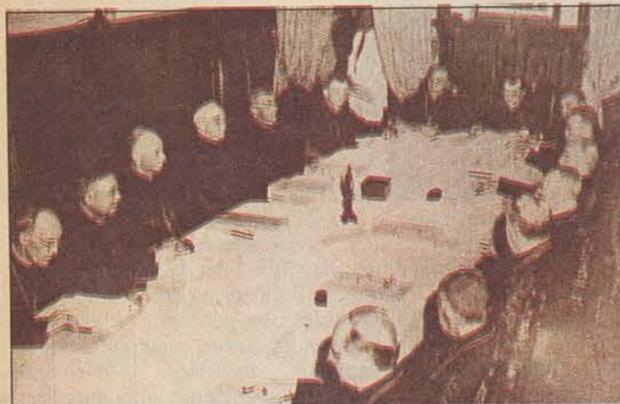
Entre as heranças legadas a dom Luciano, a mais grave de todas é a crise



de perspectiva. "É o mesmo que o PMDB perder militantes para o PT", compara Terra.

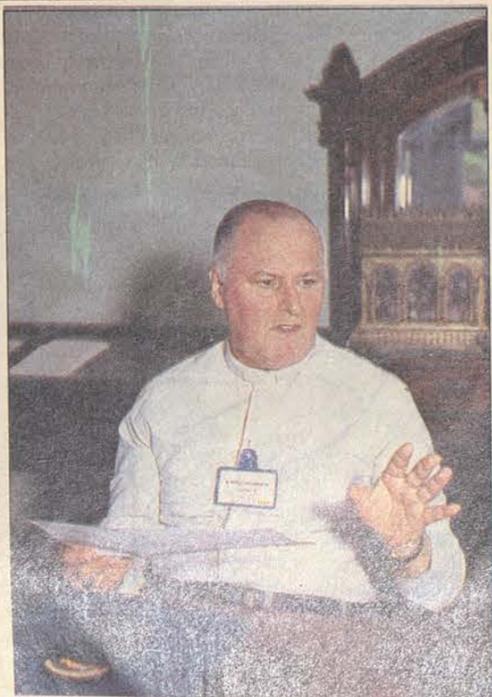
Dom Luciano assume o comando de uma CNBB em cujo plenário deverão estar sentados, nos próximos meses, três novos cardeais, representando as cidades de Salvador, Brasília e Porto Alegre. Para Salvador, arquiocese vaga com a morte do cardeal dom Avelar Brandão Vilela, prevê-se inicialmente a designação de um arcebispo titular, que poderia ser, segundo rumores da quinta-feira passada, dom Lucas Moreira Neves, atualmente em Roma como secretário da Sagrada Congregação para os Bispos. Em Brasília, haveria pura e simplesmente a elevação ao cardinalato do atual arcebispo, dom José Freire Falcão. Trata-se de uma antiga reivindicação da hierarquia católica nacional. Só quatro capitais sul-americanas ainda não têm cardeais:

NELIE SOLTREINICK



OSCAR ANDRÉ BRITO

de autoridade que vive a CNBB e o bispado em geral. "Não há uma linha de ação doutrinária, pela ausência de convicção na condução da missão pastoral", constata em Porto Alegre o desembargador e líder católico Alaor Terra, 62 anos. Segundo Terra, "os bispos de hoje em dia não têm mais os padres na mão". Em outras palavras, os párocos se orientam pelas suas próprias concepções, dando uma ênfase excessiva ao social, sem que os bispos os coloquem na trilha de uma catequese uniformizada. Em consequência disso, a Igreja Católica tem perdido um número significativo de fiéis para outras seitas, especialmente para o protestantismo pentecostal. Não é por acaso que tais seitas trabalham junto à população pobre, conquistando-a graças a uma pregação baseada nas questões espirituais — e não nas sociais —, demonstrando que, na verdade, a religião católica comete no Brasil um erro



além de Brasília, Montevideu, La Paz e Assunção. Na capital brasileira, porém, a demora se deve a uma questão de política interna da Igreja.

A elevação do atual arcebispo a cardeal constituiria um sério problema para o Vaticano, por estar ainda vivo o predecessor de dom Falcão, o arcebispo aposentado dom José Newton Batista — um agravo que Roma não costuma praticar. Em Porto Alegre, ocorre exatamente o oposto. O predecessor, aposentado, dom Vicente Scherer, é cardeal, e seu sucessor, dom Claudio Colling, apenas arcebispo. Como dom Luciano vai reagir nesse quadro de mutações internas e externas da Igreja é o que vai determinar se ele será capaz de imprimir sua marca pessoal e se a própria CNBB conseguirá restaurar seu antigo equilíbrio.

Primeira reunião da CNBB em 1952 e sua sede em Brasília: dom Ivo e dom Aloísio deram rumo político

NELIE SOLTREINICK

VEJA, 6 DE MAIO, 1987

CNBB é contra projeto de computadores do Celam

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) votou contra o projeto da presidência do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) de instalar, na Colômbia, uma central de computadores, entendendo que a idéia deve ser debatida "com mais profundidade, evitando que o Celam caia em um projeto faraônico, com custos e manutenção imprevisíveis". Com um custo calculado em cinco milhões de dólares, a central serviria para informatizar as comunicações entre as conferências episcopais dos países da América Latina.

O projeto da central foi apresentado originalmente em março último em Ipacarái, no Paraguai, durante a assembléia eletiva do Celam, sendo que um relatório sobre suas deliberações foi apresentado em Itaici, muni-

cípio de Indaiatuba (a 99 km a noroeste de São Paulo), na semana passada, pelo cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider — que representou a conferência episcopal brasileira na reunião de Ipacarái. Em seu relatório, d. Aloísio defendeu uma "reformulação completa" do Celam, por considerar que a entidade "não está atendendo às necessidades e aspirações da Igreja latino-americana".

Segundo d. Aloísio, o Celam "deixou a impressão de ser mais uma instituição a serviço das conferências episcopais de língua espanhola do que das conferências dos bispos da América Latina como um todo". As línguas oficiais do Celam são o espanhol e o português mas, segundo o cardeal, "a língua portuguesa é ignorada, havendo, também, necessidade de um melhor atendimento aos bispos das Antilhas, onde o

francês e o inglês são línguas oficiais". D. Aloísio disse também que houve "certa reserva", em Ipacarái, em relação ao episcopado do Brasil, afirmando que "o clima para os bispos do Brasil não pareceu sempre suficientemente amistoso e fraterno" e que, no final das eleições dos novos dirigentes do Celam, um dos eleitos de língua espanhola afirmou: "Já há quatro brasileiros. Basta!".

A CNBB é a terceira maior conferência episcopal do mundo católico, com 371 cardeais, arcebispos e bispos, vindo depois da italiana e da norte-americana. Com um terço do episcopado latino-americano, o Brasil tem somente um representante no Celam, a exemplo da Costa Rica que só tem cinco bispos, em todo o país. A CNBB defende a proporção de um representante para cada grupo de cinquenta bispos.

8-5-87 Fpp

15

ESPECIAL

Assembléia dos bispos

Igreja reforça opção pela evangelização libertadora

Na posse da presidência, um alerta para os anseios populares

Um clima de emoção marcou a transmissão de cargos da presidência da CNBB no último dia da Assembléia Geral da entidade. O ex-presidente Dom Ivo Lorscheiter, que por oito anos ocupou o cargo, empossou oficialmente na mesa o vice-presidente Dom Celso Queiróz, o secretário-geral. Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte e o novo presidente, Dom Luciano Mendes de Almeida, que chorou em seu discurso ao lembrar sua missão como ex-secretário geral. "Nos momentos difíceis desses últimos anos, quando fui testemunha quase do martírio de alguns bispos, ao lado de sacerdotes assassinados, de trabalhadores assassinados".

Segundo o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes, a 25ª Assembléia da entidade foi marcada por um espírito de comunhão, união e oração em favor dos mais humildes e da Igreja brasileira. "Deus abençoará seu trabalho e sua gestão", profetizou Dom Ivo Lorscheiter ao passar o cargo ao bispo-auxiliar de São Paulo, que foi aplaudido de pé pelos 288 bispos presentes. "Nesse momento eu gostaria de reafirmar três adesões: a adesão a Jesus Cristo, a adesão àqueles que Cristo nos confiou, aos trabalhadores sofredores, os 70% da população brasileira que formam a massa silenciosa e que se organiza para expressar a consciência de sua dignidade e a adesão à própria Conferência dos Bispos", disse ele.

Momento delicado

Em entrevista à imprensa, Dom Luciano Mendes de Almeida afirmou sua preocupação com o clima de violência reinante no país, principalmente em São Paulo, "que demonstra um estado de exarcebamento que tem suas causas nas dificuldades de sobrevivência". Com relação ao momento político do País, o presidente da CNBB considera-o extremamente delicado, "mas é preciso isolar a atual conjuntura da questão das eleições diretas, como se elas fossem resolver todos os problemas. O mais importante, nesse momento, é o atendimento às aspirações populares", disse.

Em relação ao objetivo geral da CNBB para o próximo quadriênio, o secretário-geral da entidade, Dom Celso Queiróz, afirmou que "foi reafirmado, recebendo alguns enriquecimentos, como quando se fala da realidade do povo brasileiro, incluindo-se a dimensão política dessa transformação. Também a evangélica opção preferencial pelos pobres, com a noção de povo de Deus".

Tanto para Dom Luciano como para Dom Celso, ambos bispos de São Paulo, no "Brasil convivem a febre da fome e a febre da abundância", falaram eles apelando para que "os responsáveis pelos destinos da Nação acelerem as transformações estruturais e também aqueles que dispõem de recursos materiais, para que espontaneamente venham atender às necessidades da maioria".

study
the
(gates)
on students)
(3)
ring)
could be
oor
to
is it



Dom Paulo Evaristo, Dom Antônio Gaspar, Dom Francisco Vieira e Dom Décio Pereira avaliaram

Dom Luciano Mendes de Almeida definiu a Assembléia como um encontro de "irmãos no pastoreio". Eles se encontram "para colocar em comum preocupações, alegrias e esperanças, num ritmo cadenciado de trabalho", diz o ex-secretário geral e atual presidente da CNBB, "entremetavam-se as horas de oração e silêncio, o momento alto da celebração eucarística com as sessões plenárias e grupos de estudo, com os intervalos em que amigos e companheiros de muitos anos partilhavam reminiscências e planos".

O clima da Assembléia, para Dom Luciano, foi de sinceridade. Neste clima avaliou-se a ação pastoral da Igreja nos últimos quatro anos, buscaram-se diretrizes para mais quatro anos, renovou-se o compromisso da CNBB de "anunciar a plena verdade sobre Jesus Cristo, sua Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, analisou-se a fundo o atual momento brasileiro, levantaram-se propostas para a Assembléia Constituinte e realizaram-se eleições para o próximo quadriênio".

Tensão emocional

Para Dom Paulo Evaristo, "não há grande decisão, nem diálogo profundo, sem tensões". E estas existiram antes e durante a Assembléia. Antes da Assembléia, a tensão foi ditada pela situação sócio-política e econômica dentro de São Paulo e no Brasil. Em São Paulo, diz Dom Paulo, "além das greves, com as conseqüentes discussões, percebia a irrupção da pobreza na Zona Leste e demais zonas sufocadas por tiros, sangue e crescente indignação de

nossa gente". Em âmbito nacional, "o Brasil inteiro paralisado pela inércia ou apavorado pelos escândalos, dívidas e dúvidas. Até a Constituição ameaçava transformar-se em alienação e não em promessa de soluções". Mais um motivo de tensão, segundo o Cardeal Arns, foi a perspectiva de a Igreja de São Paulo ter de "sacrificar dois dos seus talentos e dinâmicos bispos ao trabalho quase exclusivo da CNBB, como presidente e secretário geral".

Durante a Assembléia, Dom Paulo salienta o clima pacífico em

que se deu a eleição de Dom Luciano. "Mas, diz ele, a tensão atingiu o máximo nas eleições dos novos responsáveis pelas linhas de pastoral da CNBB". Muitos votos em branco, chegando a abstenção e assustadores 25%. O problema foi posto em discussão. Orações, jejum, diálogo aberto e o problema foi resolvido.

Dom Paulo conclui: "Sei que o povo e os padres da Região do Ipiranga e do Belém continuam tensos". Estas duas regiões têm como bispos Dom Luciano e Dom Antonio Celso de Queirós, eleitos na

Os eleitos

Além da eleição da nova presidência, a CNBB elegeu na sexta-feira, dia 1º de maio, os outros membros da Conferência, os representantes do Conselho Episcopal de Pastoral (CEP), o representante da CNBB no CELAM, o Conselho Fiscal da CNBB, o Conselho da Basílica de Aparecida e a Comissão Episcopal de Doutrina.

Um dos principais organismos executivos da CNBB, a Comissão Episcopal de Pastoral, a partir de agora está composta por Dom Marcelo Pinto Carvalheira (Linha 1-Leigos), Dom Jayme Henrique Chemello (Linha 1-Ministérios Ordenados), Dom Joaquim Vicente Zico (Linha 2-Ação e animação missionária), Dom Walter Bini (Linha 3-Catequese e setor educação da Linha 6), Dom Clemente José Carlos Isnard (Linha 4-Liturgia), Dom Aloísio Sinésio Bohn (Linha 5-Ecumenismo), Dom Afonso Felipe Gregory (Linha 6-Ação Social) e Dom Serafim Fernandes de Araújo (Linha 6-Comunicação Social).

Já o antigo presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, representará a entidade junto ao CELAM, tendo Dom Benedito de Ulhoa Vieira como suplente. O Conselho Fiscal será formado por Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, Dom Antonio Pedro Misíara e Dom Raymundo Damasceno Assis, com a suplência de Dom José Gonçalves da Costa e Dom Benedito Domingos Coscia.

Para o Conselho da Basílica de Aparecida foram eleitos Dom Pedro Antonio Fedalto, Dom Gilberto Pereira Lopes e o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, com a suplência de Dom José D'Angelo Neto, Dom Eugênio Sales e Dom Serafim Fernandes de Araújo. Para a Comissão de Doutrina foram eleitos Dom Aloísio Lorscheiter, Dom Valfredo Tepe, Dom Clóvis Frainer (reeleitos), além de Dom Fernando Figueiredo e Dom Eusébio Scheid, tendo na suplência Dom Angelo Salvador e Dom Vital Wilderink.

A Assembléia segundo os pastores de São Paulo

Como bispos de São Paulo avaliam esta 25ª Assembléia da CNBB? Esta pergunta foi feita a alguns deles.

Aqui, Dom Luciano Mendes de Almeida, o novo presidente, Dom Paulo Evaristo, Dom Francisco Vieira, Dom Antonio Gaspar e Dom Décio Vieira contam um pouco da experiência vivida nesse encontro jubilar que reuniu todo o episcopado brasileiro.

O reforço à linha da "Evangelização Libertadora", a preocupação com as questões ligadas ao fenômeno urbano brasileiro e uma progressiva descentralização das decisões, a nível de conferência episcopal, foram alguns dos destaques da 25ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Itaipaci, município de Indaiatuba, a 99 km a noroeste de São Paulo, de 22 de abril a 1º de maio último. O tema central da Assembléia foi a "Avaliação global da caminhada da CNBB e a definição de diretrizes pastorais para o próximo quadriênio", com ênfase ao acompanhamento do Congresso Constituinte, à atuação dos leigos na Igreja e no mundo (tema do próximo Sínodo dos Bispos, no Vaticano em outubro), à educação, ao ecumenismo e ao crescimento dos novos movimentos religiosos no país.

A CNBB renovou, também, seus quadros diretivos para o período 1987/1991, elegendo para a presidência o bispo auxiliar de São Paulo Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte, arcebispo de São Luís (MA), vice-presidente e d. Antônio Celso Queirós, bispo do Ipiranga, Zona Sul paulistana, secretário geral. Foram também escolhidos os novos membros da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), Comissão Episcopal de Doutrina (CED), Conselho Fiscal da



Fotos: Douglas Mansur

Já empossada a nova diretoria, Dom Luciano, ladeado por

CNBB, o novo delegado da Conferência junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), Dom Ivo Lorscheiter, além dos delegados brasileiros para o Sínodo dos Bispos e o Conselho Nacional para o Santuário de Aparecida (SP).

Outros pontos da pauta foram os relatórios da presidência que deixou suas funções, relatório econômico-financeiro da CNBB, atualização do regimento e do estatuto civil da Conferência, divisão dos secretariados regionais do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nota sobre a conjuntura nacional, assuntos de liturgia, preparação do Sínodo, acompanhamento do Congresso

Constituinte, pontos doutrinários, o Ano Mariano no Brasil, a situação crítica das universidades católicas, orientações pastorais para os casados apenas no civil e, posteriormente, desquitados ou divorciados, além do relatório de Dom Aloísio Lorscheiter, sobre a última assembléia do CELAM, no final de março, no Paraguai.

Foram feitas, também comunicações sobre a Teologia no Brasil, do ano passado até agora, sobre a situação sócio-política nacional, a perspectiva da questão indígena, a Comissão Nacional do Clero e a Comissão Nacional dos Diáconos.



Dom Paulo e Dom Celso, reiterou a opção pelos pobres.

Continuidade

A palavra "continuidade" foi uma das que mais marcaram esta Assembléia da CNBB, designando o propósito praticamente unânime dos bispos em favor do prosseguimento da linha pastoral adotada, nos últimos dezesseis anos pela Conferência, com base na "Evangelização Libertadora" e na integração entre a fé e a prática transformadora da realidade brasileira. Neste contexto foi possível sentir um clima de superação de algumas tensões presentes noutras Assembléias, em torno, por exemplo, de temas como a Teologia da Libertação, o relacionamento entre a Igreja no Brasil e a Santa Sé, a posição a

ser adotada diante do referencial teórico marxista e da luta de classes, entre outros.

Os novos dirigentes refletem, sem dúvida, a tendência majoritária do episcopado. Estão comprometidos, em suas igrejas particulares e locais, com as lutas populares pelo respeito aos direitos humanos, moradia, saúde, educação, salário justo e participação decisória na vida política, econômica e social do país. O episódio dos votos em branco pelo qual um grupo significativo de bispos forçou uma mudança no sistema adotado nas eleições e baseado em chapas, passando a ser seguido o sistema de prévias individuais, para os cargos, a par-

tir dos regionais - demonstrou a possibilidade de uma autocrítica coletiva dos bispos sobre os procedimentos eleitorais. Em 1982, a CNBB já havia aprovado normas para as eleições, proibindo a formação de chapas. Isto, no entanto, não vinha sendo seguido na prática. A partir de agora, os novos dirigentes serão escolhidos a partir dos regionais, e como fruto de um maior consenso episcopal. No entanto, é bom destacar que Dom Luciano Mendes foi eleito com cerca de 80% dos votos e o secretário geral, Dom Celso Queiroz, foi escolhido logo no primeiro escrutínio.

Outros destaques

Nos dez dias de trabalho, em Itaiçi, vale destacar, como pontos altos, a divulgação da mensagem pastoral ao povo brasileiro, a definição da proposta constitucional da CNBB, a síntese sobre o último quadriênio, a partir das bases, oferecendo pistas para o próximo período 1987/1991, além da reafirmação de posições da CNBB sobre a reforma agrária e a questão indígena, entre outros temas. No relacionamento com o Vaticano, reafirmou-se a linha de colaboração mútua baseada no princípio da subsidiariedade. A Teologia da Libertação não constituiu tema na pauta da Assembléia, mas a reeleição da maioria dos membros da Comissão Episcopal de Doutrina indica que a linha positiva, em favor da pesquisa teológica com liberdade, prevalece no episcopado brasileiro.

Dermi Azevedo
especial para o São Paulo



a 25ª Assembléia.

Assembléia respectivamente para presidente e secretário geral da CNBB. Dom Paulo convida o povo e o clero dessas regiões "a conversar como irmãos, a rezar e a jejuar com coragem".

Amor e comunhão

Dom Francisco Manoel Vieira, da Região Osasco, também salienta o clima de "grande fraternidade e verdadeira corresponsabilidade em que se realizou a 25ª Assembléia". Para ele a presença dos bispos de todo o Brasil "enriquece toda a Assembléia. Explica: "São situações as mais diversas e, em muitos lugares, verdadeiramente aflitivas que chamam a atenção de todos para o exercício da colegialidade e da corresponsabilidade apostólica". Para Dom Francisco o documento "Mensagem Pastoral ao Povo Brasileiro" sintetiza todo o compromisso evangelizador da Igreja que "realiza a missão de Cristo, identificada no amor através da cruz".

Dom Décio Pereira lembra que a ação do Espírito Santo foi decisiva, principalmente "nos momentos menos fáceis e de inevitáveis divergências de pontos de vista relativos à pastoral". Esses momentos de dificuldades, segundo outro bispo de São Paulo, Dom Antonio Gaspar, devem ser vistos com naturalidade. "É natural que surjam dificuldades ao querer descobrir o melhor caminho e quais as pessoas indicadas para realizar isso. Tudo foi superado", conclui e explica que "todos os bispos estão convencidos que são instrumentos da ação do Espírito para a construção do Reino de Deus".

Cido Pereira

Constituinte e democracia, as prioridades da CNBB

Entre os vários documentos lançados pelos bispos brasileiros na 25ª Assembléia da CNBB um dos mais importantes foi, sem dúvida, o que lançou propostas de acompanhamento ao processo Constituinte, referendando a mensagem divulgada no dia 30 de abril, lida na missa celebrada pelo presidente da entidade Dom Luciano Mendes de Almeida, onde os bispos denunciam "a miséria assustadora em todo o país, a sucessão de escândalos e corrupções, a política salarial que mantém no País os salários mais baixos do mundo", entre outros.

A mensagem dirigida ao povo brasileiro, assinada por todos os bispos presentes em Itaiçi, afirma que "o imobilismo e as indefinições do governo, no plano sócio-político e econômico, vêm gerando incertezas e perplexidades, agravando os problemas nacionais", referindo-se à frustração geral com o plano cruzado, a miséria assustadora em todo o país que força migrações que produzem verdadeiras inchações (tanto nas cidades como nas novas fronteiras agrícolas) e a política salarial que mantém no País um dos salários mais baixos do mundo. A mensagem refere-se também à sucessão de escândalos e corrupções, com a impunidade de seus responsáveis, ao aumento abusivo dos preços, ao crescimento do desemprego, à volta da taxa de juros, à violência crescente no campo e à repressão ostensiva a greves e movimentos populares reivindicatórios.

Ao lembrar que "Cristo, Senhor da história, está conosco, e a ele confiamos a superação de nossas angústias e a realização de nossas esperanças", os bispos brasileiros defendem medidas urgentes na redistribuição de renda, o controle da taxa de juros, uma auditoria sobre a dívida externa e a negociação com os credores, o acesso à informação e "um governo realmente democrático".

Essa postura da Igreja brasileira foi confirmada no texto lançado no dia 1º de maio, encerramento da Assembléia, chamado "Acompanhamento ao processo Constituinte", onde a CNBB aprovou proposta sobre os direitos e garantias do homem e da mulher, da família, da educação, assistência religiosa às Forças Armadas, ordem econômica, reforma agrária, direitos das populações indígenas, livres opção de concepções religiosas, filosóficas e políticas. Segundo o presidente Dom Luciano Mendes de Almeida, a Igreja pretende não apenas proclamar seus princípios mas definir emendas a serem encaminhadas ao Congresso Constituinte, endossando propostas das iniciativas populares de trinta mil assinaturas, como as elaboradas pela Pastoral da Terra, Movimento dos Sem Terra e Contag (reforma agrária). O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, CIMI - (questão indígena), etc.

Igreja reforça opção pela evangelização libertadora

O reforço à linha da "Evangelização Libertadora", a preocupação com as questões ligadas ao fenômeno urbano brasileiro e uma progressiva descentralização das decisões, a nível de conferência episcopal, foram alguns dos destaques da 25ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Itaiçi, município de Indaiatuba, a 99 km a noroeste de São Paulo, de 22 de abril a 1º de maio último. O tema central da Assembléia foi a "Avaliação global da caminhada da CNBB e a definição de diretrizes pastorais para o próximo quadriênio", com ênfase ao acompanhamento do Congresso Constituinte, à atuação dos leigos na Igreja e no mundo (tema do próximo Sinodo dos Bispos, no Vaticano em outubro), à educação, ao ecumenismo e ao crescimento dos novos movimentos religiosos no país.

A CNBB renovou, também, seus quadros diretivos para o período 1987/1991, elegendo para a presidência o bispo auxiliar de São Paulo Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte, arcebispo de São Luís (MA), vice-presidente e d. Antônio Celso Queiróz, bispo do Ipiranga, Zona Sul paulistana, secretário geral. Foram também escolhidos os novos membros da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), Comissão Episcopal de Doutrina (CED), Conselho Fiscal da CNBB, o novo delegado da Conferência junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), Dom Ivo Lorscheiter, além dos delegados brasileiros para o Sinodo dos Bispos e o Conselho Nacional para o Santuário de Aparecida (SP).

Outros pontos da pauta foram os relatórios da presidência que deixou suas funções, relatório

econômico-financeiro da CNBB, atualização do regimento e do estatuto civil da Conferência, divisão dos secretariados regionais do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nota sobre a conjuntura nacional, assuntos de liturgia, preparação do Sinodo, acompanhamento do Congresso Constituinte, pontos doutrinários, o Ano Mariano no Brasil, a situação crítica das universidades católicas, orientações pastorais para os casados apenas no civil e, posteriormente, desquitados ou divorciados, além do relatório de Dom Aloísio Lorscheiter, sobre a última assembléia do CELAM, no final de março, no Paraguai.

Foram feitas, também comunicações sobre a Teologia no Brasil, do ano passado até agora, sobre a situação sócio-política nacional, a perspectiva da questão indígena, a Comissão Nacional do Clero e a Comissão Nacional dos Diáconos.

Continuidade

A palavra "continuidade" foi uma das que mais marcaram esta Assembléia da CNBB, designando o propósito praticamente unânime dos bispos em favor do prosseguimento da linha pastoral adotada, nos últimos dezesseis anos pela Conferência, com base na "Evangelização Libertadora" e na integração entre a fé e a prática transformadora da realidade brasileira. Neste contexto foi possível sentir um clima de superação de algumas tensões presentes noutras Assembléias, em torno, por exemplo, de temas como a Teologia da Libertação, o relacionamento entre a Igreja no Brasil e a Santa Sé, a posição a ser adotada diante do referencial teórico marxista e da luta de classes, entre outros.

Os novos dirigentes refletem, sem dúvida, a tendência majoritária do episcopado. Estão comprometidos, em suas igrejas par-

ticulares e locais, com as lutas populares pelo respeito aos direitos humanos, moradia, saúde, educação, salário justo e participação decisória na vida política, econômica e social do país. O episódio dos votos em branco pelo qual um grupo significativo de bispos forçou uma mudança no sistema adotado nas eleições e baseado em chapas, passando a ser seguido o sistema de prévias individuais, para os cargos, a partir dos regionais - demonstrou a possibilidade de uma autocrítica coletiva dos bispos sobre os procedimentos eleitorais. Em 1982, a CNBB já havia aprovado normas para as eleições, proibindo a formação de chapas. Isto, no entanto, não vinha sendo seguido na prática. A partir de agora, os novos dirigentes serão escolhidos a partir dos regionais, e como fruto de um maior consenso episcopal. No entanto, é bom destacar que Dom Luciano Mendes foi eleito com cerca de 80% dos votos e o secretário geral, Dom Celso Queiróz, foi escolhido logo no primeiro escrutínio.

Outros destaques

Nos dez dias de trabalho, em Itaiçi, vale destacar, como pontos altos, a divulgação da mensagem pastoral ao povo brasileiro, a definição da proposta constitucional da CNBB, a síntese sobre o último quadriênio, a partir das bases, oferecendo pistas para o próximo período 1987/1991, além da reafirmação de posições da CNBB sobre a reforma agrária e a questão indígena, entre outros temas. No relacionamento com o Vaticano, reafirmou-se a linha de colaboração mútua baseada no princípio da subsidiariedade. A Teologia da Libertação não constituiu tema na pauta da Assembléia, mas a reeleição da maioria dos membros da Comissão Episcopal de Doutrina indica que a linha positiva, em favor da pesquisa teológica com liberdade, prevalece no episcopado brasileiro.

Dermi Azevedo
especial para o São Paulo



Já empossada a nova diretoria, Dom Luciano, ladeado por Dom Paulo e Dom Celso, reiterou a opção pelos pobres.

Constituinte e democracia, as prioridades da CNBB

Entre os vários documentos lançados pelos bispos brasileiros na 25ª Assembléia da CNBB um dos mais importantes foi, sem dúvida, o que lançou propostas de acompanhamento ao processo Constituinte, referendando a mensagem divulgada no dia 30 de abril, lida na missa celebrada pelo presidente da entidade Dom Luciano Mendes de Almeida, onde os bispos denunciam "a miséria assustadora em todo o país, a sucessão de escândalos e corrupções, a política salarial que mantém no País os salários mais baixos do mundo", entre outros.

A mensagem dirigida ao povo brasileiro, assinada por todos os bispos presentes em Itaici, afirma que "o imobilismo e as indefinições do governo, no plano sócio-político e econômico, vêm gerando incertezas e perplexidades, agravando os problemas nacionais", referindo-se à frustração geral com o plano cruzado, a miséria assustadora em todo o país que força migrações que produzem verdadeiras inchações (tanto nas cidades como nas novas fronteiras agrícolas) e a política salarial que mantém no País um dos salários mais baixos do mundo. A mensagem refere-se também à sucessão de escândalos e corrupções, com a impunidade de seus responsáveis, ao aumento abusivo dos preços, ao crescimento do desemprego, à volta da taxa de juros, à violência crescente no campo e à repressão ostensiva a greves e movimentos populares reivindicatórios.

Ao lembrar que "Cristo, Senhor da história, está conosco, e a ele confiamos a superação de nossas angústias e a realização de nossas esperanças", os bispos brasileiros defendem medidas urgentes na redistribuição de renda, o controle da taxa de juros, uma auditoria sobre a dívida externa e a negociação com os credores, o acesso à informação e "um governo realmente democrático".

Essa postura da Igreja brasileira foi confirmada no texto lançado no dia 1º de maio, encerramento da Assembléia, chamado "Acompanhamento ao processo Constituinte", onde a CNBB aprovou proposta

sobre os direitos e garantias do homem e da mulher, da família, da educação, assistência religiosa às Forças Armadas, ordem econômica, reforma agrária, direitos das populações indígenas, livres opção de concepções religiosas, filosóficas e políticas. Segundo o presidente Dom Luciano Mendes de Almeida, a Igreja pretende não apenas proclamar seus princípios mas definir emendas a serem encaminhadas ao Congresso Constituinte, endossando propostas das iniciativas populares de trinta mil assinaturas, como as elaboradas pela Pastoral da Terra, Movimento dos Sem Terra e Contag (reforma agrária). O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, CIMI - (questão indígena), etc.

Dom Luciano Mendes de Almeida definiu a Assembléia como um encontro de "irmãos no pastoreio". Eles se encontram "para colocar em comum preocupações, alegrias e esperanças, num ritmo cadenciado de trabalho", diz o ex-secretário geral e atual presidente da CNBB, "entremeavam-se as horas de oração e silêncio, o momento alto da celebração eucarística com as sessões plenárias e grupos de estudo, com os intervalos em que amigos e companheiros de muitos anos partilhavam reminiscências e planos".

O clima da Assembléia, para Dom Luciano, foi de sinceridade. Neste clima avaliou-se a ação pastoral da Igreja nos últimos quatro anos, buscaram-se diretrizes para mais quatro anos, renovou-se o compromisso da CNBB de "anunciar a plena verdade sobre Jesus Cristo, sua Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, analisou-se a fundo o atual momento brasileiro, levantaram-se propostas para a Assembléia Constituinte e realizaram-se eleições para o próximo quadriênio".

Tensão emocional

Para Dom Paulo Evaristo, "não há grande decisão, nem diálogo profundo, sem tensões". E estas existiram antes e durante a Assembléia. Antes da Assembléia, a tensão foi ditada pela situação sócio-política e econômica dentro de São Paulo e no Brasil. Em São Paulo, diz Dom Paulo, "além das greves, com as conseqüentes discussões, percebia a irrupção da pobreza na Zona Leste e demais zonas sufocadas por tiros, sangue e crescente indignação de nossa gente". Em âmbito nacional, "o Brasil inteiro paralisado pela inércia ou apavorado pelos escândalos, dívidas e dúvidas. Até a Constituição ameaçava transformar-se em alienação e não em promessa de soluções". Mais um motivo de tensão, segundo o Cardeal Arns, foi a perspectiva de a Igreja de São Paulo ter de "sacrificar dois dos seus talentos e dinâmicos bispos ao trabalho quase exclusivo da CNBB, como presidente e secretário geral".

Durante a Assembléia, Dom Paulo salienta o clima pacífico em que se deu a eleição de Dom Luciano. "Mas, diz ele, a tensão atingiu o máximo nas eleições dos novos responsáveis pelas linhas de pastoral da CNBB". Muitos votos em branco, chegando a abstenção e assustadores 25%. O problema foi posto em discussão. Orações, jejum, diálogo aberto e o problema foi resolvido. Dom Paulo conclui: "Sei que o povo e os padres da Região do

Ipiranga e do Belém continuam tensos". Estas duas regiões têm como bispos Dom Luciano e Dom Antonio Celso de Queirós, eleitos na Assembléia respectivamente para presidente e secretário geral da CNBB. Dom Paulo convida o povo e o clero dessas regiões "a conversar como irmãos, a rezar e a jejuar com coragem".

Amor e comunhão

Dom Francisco Manoel Vieira, da Região Osasco, também salienta o clima de "grande fraternidade e verdadeira corresponsabilidade em que se realizou a 25ª Assembléia". Para ele a presença dos bispos de todo o Brasil "enriquece toda a Assembléia. Explica: "São situações as mais diversas e, em muitos lugares, verdadeiramente aflitivas que chamam a atenção de todos para o exercício da colegialidade e da corresponsabilidade apostólica". Para Dom Francisco o documento "Mensagem Pastoral ao Povo Brasileiro" sintetiza todo o compromisso evangelizador da Igreja que "realiza a missão de Cristo, identificada no amor através da cruz".

Dom Décio Pereira lembra que a ação do Espírito Santo foi decisiva, principalmente "nos momentos menos fáceis e de inevitáveis divergências de pontos de vista relativos à pastoral". Esses momentos de dificuldades, segundo outro bispo de São Paulo, Dom Antonio Gaspar, devem ser vistos com naturalidade. "É natural que surjam dificuldades ao querer descobrir o melhor caminho e quais as pessoas indicadas para realizar isso. Tudo foi superado", conclui e explica que "todos os bispos estão convencidos que são instrumentos da ação do Espírito para a construção do Reino de Deus".

Cido Pereira



Dom Paulo Evaristo.

A Assembléia segundo os pastores de São Paulo

Como bispos de São Paulo avaliam esta 25ª Assembléia da CNBB? Esta pergunta foi feita a alguns deles. Aqui, Dom Luciano Mendes de Almeida, o novo presidente, Dom Paulo Evaristo, Dom Francisco Vieira, Dom Antonio Gaspar e Dom Décio Vieira contam um pouco da experiência vivida nesse encontro jubilar que reuniu todo o episcopado brasileiro.



Dom Antônio Gaspar, Dom Francisco Vieira e Dom Décio Pereira avaliaram a 25ª Assembléia.

Os eleitos

Além da eleição da nova presidência, a CNBB elegeu na sexta-feira, dia 1º de maio, os outros membros da Conferência, os representantes do Conselho Episcopal de Pastoral (CEP), o representante da CNBB no CELAM, o Conselho Fiscal da CNBB, o Conselho da Basílica de Aparecida e a Comissão Episcopal de Doutrina.

Um dos principais organismos executivos da CNBB, a Comissão Episcopal de Pastoral, a partir de agora está composta por Dom Marcelo Pinto Carvalheira (Linha 1-Leigos), Dom Jayme Henrique Chemello (Linha 1-Ministérios Ordenados), Dom Joaquim Vicente Zico (Linha 2-Ação e animação missionária), Dom Walter Bini (Linha 3-Catequese e setor educação da Linha 6), Dom Clemente José Carlos Isnard (Linha 4-Liturgia), Dom Aloísio Sinésio Bohn (Linha 5-Ecumenismo), Dom Afonso Felipe Gregory (Linha 6-Ação Social) e Dom Serafim Fernandes de Araújo (Linha 6-Comunicação Social).

Na posse da presidência, um alerta para os anseios populares

Um clima de emoção marcou a transmissão de cargos da presidência da CNBB no último dia da Assembléia Geral da entidade. O ex-presidente Dom Ivo Lorscheiter, que por oito anos ocupou o cargo, empossou oficialmente na mesa o vice-presidente Dom Celso Queiroz, o secretário-geral, Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte e o novo presidente, Dom Luciano Mendes de Almeida, que chorou em seu discurso ao lembrar sua missão como ex-secretário geral, "Nos momentos difíceis desses últimos anos, quando fui testemunha quase do martírio de alguns bispos, ao lado de sacerdotes assassinados, de trabalhadores assassi-

coará seu trabalho e sua gestão", profetizou Dom Ivo Lorscheiter ao passar o cargo ao bispo-auxiliar de São Paulo, que foi aplaudido de pé pelos 288 bispos presentes. "Nesse momento eu gostaria de reafirmar três adesões: a adesão a Jesus Cristo, a adesão àqueles que Cristo nos confiou, aos trabalhadores sofredores, os 70% da população brasileira que formam a massa silenciosa e que se organiza para expressar a consciência de sua dignidade e a adesão à própria Conferência dos Bispos", disse ele.

Momento delicado

Em entrevista à imprensa, Dom Luciano Mendes de Almeida afirmou sua preocupação com o clima de violência reinante no país, principalmente em São Paulo, "que demonstra um estado de exarcebamento que tem suas causas nas dificuldades de sobrevivência". Com relação ao momento político do País, o presidente da CNBB considera-

o antigo presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, representará a entidade junto ao CELAM, tendo Dom Benedito de Ulhoa Vieira como suplente. O Conselho Fiscal será formado por Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, Dom Antonio Pedro Misiara e Dom Raymundo Damasceno Assis, com a suplência de Dom José Gonçalves da Costa e Dom Benedito Domingos Coscia.

Para o Conselho da Basílica de Aparecida foram eleitos Dom Pedro Antonio Fedalto, Dom Gilberto Pereira Lopes e o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, com a suplência de Dom José D'Angelo Neto, Dom Eugênio Sales e Dom Serafim Fernandes de Araújo. Para a Comissão de Doutrina foram eleitos Dom Aloísio Lorscheiter, Dom Valfredo Tepe, Dom Clóvis Frainer (reeleitos), além de Dom Fernando Figueiredo e Dom Eusébio Scheid, tendo na suplência Dom Angelo Salvador e Dom Vital Wilderink.

extremamente delicado, "mas é preciso isolar a atual conjuntura da questão das eleições diretas, como se elas fossem resolver todos os problemas. O mais importante, nesse momento, é o atendimento às aspirações populares", disse.

Em relação ao objetivo geral da CNBB para o próximo quadriênio, o secretário-geral da entidade, Dom Celso Queiroz, afirmou que "foi reafirmado, recebendo alguns enriquecimentos, como quando se fala da realidade do povo brasileiro, incluindo-se a dimensão política dessa transformação. Também a evangélica opção preferencial pelos pobres, com a noção de povo de Deus".

Tanto para Dom Luciano como para Dom Celso, ambos bispos de São Paulo, no "Brasil convivem a febre da fome e a febre da abundância", falaram eles apelando para que "os responsáveis pelos destinos da Nação acelerem as transformações estruturais e também aqueles que dispõem de recursos materiais, para que espontaneamente venham atender às necessidades da maioria".

Crise desmistifica tecnocratas, diz d.

Da Reportagem Local

Fabio M. Sales

O agravamento da crise sócio-econômica brasileira "serve para desmistificar os tecnocratas e as supostas possibilidades da ciência econômica para resolver, teoricamente, os problemas colocados, na prática, na vida do país", cuja superação deve vir "não de algum despota esclarecido", mas da participação de todos os segmentos da sociedade. Esta é a opinião do novo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Antônio Celso Queiroz, 53, bispo do Ipiranga, zona sul paulistana. Natural de Pirassununga (207 ao norte de São Paulo), d. Celso é torcedor do Corinthians, cujos hobbies principais são a leitura dos clássicos policiais de Agatha Christie e Georges Simenon e caminhadas diárias de quatro quilômetros pelas ruas do bairro da Saúde, onde mora, na região sul de São Paulo.

Nas eleições de abril último, em Itaici, município de Indaiatuba (99km a noroeste de São Paulo), d. Celso foi eleito, no primeiro escrutínio, com 185 votos dos 254 bispos votantes, para suceder d. Luciano Mendes na Secretaria Geral da CNBB —o que já o credencia, de acordo com a tradição da entidade, como candidato para a presidência da Conferência Episcopal brasileira, em 1991, caso d. Luciano não seja reeleito, algo bastante provável.

D. Celso —que concedeu entrevista exclusiva à Folha, na última sexta-feira, às 14h, na sede da Região Episcopal do Ipiranga (rua Xavier de Almeida, 818)— fez seus estudos básicos em Campinas (SP), Filosofia e Teologia em São Paulo, complementando-os, entre 1957 e 1968, na Universidade de Comillas, Espanha. Antes de ser bispo, foi assistente da Juventude Estudantil Católica (JEC), professor nas PUCs de Campinas e São Paulo, além de subsecretário de Pastoral da CNBB.

Folha — A escolha de d. Luciano, d. Paulo Ponte —como vice-presidente— e sua —como secretário-geral— significa uma mudança de linha pastoral na CNBB, com relação ao período de d. Ivo Lorscheiter, nos últimos oito anos?

D. Antônio Celso Queiroz— A linha seguida pela CNBB é a mais adequada para os tempos de hoje e isto ficou demonstrado em nossa recente assembléia, que reafirmou o objetivo geral e as diretrizes pastorais da Igreja no Brasil. Os bispos mostraram claramente onde querem chegar, desde outras eleições anteriores, como naquelas em que d. Ivo foi eleito e, depois, reeleito, para presidir a conferência (1979 a 1983 e 1983 a 1987). D. Luciano trabalhou oito anos como secretário-geral com d. Ivo e eu também trabalhei com ele, quatro anos, como subsecretário-geral e, depois, oito anos na Comissão Episcopal de Pastoral. Há matizes dife-



D. Celso, secretário-geral da CNBB

rentes de atuação, e isto é muito bom, mas a linha de trabalho é e continuará sendo a mesma.

Folha — E quanto ao relacionamento entre a Igreja no Brasil e o Vaticano?

D. Celso — Houve uma época com algumas dificuldades, há dois anos. Mas depois de nossas visitas ao papa, entre 1985 e 1986, e da carta enviada por João Paulo 2º à CNBB, em abril do ano passado, tudo se normalizou. D. Ivo Lorscheiter exerceu um papel fundamental nessa normalização. A visita que d. Luciano está fazendo ao papa e ao Vaticano, agora, demonstra que pretendemos continuar e

aprofundar, ainda mais, o diálogo CNBB-Santa Sé.

Folha — Poderia ser prevista alguma mudança no relacionamento com o governo? A Igreja adotaria uma posição mais conciliadora diante do presidente Sarney?

D. Celso — O relacionamento entre o governo de um país como o Brasil e a Igreja não pode ser analisado de forma superficial. Tanto a Igreja quanto o governo, no Brasil, foram compreendendo que, numa sociedade cada vez mais pluralista, os seus respectivos papéis são diferentes de outra época histórica em que havia todo um envolvimento entre ambos. Os vinte anos que antecederam a restauração democrática foram muito bons neste sentido. Houve um deslocamento da Igreja. Ela compreendeu que aquilo que fizera, durante séculos, aproximando-se do poder não podia fazer uma nova situação. Isto porque aliar-se ao poder era tornar-se cúmplice de um projeto imposto ao povo. A Igreja tem seu lugar específico e sua faixa própria de independência, criticando ou elogiando —não só o governo, mas todas as demais instituições sociais— quando julga necessário. Não existe a trilogia Igreja-governo-povo. Existe governo e sociedade civil, dentro da qual a Igreja está inserida. Com a abertura democrática, o relacionamento Igreja-governo tornou-se mais educado.

Folha — Neste contexto, como o sr.

Celso Queiroz

vê o agravamento da crise brasileira?

D. Celso — Todos os que têm visão histórica sabiam que o período pós-ditatorial não iria ser fácil. Não seria possível produzir um país diferente dentro de seis meses ou um ano. Mas, particularmente, eu não esperava que, em dois anos, o Brasil estivesse na situação em que se encontra, nesta falta de rumos, com a necessidade de definir as coisas mais fundamentais. Estamos todos decepcionados, não pelas dificuldades, mas por causa da indefinição que vai progressivamente minando o que ainda resta de confiança no povo. Não se pode fazer o que se está fazendo com um povo que foi capaz de levantar-se contra a ditadura. Está sendo tirada, da população brasileira, a última coisa que possuía: a esperança. Quem tira a esperança do povo, não se sabe o que receberá, depois, em troca.

Folha — As eleições diretas para a Presidência da República podem ser uma saída para a atual crise?

D. Celso — Elas ajudarão como saída porque o presidente eleito terá respaldo popular. A atual situação é anômala, colocando quem governa o país numa posição incômoda. Mas as eleições diretas não podem ser vistas como panacéia para as atuais dificuldades. Os acontecimentos é que devem determinar se as diretas presidenciais devem ou não ser antecipadas. (DA)

bibliothek
18019
Institut für Brasilienkunde
METTINGEN

Institut für Brasilienkunde